Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO À SEGUNDA-FEIRA, 13, 14 E 15 DE ABRIL DE 2024 | Nª 25.630 | Preço banca: R$ 3,50

Setor de Serviços recua 0,9% após três meses de alta

A atividade do setor de serviços no Brasil apresentou recuo 0,9% na passagem de janeiro para fevereiro de 2024, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada na sexta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Luiz Almeida, analista da pesquisa, o resultado é fruto de um movimento de compensação após meses de alta.

"É uma descontinuação dos ganhos anteriores. Como observamos, por exemplo, na atividade de profissionais, administrativos e complementares", afirma o técnico do IBGE.

Além desse grupo, a queda se deu no setor de informação e comunicação (-1,5%) transportes (-0,9%) e outros serviços (-1,0%). Apenas as atividades de serviços prestados às famílias registraram variação positiva, de 0,4%.

A queda de fevereiro se dá após três meses de alta, e o volume de serviços se manteve 11,6% acima do nível pré-pandemia. No acumulado do primeiro bimestre de 2024, o volume de serviços cresceu 3,3% frente ao mesmo período do ano passado, e fevereiro de 2024 ficou 2,5% acima de fevereiro de 2023. No acumulado nos últimos 12 meses ficou em 2,2%. Página 3

Ministro quer modernização de contratos com distribuidoras de energia

Página 4

Dólar sobe para R$ 5,12 com inflação nos EUA e tensões geopolíticas

Página 10

Suspeitos de negociar armas de arsenal do Exército são presos em SP

Dois homens foram presos na capital paulista por serem suspeitos de negociar as 21 armas furtadas do arsenal do Exército em Barueri, em setembro de 2023. A prisão foi feita por policiais da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) do Rio de Janeiro durante a operação Tormentorum Vendito.

A dupla foi localizada com a ajuda de uma denúncia anônima. Eles estavam em um condomínio de luxo em Santana de Parnaíba. Página 3

STF forma maioria para ampliar alcance de foro privilegiado

Foto/Marcello Casal Jr/ABr/Arquivo

Página 10

Exportações ajudarão Brasil a diminuir desigualdade social, diz Lula

Página 3

Programa Rios Vivos retira 18,6 mil caminhões de resíduos

O Programa Rios Vivos, lançado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) para recuperar cursos d'água no estado de São Paulo, já apresenta resultados visíveis e benefícios diretos para os paulistas. Em 27 municípios, 37 rios já foram atendidos pela iniciativa com remoção de 259.896 m³ de resíduos (equivalentes a 18.571 caminhões basculantes cheios de materiais, como areia e lixo).

Se esses caminhões fossem enfileirados, ocupariam uma linha de 185 km – o equivalente à viagem de ida e volta entre São Paulo e Campinas, que é de 92 quilômetros. O investimento foi de R$ 22,9 milhões apenas nestes 37 rios. Página 2

Esporte

Mundial de Motovelocidade disputa o GP de Austin neste final de semana

Por Járcio Baldi

Nesse final de semana nos EUA, acontece mais uma etapa do Mundial de Motovelocidade, em Austin no Texas. Estamos apenas na terceira etapa do Mundial, mas como a quase totalidade dos contratos dos pilotos se encerrará no final da temporada, os boatos de pilotos e equipes continua forte. Fábio Quartararo renovou com a Yamaha por mais dois anos por um valor aproximado de 12 milhões de Euros por temporada. Apesar da fábrica de Noale desmentir, dizem que houve uma oferta da Aprilia pelo piloto mas parece que os números falaram mais alto, já que a oferta da fábrica italiana seria em torno de 4 milhões de Euros por temporada. Alias o piloto francês esnobou no Circuito das Américas (COTA) seu belíssimo relógio francês Richard Mille RM67-02 avaliado em cerca de 320 a 400 mil Euros. O mercado de equipes também está alvoroçado e a equipe Pramac deve decidir se fica com a Ducati até 2027 com uma ou duas motos com configurações oficiais, ou aceita uma oferta da Yamaha que talvez iria para além de 2027 onde as regras mudarão. A VR46 descartou assinar com a Yamaha e disputa com a Pramac o direito de ter ao menos uma moto com as especificações oficiais para a equipe. As peças estão sendo mexidas nesse grande jogo que ainda terá muitos capítulos.

O Diretor Administrativo da Yamaha e Diretor da Equipe, Lin Jarvis, deixará a fábrica de Iwata no final da temporada após 26 anos junto à equipe, de acordo com a Autosport.com. Lin foi fundamental para a ascensão do fabricante japonês ao topo desse esporte, incluindo persuadir Valentino Rossi a juntar-se à equipe em 2004, o britânico revelou que esta será sua última campanha com a equipe: "Esta será minha última temporada na Yamaha, vou sair no final do ano e depois decidirei o que farei. Estou com sessenta e seis anos e um pouco cansado de tantas viagens" afirmou.

A notícia da aquisição da Dorna pela detentora de direitos da Formula1, a Liberty Media, provocou especulações de que o aumento no número de corridas de MotoGP será uma de suas principais táticas para o crescimento. O CEO da Dorna, Carmelo Ezpeleta, minimizou a perspectiva de elevar esse número acima das 22 etapas originalmente planejadas para esse ano, mas ele admitiu que, caso haja uma expansão de novos mercados, o que é um dos objetivos declarados da Liberty, seria às custas das etapas europeias existentes. "Até 2026, continuaremos mais ou menos como estamos", disse Ezpeleta sobre o calendário do Mundial. Não podemos fazer mais de 22 corridas, e se precisarmos abrir outros mercados, é certo que haverá menos corridas na Europa, mas não até 2027." O ano de 2027 é a data de início do próximo ciclo de contrato de cinco anos entre Dorna e os fabricantes da MotoGP.

Foto/ MotoGP

Fernandes *e Oliveira da equipe americana trackhouse*

No primeiro treino livre Maverick Viñales foi o mais rápido seguido por Jorge Martin e Pedro Acosta colocando três marcas diferentes nos três primeiros tempos: Aprilia, Ducati e KTM respectivamente. Marc Marquez, que é o maior vencedor daquele circuito ficou com o oitavo melhor tempo logo atrás de Franco Morbidelli. Apesar do desempenho do primeiro dia, muitos ainda apostam numa vitória de Marquez em Austin. Na Moto2 o brasileiro Diogo Moreira ficou apenas com o 16º tempo num treino liderado pelo badalado Fermin Aldeguer, seguido por Sérgio Gracia e por Dennis Foggia, companheiro de equipe do brasileiro. Os horários das provas desse final de semana serão: A "Sprint Race", que terá dez voltas, acontece às 17h do sábado (horário de Brasília) e no domingo a prova principal com vinte voltas será às 16h com transmissão pelo canal ESPN4 para o Brasil.

SM Kart Competition promove 3ª etapa em Interlagos

O Kartódromo de Interlagos irá receber a partir do meio dia deste domingo (14) a terceira etapa do SM Kart Competition, considerado o maior campeonato de Rental Kart de São Paulo em número de participantes e de categorias. Por isto, a expectativa é da participação de cerca de 250 pilotos, se dividindo nas 12 corridas programadas, e concorrendo a mais de 200 brindes e prêmios.

Neste ano o SM Kart Competition tem como novidade as disputas em duplas – além da individual -, mas em corridas separadas, nas categorias Sênior e Super Sênior, Estreantes Feminina e Speed Angels Light Feminina, e Speed Angels Mista. Nestas três disputas em duplas serão sorteados um macacão ULV em cada prova, e o parceiro do sorteado receberá um desconto para comprar o segundo macacão da equipe por apenas R$ 600.

Fora das pistas vários desafios e brincadeiras entreterão os pilotos e o público, como o pódio rotativo para os vencedores. No evento todo serão sorteados sete macacões ULV – sendo um exclusivo entre as mulheres em homenagem ao mês delas – e quatro pares de luvas DKR.

Confira a programação da 3ª etapa do SM Kart Competition: 12:00 DEPINTOR RACING; 12:30 ESTREANTES FEMININA/SANTIDADE RACING; 13:00 DESAFIO SPEED ANGELS LIGHT (FEMININA); 13:30 FUTEROCK HEAVY 105kg/KDA LIGHT 90kg; 14:00 GRADUADOS; 14:30 NOVATOS MISTO; 15:00 SENIOR (40 ANOS)/SUPER SENIOR (55 ANOS); 15:30 ESTREANTES MISTO; 16:00 DESAFIO SPEED ANGELS (MINI ENDURANCE MISTO); 16:30 SANTIDADE RACING/MARIO ROTAMA; 17:30 GRADUADOS B; 18:00 FLOWGARAGE/MARIO ROTAMA.

O SM Kart Competition tem apoio de Aboissa Commodity Brokers, Adelante Sports, AKSP, Albarelli Sistemas, Aldeia da Serra Biscoitos, Alpie Escola de Pilotagem, Alvorada Pets, Aqui jaz, Artmix, Banda Gozi, Banda Roliços Selvagens, Bar Lounge 97, Box4Cars, Braúna Investimentos, Bunny Burguer, Caio Andrade Teto Baixo Tatoo, Cantina 1020, Carlos Masso Terapias Corporais e Energética, Cento e Onze Design, Cervejaria Paulistânia, Clinica de Olhos AS, Directa Imóveis, Divando com Andy Fani, DKR Luvas e Macacões, Dra Karla Gurgel, Dra Deise Mitaki, Dr Pablo Magalhães, Doce do Conde, ECPA, Energy, Espaço Ita Wegman, Estética LS, Família Presto Pizzaria e Restaurante, Filé Restaurante e Bar, Flávia Sorrentino Estética, Floricultura Jardim dos Amores, FuteRock, Grakar, Gigia Pastel do Mercadão, Gym Free Tensores para Treinamento, Harder Than, Infinity, Itália no box, Jacaré Vitaminas, Jornal O Dia SP, K-Burguer 97, K' Cakes Confeitaria Artesanal, Loba Eventos, Laurelli Escola de Pilotagem, LR Interlagos, MasterMídia Marketing, Meg Star Speedwear, Monster English, Nicoboco, Nova Aclimasom, Padaria Karol 97, Pierri's, PFox Informática, Philadelfia Confecções, Planet Photo, Powerfull Teacher, School Fighter, SM Renovadora de Veículos, SOS Veterinária, Speed Angels Kart Racing Girls, Studio JZ Danças e Teatro, Sky Pizza, Surah Korean Cuisine, Trip 'n' Ride, TriploNet Internet Fibra Óptica, ULV, VF Simuladores, W.I.S Secret, Wise Up, Zio Vito Pizza e Pasta.

Programa Rios Vivos retira 18,6 mil caminhões de resíduos

O Programa Rios Vivos, lançado pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) para recuperar cursos d'água no estado de São Paulo, já apresenta resultados visíveis e benefícios diretos para os paulistas. Em 27 municípios, 37 rios já foram atendidos pela iniciativa com remoção de 259.896 m³ de resíduos (equivalentes a 18.571 caminhões basculantes cheios de materiais, como areia e lixo).

Se esses caminhões fossem enfileirados, ocupariam uma linha de 185 km – o equivalente à viagem de ida e volta entre São Paulo e Campinas, que é de 92 quilômetros. O investimento foi de R$ 22,9 milhões apenas nestes 37 rios.

A iniciativa melhora as condições da água e a qualidade de vida dos moradores das cidades beneficiadas. O programa, desenvolvido por meio do Departamento de Água e Energia Elétrica (Daee), órgão vinculado à Semil, gera incentivo à economia, ao turismo e ao lazer, prevenindo enchentes e afastando os vetores de doenças de veiculação hídrica.

Para marcar a data, a titular da Semil, Natália Resende, e a superintendente do Daee, Mara Ramos, participaram da entrega dos trechos revitalizados em Piracicaba. "Estamos muito satisfeitos com essa importante parceria com a Prefeitura de Piracicaba", avaliou a secretária Natália Resende. "Hoje entregamos a conclusão de uma retirada de mais de 15 mil metros cúbicos de sedimento, que irão contribuir para mitigar as enchentes, dar vida de volta a esse espaço, além de melhorar a disponibilidade hídrica da região", completou.

Na cidade, os serviços de desassoreamento foram realizados em três trechos do Ribeirão do Enxofre, um dos principais afluentes do Rio Piracicaba. Dele foram retirados 15,4 mil m³ de sedimentos, ou 1.100 caminhões basculantes carregados. Apenas na bacia do Médio Tietê, que engloba as regiões de Campinas, Piracicaba e Sorocaba, 18 cursos d'água já foram desassoreados e um está com o processo em andamento. Ao todo, 95,2 mil m³ de sedimentos foram removidos, ou 6.800 caminhões basculantes, nas cidades de Capivari, Jarinu, Monte Mor, Piracicaba, Sorocaba e Tatuí.

Planejamento

No atual ciclo do programa, além dos 37 rios já finalizados, há mais 38 com obras em andamento e outros 13 em preparação para início dos trabalhos, totalizando 88 cursos d'água, espalhados por 59 cidades.

A expectativa é que sejam retirados 579 mil m3 de sedimentos em um investimento de R$ 79 milhões. Já a previsão total para o ciclo atual do Programa Rios Vivos é de R$ 172 milhões, com a limpeza de 240 rios em até 130 municípios ainda neste ano.

Como os municípios podem aderir

O Programa Rios Vivos é uma parceria entre o Estado (que faz o investimento e a limpeza) e as Prefeituras, a quem cabe definir o local de descarte dos resíduos e o licenciamento ambiental, bem como a manutenção do entorno do rio.

Os municípios interessados podem se cadastrar a qualquer momento; para isso, basta acessar o portal do Daee, onde estão disponíveis os formulários para preenchimento de dados e requisitos de elegibilidade. Os formulários preenchidos devem ser encaminhados para a Diretoria de Bacia mais próxima, onde passam por avaliação técnica. Posteriormente, é assinado o Termo de Adesão. Todas as informações, incluindo a relação de cidades com processos concluídos, em andamento e a iniciar estão no endereço http://www.daee.sp.gov.br/site/riosvivos.

Justiça mantém obrigação da Enel de reduzir falta de luz em SP

A 22ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou recurso da concessionária de distribuição de energia elétrica Enel Distribuição São Paulo contra liminar que obriga a concessionária a reduzir suspensões de energia e a atender os consumidores com celeridade. A decisão foi publicada na quinta-feira (11).

Segundo o MPSP (Ministério Público do Estado de São Paulo), com a negativa a Enel continua obrigada a não exceder - em todos os conjuntos elétricos, considerados de forma isolada - os parâmetros estabelecidos pelo regulador nacional relativos a eventos de suspensão do fornecimento de eletricidade e tempo de interrupção.

"A Enel deve ainda atender os consumidores de forma adequada mesmo nos dias críticos, informando aos clientes de maneira individualizada acerca da previsão de restabelecimento do fornecimento de energia e divulgando em seu site e nas contas os índices de qualidade de prestação do serviço", diz o MPSP.

De acordo com a liminar, a Enel tem o prazo máximo de 30 minutos para o atendimento presencial aos consumidores. A determinação estabelece, também, que a empresa coloque um ser humano para falar com os consumidores em até 60 segundos nos canais de atendimento. O mesmo tempo vale para as respostas via aplicativos de mensagens, como o *WhatsApp*.

"Todas as exigências devem ser atendidas a partir deste mês. Caso descumpra o estabelecido pela Justiça, a empresa, responsável pela distribuição de energia em 24 cidades do Estado de São Paulo, estará sujeita a multas que podem chegar até o limite de R$ 500 milhões', determina a Justiça.

Por meio de nota, a Enel disse que entende que a decisão invade a competência privativa da União e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) de legislar e regular a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica. A companhia vai recorrer da decisão. (Agência Brasil)

Governo lança campanha para incentivar regularização ambiental de imóveis rurais

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, lançou nesta sexta-feira (12) uma nova peça publicitária para conscientizar os proprietários de imóveis rurais sobre a importância da regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pela Lei Federal 12.651/12.

A campanha "Aceite seu CAR" reforça a necessidade de os produtores validarem a análise efetuada pelo governo sobre as propriedades. O cadastro é condição prioritária para diversas operações junto a órgãos de registro de imóveis, licenciamento ambiental e obtenção de financiamentos em instituições públicas ou privadas.

O CAR é um registro público eletrônico nacional, obrigatório a todos os proprietários de imóveis rurais. Tem o objetivo de integrar as informações ambientais das propriedades rurais, compondo uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

A verificação das análises é determinante para o avanço do processo de regularização ambiental. É nesta fase que os interessados têm a oportunidade de validar e/ou atualizar as informações declaradas e checar possíveis pendências apontadas pelo sistema. Desta forma, o cadastro aponta a existência de passivo de vegetação nativa a recompor ou excedente de vegetação nativa existente no imóvel rural. A etapa de verificação tem as opções de aceite – total ou parcial – ou recusa total dos resultados.

"Em um mundo onde a sustentabilidade é um imperativo, São Paulo se destaca como um farol de inovação e nosso produtor rural demonstra todo o seu compromisso ambiental. Com um sistema exemplar de Cadastro Ambiental Rural (CAR), o estado não apenas trilha o caminho para a preservação de nossas preciosas terras agrícolas e florestas, mas também inspira nações e estados. Pedimos aos produtores que se juntem a nós nesta jornada verde, que é o caminho para um futuro sustentável", destaca o secretário Guilherme Piai.

Em março de 2023, o Estado de SP atingiu a marca de 423,5 mil cadastros processados, sendo que 91% já tiveram as análises concluídas no sistema. De acordo com a Secretaria de Agricultura, há cerca de 260 mil cadastros com análises disponibilizadas que estão pendentes de verificação por parte dos produtores.

Em 1 ano, SP emprega mil PMs e 110 motos e identifica 2,5 mil nas cenas abertas de uso

A região central de São Paulo conta atualmente com a atuação de mais de mil policiais militares e o emprego 110 motos para o trabalho de policiamento ostensivo, contribuindo para o aumento da segurança nos arredores das cenas abertas de uso.

O efetivo pertence ao 7º Batalhão de Polícia Metropolitana, que no início de março ganhou o reforço de 144 policiais, totalizando 944 agentes atuando no combate à criminalidade nas ruas do centro.

Já a 2ª Companhia do 7º BPM/M, instalada na rua 24 de maio, tem outros 130 policiais militares trabalhando na região. Fora esse quadro fixo, 1,5 mil agentes da PM são empregados em atividades noturnas por meio da atividade delegada, acordo entre o Estado e o município para o emprego, de forma remunerada, de policiais em dias de folga.

Na primeira semana de abril, os registros de roubos nas áreas de abrangência do 3º e 77º DP, que compreendem boa parte do centro da capital, tiveram uma queda de 56% em comparação com o mesmo período de 2023. Em relação à primeira semana de abril de 2022, a redução foi de 63%.

Com 55 casos, a região teve o menor número de roubos em uma semana desde o início do monitoramento, em abril do ano passado. Já os furtos reduziram 21% no mesmo recorte em relação a 2023.

Os números seguem uma tendência de queda dos indicadores criminais no centro de São Paulo, onde a gestão estadual tem realizado ações para recuperar o local e aumentar a sensação de segurança da população.

Operações policiais

As forças de segurança de SP também empreendem operações policiais na região. Nos últimos 12 meses, a Polícia Militar realizou as operações Impacto Centro e Centro Blindado, que culminaram em 20 pontos revitalizados.

Por parte da Polícia Civil, foram realizadas as operações Resgate, AC35, Mobile e Speed-bike, voltadas à repressão de crimes como roubo e furto de celulares.

Na última terça-feira (9), uma operação conjunta entre as polícias Militar e Civil apreendeu 16 bicicletas que eram usadas para a prática de roubos e furtos na região central.

Qualificação

A Secretaria da Segurança Pública de SP também passou a realizar, no 1º trimestre de 2023, um diagnóstico dos problemas criminais e de ordem pública no centro da capital. Já são cerca de 2,5 mil pessoas identificadas e qualificadas que frequentavam as cenas abertas de uso.

O trabalho teve como um dos focos a identificação de frequentadores junto ao sistema de justiça criminal: foram constatadas cerca de 600 pessoas com algum tipo de registro no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP).

Além disso, a pasta passou a notificar ao Poder Judiciário casos em que infratores foram identificados nas cenas abertas de uso em situação de descumprimento de condições legais e judiciais impostas nos processos criminais que respondem. Também foi firmado convênio com o Tribunal de Justiça para o tornozelamento de presos soltos em audiência de custódia na capital.

Prefeitura oferece curso voltado à saúde vocal para os educadores da Rede Municipal

A Secretaria Municipal de Educação (SME), em parceria com a Secretaria Municipal de Gestão (SEGES) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), oferece curso voltado ao cuidado e atenção à saúde vocal do educador da Rede de Ensino do Município de São Paulo, bem como dos demais servidores municipais que fazem uso da voz como instrumento de trabalho.

O curso pretende melhorar o desempenho vocal em sala de aula, além de contribuir na prevenção de alterações vocais decorrentes do uso incorreto. Podem participar Professores de Educação Infantil, Educação Infantil e Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Médio, além de Coordenadores Pedagógicos e Diretores de Escolas.

Na terça-feira (16), dia que celebra o Dia Mundial da Voz, os interessados poderão participar de uma live de conscientização sobre a importância da voz e dos cuidados necessários para a saúde. Para participar da live, é necessário fazer a inscrição até às 14h00 do dia 12/04, pelo link

As inscrições para o curso, começam no dia 15 de abril a partir das 8h00 e seguem até o preenchimento das vagas, ou até o dia 17 de abril às 16h. Os professores que preencherem o formulário de inscrição online, devem aguardar a confirmação da sua inscrição por e-mail (no endereço registrado no formulário). As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de inscrição.

O curso tem início no dia 6 de maio e termina no dia 30 de junho, com carga horária de 30 horas, sendo 6 horas online síncronas pelo Microsoft Teams e 24 horas assíncronas pela plataforma Moodle da Escola Municipal de Saúde (EMS).

Para ser aprovado, o aluno deverá assistir a primeira aula síncrona obrigatória, responder aos 7 questionários de avaliação dos 7 módulos, com nota mínima 7,0 em três (3) tentativas, valendo a nota mais alta, e enviar todas as quatro (4) atividades obrigatórias no tempo determinado. No final, os aprovados receberão certificado.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Sou grato a DEUS e agradeço também aos vereadores e vereadoras pelas palavras de reconhecimento [dia do jornalista - 7 abril]. Nosso compromisso é seguir buscando e usando Inteligência Espiritual ...

.

PREFEITURA (São Paulo)

Sou grato a DEUS e agradeço também ao prefeito Ricardo Nunes pelas palavras de reconhecimento [7 abril - dia do jornalista]. Nosso compromisso é seguir buscando e usando Inteligência Espiritual ...

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Sou grato a DEUS e agradeço também aos deputados e deputadas pelas palavras de reconhecimento via 7 abril [dia do jornalista]. Nosso compromisso é seguir buscando e usando Inteligência Espiritual ...

.

GOVERNO (São Paulo)

Sou grato a DEUS e agradeço também ao governador Tarcísio e o vice Ramuth pelas palavras de reconhecimento via 7 abril [dia do jornalista]. Nosso compromisso é seguir buscando e usando Inteligência Espiritual ...

.

CONGRESSO (Brasil)

Sou grato a DEUS e agradeço também aos senadores e deputados federais pelas palavras e mensagens de reconhecimento via 7 abril [dia do jornalista]. Nosso compromisso é seguir buscando e usando Inteligência Espiritual

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Sou grato a DEUS e agradeço também ao presidente Lula e ao vice Alckmin pelas mensagens de reconhecimento via 7 abril [dia do jornalista]. Nosso compromisso é seguir buscando e usando Inteligência Espiritual

.

PARTIDOS (Brasil)

Sou grato a DEUS e agradeço também aos dirigentes dos partidos políticos pelas palavras e mensagens de reconhecimento via 7 abril [dia do jornalista]. Nosso compromisso é seguir buscando e usando Inteligência Espiritual

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Sou grato a DEUS e agradeço também os profissionais do Direito e do Judiciário pelas mensagens de reconhecimento via 7 abril [dia do jornalista]. Nosso compromisso é seguir buscando e usando Inteligência Espiritual

.

HISTÓRIAS

Sou grato a DEUS e agradeço também a cada um dos brasileiros e estrangeiros pela leitura diária que nos faz pensar, falar e escrever por tanto tempo, com o compromisso de seguir buscando e usando Inteligência Espiritual

.

ANO 32

O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa [Brasil] desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Exportações ajudarão Brasil a diminuir desigualdade social, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que os estímulos que vêm sendo feito pelo governo federal para ajudar o país a produzir e exportar terão, como resultado, uma sociedade mais igualitária, formada majoritariamente por pessoas de classe média, em vez de estar dividida entre ricos e pobres.

A declaração foi feita na sexta-feira (12) em Campo Grande (MS), onde o presidente participou de evento comemorativo ao embarque do primeiro lote de proteína animal exportada para a China, a partir da fábrica JBS. Em março, o país asiático habilitou 38 novas plantas para receber carne importada do Brasil.

Com isso, o total de plantas habilitadas para operar na China passou de 107 para 145. Destas, 24 são voltadas ao processamento de carne bovina; oito de frangos; um estabelecimento de termo processamento de bovinos; e cinco entrepostos.

Segundo o Planalto, somadas, essas unidades vão gerar um incremento de R$ 10 bilhões na balança comercial brasileira ao longo dos próximos 12 meses. O Mato Grosso do Sul tinha apenas três frigoríficos habilitados para exportar para a China. Agora são sete.

Círculo virtuoso

"Vocês estão percebendo que a economia brasileira voltou a crescer. Estão percebendo que a inflação voltou a cair e que a massa salarial votou a crescer. Antes, 80% dos acordos salariais nesse país eram abaixo da inflação. Hoje 87% é acima da inflação. E vocês estão percebendo que o salário mínimo voltou a subir", discursou o presidente ao destacar que o crescimento de 11.7% na renda familiar é o maior em 28 anos.

Lula acrescentou que, quando o trabalhador ganha mais, vira consumidor. "E na hora que vira consumidor, vai mais nas lojas e supermercados para comprar. Aí, a loja encomenda mais da fábrica e a fábrica produz mais. É um círculo virtuoso de geração de oportunidade para todos".

"Mas para isso, precisamos ter empresários que façam investimentos; precisamos ter países parceiros que comprem nossas coisas. É assim que o Brasil se transformará, um dia, em uma economia verdadeiramente rica e não dividida entre pobres e ricos. A gente quer uma sociedade de classe média", completou ao reforçar que cabe ao Estado oferecer condições adequadas para esse cenário.

Infraestrutura

Segundo a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, os investimentos que vêm sendo feito na infraestrutura do país fazem parte dessa estratégia de desenvolvimento associado à justiça social, defendida pelo governo.

"Essa planta, frigorífico onde ela e Lula estavam, de onde foi enviado o primeiro lote de carne para a China significa mais exportação, e esse evento significa abrir o mercado brasileiro para o mundo. Exportar significa mais empregos gerados, mais renda no comércio e, consequentemente, mais empregos sendo gerados, numa economia circular", disse a ministra ao lembrar que cerca de R$ 70 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são investidos em infraestrutura.

Ao apontar para um mapa com rotas de escoamento da produção brasileira, Simone Tebet disse que, de um tempo para cá, boa parte do PIB (Produto Interno Bruto - Somas das riquezas produzidas no país) brasileiro se concentrou no Centro-Oeste brasileiro e em partes do Norte e do Sul do país.

Atalho para a China

"Quando olhamos o mapa, vemos que é muito mais rápido e lucrativo exportar pelo Oceano Pacífico. Há uma rota de integração que vai permitir à JBS e aos produtos que plantamos; à agricultura familiar; à pecuária do agronegócio possam chegar mais rápido e mais barato para China", disse.

"Esta rota já está [praticamente] pronta. Do lado do Brasil, falta a ponte em Porto Murtinho, que o presidente Lula inaugura no segundo semestre do ano que vem. Em 2025 começa também a construção, pelo PAC, de mais de R$ 400 milhões para interligar o asfalto da [BR] 419", acrescentou.

Segundo a ministra, com a conclusão dessas obras, esses produtos não precisarão mais ir para os portos do Atlântico. "Vão poder chegar numa distância inferior a 10 mil quilômetros para chegar na China. Estamos falando em diminuir a rota em até 21 dias, o que significa que os produtos vão poder ter entregues mais barato", completou. (Agência Brasil)

Suspeitos de negociar armas de arsenal do Exército são presos em SP

Dois homens foram presos na capital paulista por serem suspeitos de negociar as 21 armas furtadas do arsenal do Exército em Barueri, em setembro de 2023. A prisão foi feita por policiais da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) do Rio de Janeiro durante a operação Tormentorum Vendito.

A dupla foi localizada com a ajuda de uma denúncia anônima. Eles estavam em um condomínio de luxo em Santana de Parnaíba. Durante o cumprimento dos mandados de buscas e apreensão em endereços ligados à quadrilha dos dois presos os agentes apreenderam uma pistola, dois carregadores, um rastreador, quatro carros, um caminhão, 12 telefones celulares, três notebooks, pen drives, documentos diversos e outros materiais.

De acordo com a Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) do Rio de Janeiro, após o furto das armas em São Paulo, a Polícia Civil do Rio Janeiro recuperou, em outubro do ano passado, quatro metralhadoras calibre ponto 50 e outras quatro Mags, calibre 7.62.

O armamento foi localizado em um carro roubado e abandonado em um dos acessos da Gardênia Azul, na Zona Oeste do Rio. Já no início de novembro, mais duas metralhadoras calibre ponto 50 foram recuperadas, na Praia da Reserva, na mesma região.

"A equipe da DRE levantou informações, realizou um trabalho de inteligência e analisou um vídeo circulando na internet. Os agentes identificaram a dupla e constataram que estaria negociando as armas para que traficantes do Comando Vermelho e milicianos utilizassem nos confrontos nas regiões da Gardênia Azul e na Cidade de Deus, na Zona Oeste", diz a Sepol, por meio de nota.

Segundo as investigações, os presos e outros investigados atuam no comércio ilícito de armas de fogo, principalmente as de uso restrito, bem como de outras práticas criminosas, como receptação e clonagem de veículos para escambo por armas com grandes fornecedores.

A Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo informou que inquérito foi aberto para apurar as circunstâncias do desaparecimento e para recuperação do armamento. A prefeitura de Cajamar informou que os agentes responsáveis pela vigilância dos equipamentos foram afastados das funções, além da abertura de uma sindicância.

O Ministério Público Militar denunciou oito pessoas, sendo quatro civis e quatro militares. As armas foram encontradas com integrantes do crime organizado e 19 armas foram recuperadas. (Agência Brasil)

Setor de Serviços recua 0,9% após três meses de alta

A atividade do setor de serviços no Brasil apresentou recuo 0,9% na passagem de janeiro para fevereiro de 2024, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada na sexta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Luiz Almeida, analista da pesquisa, o resultado é fruto de um movimento de compensação após meses de alta.

"É uma descontinuação dos ganhos anteriores. Como observamos, por exemplo, na atividade de profissionais, administrativos e complementares", afirma o técnico do IBGE.

Além desse grupo, a queda se deu no setor de informação e comunicação (-1,5%) transportes (-0,9%) e outros serviços (-1,0%). Apenas as atividades de serviços prestados às famílias registraram variação positiva, de 0,4%.

A queda de fevereiro se dá após três meses de alta, e o volume de serviços se manteve 11,6% acima do nível pré-pandemia. No acumulado do primeiro bimestre de 2024, o volume de serviços cresceu 3,3% frente ao mesmo período do ano passado, e fevereiro de 2024 ficou 2,5% acima de fevereiro de 2023. No acumulado nos últimos 12 meses ficou em 2,2%.

Outro ponto informado pelo IBGE foi a queda do índice de atividades turísticas, que recuou 0,8% em fevereiro, na comparação com janeiro. Foi o segundo desempenho negativo seguido, com perda acumulada de 1,8%. (Agência Brasil)

Padilha diz que não guarda rancor em relação a Lira

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou, na sexta-feira (12), que não guarda rancor em relação ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Ele disse ainda que não quer brigar, mas manter a "dupla de sucesso" do governo com o Congresso Nacional.

Na quinta-feira (11), Lira disse que Padilha é um "desafeto pessoal" e "incompetente".

"Sobre competência, eu deixo as palavras do presidente Lula, que no dia de ontem já falou sobre isso. Sobre o resto, eu sinceramente não vou descer a esse nível. Eu aprendi a fazer política com o presidente Lula, política com civilidade. Não tenho qualquer tipo de rancor. Governo e Congresso fizeram uma dupla de sucesso na agenda econômica, na agenda de retomada das políticas", disse Padilha.

Ao participar do Fórum Brasileiro de Líderes em Energia, no Rio de Janeiro, Padilha afirmou que o governo quer manter diálogo com as lideranças do Congresso. O ministro diz que sente, entre líderes da base e da oposição, disposição em se concentrar na agenda do país.

"Se um não quer dois não brigam. Nós vamos continuar concentrados no trabalho. Concentrar no diálogo que tenho com os líderes da base e da oposição, os líderes do Senado, os governadores e prefeitos. E acho que, com esse esforço concentrado no trabalho, vamos continuar avançando na agenda do país."

Entre os temas prioritários da relação do governo com o Congresso estão a consolidação do reequilíbrio econômico do país e o avanço de projetos de transição energética. (Agência Brasil)

PGR defende no STF derrubada de marco temporal das terras indígenas

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou na quinta-feira (11) parecer ao Supremo Tribunal Federal (STF) no qual defende a derrubada do marco temporal das terras indígenas, que foi recriado no ano passado pelo Congresso Nacional, após o próprio Supremo ter julgado a tese inconstitucional.

Pela tese do marco temporal, os povos indígenas somente teriam direito à demarcação de terras que estavam ocupadas por eles na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Esse entendimento foi considerado inconstitucional pelo Supremo em setembro de 2023. Entretanto, em resposta, o Congresso aprovou a lei 14.701/2023, restabelecendo o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a vetar o dispositivo, mas o veto acabou derrubado por parlamentares.

Em seguida à entrada em vigor da nova lei, o povo indígena Xokleng pediu a suspensão dos trechos que recriaram o marco temporal, entre outros pontos. A etnia é parte em um processo que trata da demarcação da Terra Indígena (TI) Ibirama La-Klãnõ, em Santa Catarina.

Os Xokleng argumentam que o artigo que restabeleceu o marco temporal inviabiliza, na prática, a expansão da TI, já aprovada por meio de portaria publicada pelo Ministério da Justiça. Isso porque a etnia não ocupava a área na data da promulgação da Constituição.

Gonet concordou com os argumentos. Ele afirmou que diversos dispositivos da lei são "capazes de inviabilizar o andamento das demarcações, prejudicando a eficiência e a duração razoável do processo e ofendendo os postulados da segurança jurídica e do ato jurídico perfeito".

Pelo parecer do PGR, devem ser considerados inconstitucionais 17 artigos da nova lei, incluindo o marco temporal propriamente dito e regras que permitem, por exemplo, a volta de processos de demarcação a estágios iniciais e a revisão de terras já demarcadas.

Entre os outros dispositivos que devem ser suspensos estão aqueles que, na opinião do PGR, dificultam ou inviabilizam o trabalho dos técnicos na produção de laudos antropológicos, documento que comprova o vínculo entre determinada etnia com o território. Também devem ser suspensos dispositivos que adicionam obstáculos às demarcações, segundo o parecer.

Um desses dispositivos prevê, por exemplo, que eventuais ocupantes das áreas em processo de demarcação podem permanecer no local até o recebimento de eventuais indenizações por benfeitorias feitas "de boa-fé". A previsão também deve ser derrubada, opinou o PGR.

"A autorização para que posseiros permaneçam nas terras reconhecidas como indígenas até a conclusão do procedimento e o efetivo pagamento das benfeitorias, sem limitação ao uso e gozo das terras, restringe o usufruto exclusivo garantido pela Constituição aos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam", escreveu Gonet.

Ele opinou ainda pela derrubada do artigo que veda a ampliação das TI já demarcadas, bem como aquele que permite a instalação de bases, postos militares e redes de comunicação em terras indígenas, entre outros.

Na sexta-feira (12), o Supremo começou a julgar se mantém uma decisão do ministro Edson Fachin, relator do processo sobre a TI birama La-Klãnõ, que suspendeu um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) de 2017 que impunha diversas regras à demarcação das terras. O caso é julgado no plenário virtual, em sessão prevista para durar até a próxima sexta-feira (19).

O pedido do povo Xokleng pela suspensão do marco temporal deve ser analisado quando o mérito do processo for a julgamento. Em paralelo, diversos partidos também questionaram a recriação do marco temporal por meio de ações diretas de inconstitucionalidade.

Em seu parecer, a PGR opinou em relação ao mérito do marco temporal, pedindo que seja, novamente, considerado inconstitucional. Para ela, a tese viola o artigo 231 da Constituição, que confere o direito aos indígenas da posse a suas terras tradicionais. (Agência Brasil)

Escola de Brasília denuncia preconceito racial e social durante jogo

A Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima, de Brasília, denunciou na sexta-feira (12) um caso de racismo contra alunos da instituição, ocorrido durante uma partida de futebol realizada no início do mês. Segundo a escola, durante o jogo, alunos do Colégio Galois, também da capital federal, proferiram palavras ofensivas aos estudantes da escola Fátima, como "macaco", "filho de empregada" e "pobrinho". Ambas são escolas privadas.

De acordo com a escola Nossa Senhora de Fátima, embora diversos responsáveis da outra escola estivessem presentes no local, não foi tomada nenhuma providência adequada no momento. "Os alunos agressores encontravam em sua maioria uniformizados, ou seja, estavam sob a guarda e responsabilidade do Colégio Galois que, neste caso, mostrou-se conivente com a situação humilhante e vexatória vivida pelos alunos da Escola Fátima", diz em nota a diretora-geral da escola, Inês Alves Lourenço.

A escola também defende que o preconceito racial e social não deve ter espaço em nenhum ambiente, especialmente em uma escola. "É inadmissível que em pleno século XXI, ainda tenhamos que presenciar atos tão repugnantes como os que foram direcionados aos nossos atletas", disse a diretora, garantindo que os fatos narrados serão remetidos à coordenação do campeonato esportivo e à delegacia competente.

O Colégio Galois considerou os fatos expostos de extrema seriedade e informou que não está inerte ao ocorrido. "Solidarizamo-nos profundamente com os alunos e a comunidade da Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima que se sentiram ofendidos e magoados", disse em nota o diretor pedagógico, Angel Andres.

Segundo o diretor, já foi iniciada investigação interna rigorosa sobre o caso. "Estamos comprometidos em não apenas identificar os envolvidos, mas também a aplicar medidas disciplinares e ampliar, ainda mais, ações educativas necessárias pertinentes. Mais uma vez, reiteramos que supostos comportamentos não representam nossos valores e que repudiamos veementemente qualquer forma de discriminação".

O deputado distrital Gabriel Magno (PT-DF), presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, informou que oficiou o Conselho de Educação do DF e irá acionar os órgãos competentes. "É inadmissível os atos racistas em qualquer espaço, principalmente nos espaços escolares, bem como a omissão dos responsáveis. É fundamental reforçamos compromisso com uma educação para os direitos humanos e antirracista", disse o deputado nas redes sociais.

Formação integral

Os termos utilizados pelos alunos para ofender os colegas falam não só sobre raça, mas também sobre classe social. A avaliação é da professora Gina Vieira Ponte, licenciada em língua portuguesa e especialista em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.

"Neste caso específico, é preciso refletir sobre como para os estudantes 'ser filho de empregada' ou 'pobrinho' é algo de que alguém deveria se envergonhar, ou algo que torna alguém passível de ser desumanizado, humilhado ou constrangido", disse à **Agência Brasil**. Segundo ela, por trás deste discurso está a ideia de que acumular bens materiais e ostentá-los é o indicador de sucesso na vida.

A professora também aponta que as escolas deveriam priorizar a formação integral, democrática, cidadã e humanizadora, mas muitas vezes reduzem seu trabalho a treinamento para passar em provas. "Treinar alguém para passar em uma prova específica é relativamente fácil. Formar um ser humano em uma perspectiva integral, crítica, cidadã, socialmente referenciada "é algo bem mais complexo", aponta, lembrando que, a depender das famílias destas crianças e adolescentes, o acesso aos discursos racistas começa em casa.

Embora existam leis que determinam a inclusão no currículo das escolas a temática história e cultura afro-brasileira, a professora acredita que não há vontade política para garantir o cumprimento dessa determinação, o que reflete também no apagão de iniciativas voltadas a formar profissionais da educação para que levem o tema para a organização do trabalho pedagógico.

"É fundamental que a educação antirracista ou a educação para a promoção da equidade étnico-racial, não seja trabalhada de forma esporádica e episódica, com eventos que não se articulam com os conteúdos a serem ensinados, mas a partir de uma perspectiva de currículo integrado e integrador, que traga a educação em direitos humanos, com foco em promoção de equidade de raça transversal a todo o currículo, estruturando todos os conteúdos a serem ensinados e orientando todas as práticas e relações na escola", diz Gina. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP
Página 4 SÁBADO À SEGUNDA-FEIRA, 13, 14 E 15 DE ABRIL DE 2024 Nacional

Brasil debate preservação de oceanos em reunião do G20 em Brasília

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Marina Silva, abriu na sexta-feira (12), em Brasília (DF), a reunião presencial dos dois dias do Grupo de Trabalho (GT) de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20, da Trilha de Sherpas, sob presidência rotativa do grupo do Brasil.

Esta foi a primeira reunião presencial do GT com a participação de mais de 90 delegados de 53 delegações dos países membros do G20, grupo que reúne as 19 principais economias do mundo, mais a União Europeia e União Africana e países convidados. No fim de janeiro, o mesmo grupo realizou a primeira reunião virtual.

Neste primeiro dia de reunião, o grupo tratou de dois dos cinco temas prioritários a serem trabalhados neste ano: Oceanos e Adaptação preventiva e emergencial frente a eventos climáticos extremos. Os demais temas prioritários do GT de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20 são: Resíduos; economia circular; Valorização e pagamentos por serviços ecossistêmicos.

A ministro do MMA, Marina Silva, entende que as maiores economias do mundo têm poder para mudar a questão climática.

"As 20 maiores economias do mundo, que são detentoras de 80% dos recursos financeiros do planeta e são responsáveis por 80% das emissões, podem alavancar processos que podem fazer a diferença."

A ministra Liliam Beatris Chagas de Moura, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e diretora do Departamento de Clima no ministério revelou que as sugestões brasileiras foram bem acolhidas pelos demais participantes da reunião e comentou a estratégia brasileira para os próximos meses de trabalho do grupo. "Os temas que a gente está agora debatendo irão além de grandes recomendações. Tentaremos ser um pouco mais granulares, com instrumentos específicos, recomendações mais específicas para que isso se concretize nas agendas dos países do G20. Será o G20 liderando pelo exemplo."

Sobre os oceanos, a secretária de Mudança do Clima do MMA, Ana Toni, apontou que, durante o encontro desta sexta-feira, o Brasil também ouviu sugestões de outros países participantes, como haver um comprometimento com a proteção de oceanos e proteção de zonas costeiras por escrito na chamada Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, em inglês) dos países; e traçar o Planejamento Espacial Marinho, como instrumento para uso de áreas dos oceanos para preservá-lo.

A ministra do MMA explicou que, diferentemente de outras sessões do G20, o GT comandado neste ano pelo Brasil não terá uma declaração negociada. "Será uma manifestação do Brasil com parágrafos de cada país, porque isso facilita o processo para que a gente possa dar uma sinalização mais forte daquilo que é o pensamento acumulado.

A ministra esclareceu também que o Brasil fez questão também de respeitar os legados das presidências anteriores a do Brasil no G20, considerando que são dois países em desenvolvimento: Indonésia e Índia. "Temos feito o esforço de ir considerando os legados para que a gente tenha um processo cumulativo que vise criar um novo ciclo de prosperidade que possa, ao mesmo tempo, combater desigualdades e fazer com que tudo isso seja de forma sustentável, observando a capacidade de suporte do planeta."

A reunião técnica do GT de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20 iniciada nesta sexta-feira no formato presencial será encerrada no sábado (13), com a participação de dezenas de delegados.

De acordo com o calendário de atividades do G20, ao todo, o Grupo de Trabalho (GT) de Sustentabilidade Ambiental e Climática do G20, da Trilha de Sherpas, além das reuniões técnicas em Brasília, ocorrerá mais uma reunião no Amazonas. O quarto encontro será em outubro, em uma reunião ministerial com titulares da pasta de meio ambiente, no Rio de Janeiro. A reunião será preparatória para a Cúpula final com os chefes de Estado e outras lideranças mundiais, nos dias 18 e 19 de novembro deste ano, também na capital fluminense. (Agência Brasil)

Ministro quer modernização de contratos com distribuidoras de energia

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou, na sexta-feira (12), que os contratos com as concessionárias de distribuição de energia devem ser modernizados, para melhorar a qualidade do serviço. Silveira participou do Forum Brasileiro de Líderes em Energia, no Rio de Janeiro.

"Nossos contratos até então são contratos que não atendem mais, do jeito que estão, as expectativas da sociedade brasileira. Precisamos modernizar esses contratos para melhorar nossos índices DEC [tempo médio de interrupção de energia dos consumidores] e FEC [frequência da interrupção de energia aos consumidores]", disse o ministro.

O ministro defendeu a renovação das concessões cujos contratos vencem nos próximos anos, como uma forma de evitar a paralisação dos investimentos previstos pelas atuais concessionárias. Mas, ao mesmo tempo, aumentar a cobrança por uma melhor qualidade do serviço.

"Precisamos avançar no sentido da renovação. Nas 20 distribuidoras que estão diretamente ligadas ao processo de distribuição, temos planos de investimentos que apontam para uma direção de R$ 140 bilhões nos próximos quatro anos", disse Silveira.

Segundo o ministro, se uma empresa receber sinalização de que o contrato não será renovado, ela poderá diminuir seu plano de investimento aqui no Brasil e passar a investir em outro lugar.

A ideia é ainda que os prefeitos tenham uma relação mais direta com as distribuidoras de energia. "Os prefeitos são, para mim, a maior autoridade federativa, porque estão no dia-a-dia da comunidade. São aqueles que têm que dar resposta aos postos de saúde, às escolas. Então eles precisam ter um link mais direto com as nossas distribuidoras para melhorar a qualidade do serviço", disse o ministro. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.

CNPJ 60.829.215/0001-41

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação e consideração de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 .

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	38	50	39	28
Contas a receber	4	1.540	2.344	1.540	2.344
Estoques	5	1.107	2.154	1.107	2.154
Impostos a recuperar	-	840	628	950	821
Outros créditos	-	1.319	2.626	1.206	2.767
Partes relacionadas	12	32.123	44.183	32.123	43.056
Total do ativo circulante		**36.967**	**51.985**	**36.965**	**51.170**
Ativo não circulante					
Contas a receber	4	1.516	5.025	1.516	5.025
Depósitos judiciais	13	2.069	2.529	2.069	2.529
Precatórios a receber	6	114.612	114.612	114.612	114.612
Investimentos	7	3.959	4.524	-	-
Imobilizado	8	14.479	14.976	15.669	16.166
Total do ativo não circulante		136.635	141.666	133.866	138.332
Total do ativo		173.602	193.651	170.831	189.502

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	16	51	44	51
Fornecedores	9	1.244	2.058	1.244	2.058
Obrigações trabalhistas e tributárias	11	6.602	9.079	8.009	10.881
Partes relacionadas	12	1.938	8.385	91	8.385
Outras contas a pagar	-	1.152	3.310	1.154	3.338
Dividendos a pagar	14.2	26	-	26	-
Total do passivo circulante		**10.978**	**22.883**	**10.568**	**24.713**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	442	-	442
Obrigações tributárias	11	-	225	-	225
Partes relacionadas	12	37.007	45.005	34.545	38.910
Provisão para demandas judiciais	13	7.449	7.013	7.449	7.013
Total do passivo não circulante		**44.456**	**52.685**	**41.994**	**46.590**
Patrimônio líquido					
Capital social	14.1	101.200	76.200	101.200	76.200
Reserva de capital	-	26	26	26	26
Reserva legal	14.2	5.217	5.211	5.217	5.211
Ajuste de avaliação patrimonial	14.4	686	686	686	686
Reserva de lucros	-	11.039	35.960	11.039	35.960
Patrimônio liquido dos controladores		**118.168**	**118.083**	**118.168**	**118.083**
Participação dos não controladores	14.5	-	-	101	116
Total do patrimônio líquido		118.168	118.083	118.269	118.199
Total do passivo e patrimônio líquido		**173.602**	**193.651**	**170.831**	**189.502**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado bruto					
Receita líquida	15	73.047	135.460	73.047	148.726
Custo dos serviços prestados	16	(63.309)	(102.628)	(63.797)	(115.472)
Lucro bruto		**9.738**	**32.832**	**9.250**	**33.254**
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	17	(9.152)	(5.898)	(9.225)	(5.946)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(565)	348	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	735	1.820	735	1.820
Lucro antes do resultado financeiro		**756**	**29.102**	**760**	**29.128**
Receitas financeiras	18	342	-	342	-
Despesas financeiras	18	(803)	(2.558)	(822)	(2.575)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**295**	**26.544**	**280**	**26.553**
I.R. e contribuição social - correntes	19	(184)	(7.522)	(184)	(7.522)
Lucro liquido do exercício		**111**	**19.022**	**96**	**19.031**
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		111	19.022	111	19.022
Participação de não controladores	14.5	-	-	(15)	9

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro liquido do exercício	**111**	**19.022**	**96**	**19.031**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**111**	**19.022**	**96**	**19.031**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	295	26.544	280	26.553
Ajustes para o resultado antes dos impostos sobre o lucro				
Depreciação e amortização	859	442	859	442
Baixa de imobilizado	210	102	210	102
Provisão para contingências	436	(2.551)	436	(2.551)
Resultado de equivalência patrimonial	565	(348)	-	-
Decréscimo/ (acréscimo) em ativos				
Contas a receber	4.313	5.002	4.313	6.987
Estoques	1.047	(1.225)	1.047	(1.225)
Impostos a recuperar	(212)	759	(129)	643
Outros créditos	1.307	(1.727)	1.561	(1.868)
Depósitos judiciais	460	-	460	-
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos				
Fornecedores	(814)	(1.121)	(814)	(1.121)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(2.702)	4.403	(3.097)	5.358
Outras contas a pagar	(2.158)	1.710	(2.184)	1.738
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**3.606**	**31.990**	**2.942**	**35.058**
Imposto de renda e contribuição social, pagos	(184)	(7.522)	(184)	(7.522)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**3.422**	**24.468**	**2.758**	**27.536**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(572)	(5.056)	(572)	(5.056)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(572)**	**(5.056)**	**(572)**	**(5.056)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de empréstimos líquidos	(477)	(648)	(449)	(648)
Partes relacionadas	(2.385)	(6.737)	(1.726)	(9.864)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(12.000)	-	(12.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(2.862)**	**(19.385)**	**(2.175)**	**(22.512)**
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(12)**	**27**	**11**	**(32)**
No início do exercício	50	23	28	60
No final do exercício	38	50	39	28
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(12)**	**27**	**11**	**(32)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas Legal	Reservas Lucros	Adiantamento para futuro aumento capital	Patrimônio liquido dos controladores	Participação dos não controladores	Participação dos não controladores
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**76.200**	**26**	**686**	**4.260**	**17.889**	**12.000**	**111.061**	**107**	**111.168**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.022	-	**19.022**	9	**19.031**
Constituição de reserva legal	14.2	-	-	-	951	(951)	-	**-**	-	**-**
Adiantamento para futuro aumento capital	14.3	-	-	-	-	-	(12.000)	**(12.000)**	-	(12.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**76.200**	**26**	**686**	**5.211**	**35.960**	**-**	**118.083**	**116**	**118.199**
Aumento de capital social	14.1	25.000	-	-	-	(25.000)	-	**-**	-	**-**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	111	-	**111**	(15)	**96**
Constituição de reserva legal	14.2	-	-	-	6	(6)	-	**-**	-	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	14.2	-	-	-	-	(26)	-	(26)	-	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**101.200**	**26**	**686**	**5.217**	**11.039**	**-**	**118.168**	**101**	**118.269**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras completas e auditadas também estão disponíveis na sua versão completa, no seguinte endereço eletrônico: https://www.jornalodiasp.com.br/anteriores/

ATID PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 07.009.825/0001-16

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores Expressos em Reais

ATIVO	Nota	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ATIVO CIRCULANTE		**3.244.156**	**3.399.040**	**263.425.710**	**291.100.493**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	6.543	75.179	5.297.935	3.516.866
Promissários Compradores	5	0	0	75.326.948	82.203.463
Contas a Receber		762.601	0	2.297.502	2.759.287
Ativo Fiscal Corrente	6	0	2.001	54.039	167.343
Estoques Imobiliários	7	2.475.011	3.321.860	180.449.287	202.399.541
Despesas Antecipadas		0	0	0	53.993
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**630.985.595**	**560.552.286**	**647.322.116**	**527.815.681**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		54.680.048	47.081.909	524.531.299	426.432.301
Promissários Compradores	5	0	0	505.202.552	418.037.080
Contas a Receber		0	9.855	0	0
Crédito com Partes Relacionadas	8	54.680.048	47.072.054	17.188.063	6.416.582
Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo		0	0	2.140.685	1.978.640
INVESTIMENTOS		576.173.429	513.315.957	97.768.726	75.650.664
Participações Societárias	9	576.558.140	513.310.957	98.153.437	75.645.664
Obras de Arte		5.000	5.000	5.000	5.000
Ágio / Deságio por Rentabilidade Futura		(389.710)	0	(389.710)	0
IMOBILIZADO	10	116.735	137.162	25.006.346	25.714.959
Bens do Imobilizado		540.684	527.059	25.815.244	26.475.058
(-) Depreciações Acumuladas		(423.949)	(389.897)	(808.897)	(760.099)
INTANGÍVEL	11	15.383	17.258	15.744	17.756
Softwares		45.647	43.426	48.091	45.870
(-) Amortização Acumulada		(30.264)	(26.168)	(32.347)	(28.114)
TOTAL DO ATIVO		**634.229.751**	**563.951.326**	**910.747.826**	**818.916.174**

PASSIVO	Notas	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PASSIVO CIRCULANTE		**52.509**	**18.341**	**2.712.115**	**4.268.949**
Fornecedores	12	47.414	18.000	473.856	955.478
Obrigações Tributárias	13	343	341	1.208.520	1.141.741
Obrigações Trabalhistas	14	4.752	0	298.807	404.162
Contas a Pagar	15	0	0	730.932	1.767.568
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**0**	**1.208.842**	**61.846.949**	**60.555.852**
Obrigações com Partes Relacionadas		0	0	23.387.280	25.786.698
Passivo Fiscal Diferido	16	0	0	36.979.452	32.279.636
Outras Obrigações a Pagar	17	0	1.208.842	1.480.216	2.489.518
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**634.177.242**	**562.724.143**	**846.188.763**	**754.091.373**
Capital Social	19	335.383.500	335.383.500	335.383.500	335.383.500
Aportes de Empresas Consorciadas		0	0	33.116.012	24.850.606
Reserva Legal		8.033.203	4.211.015	8.033.203	4.211.015
Reserva de Lucros Acumulados		290.760.539	223.129.628	290.760.539	223.129.628
Participações Não Controladoras		0	0	178.895.509	166.516.623
TOTAL DO PASSIVO		**634.229.751**	**563.951.326**	**910.747.826**	**818.916.174**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Contábeis.

Tali Blanche Tiosso
Sócia Administradora
CPF/MF 697.417.781-04

Linda Aparecida Moreira da Silva Barros
Contadora CRC-GO 13.840/O-4
CPF 497.614.121-72

Demonstração do Resultado do Exercício - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores Expressos em Reais

	Nota	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		1.680.000	0	234.668.748	230.407.017
Receitas de Vendas		1.680.000	0	234.668.748	230.407.017
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		(61.320)	0	(78.460.002)	(78.796.013)
Impostos e Contribuições Sobre Vendas		(61.320)	0	(5.413.038)	(5.936.802)
Cancelamento de Vendas de Imóveis		0	0	(73.046.965)	(72.859.210)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**20.a**	**1.618.680**	**0**	**156.208.746**	**151.611.004**
(-) CUSTOS DE VENDAS		(848.440)	0	(34.109.160)	(23.839.245)
Custos dos Imóveis/Mercadorias e Serviços		(848.440)	0	(34.109.160)	(23.839.245)
LUCRO BRUTO		**770.240**	**0**	**122.099.586**	**127.771.759**
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		75.719.920	84.225.879	(4.637.445)	(6.864.396)
Despesas comerciais	20.b	(590.208)	(253.353)	(9.590.260)	(10.577.777)
Despesas Administrativas	20.c	(869.654)	(925.831)	(10.200.359)	(8.929.567)
Despesas Tributárias	20.d	(801)	(5.291)	(522.034)	(240.465)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	20.e	77.180.583	85.410.354	15.675.209	12.883.412
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**76.490.160**	**84.225.879**	**117.462.141**	**120.907.363**
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(516)	(5.516)	32.844.301	28.268.196
Receitas Financeiras	20.g	543	646	35.898.276	33.759.749
(-) Despesas Financeiras	20.f	(1.059)	(6.162)	(3.053.975)	(5.491.553)
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		**76.489.644**	**84.220.363**	**150.306.442**	**149.175.559**
(-) PROVISÃO PARA TRIBUTAÇÃO		(45.878)	(66)	(6.135.703)	(5.707.291)
Contribuição Social		(18.193)	(24)	(2.004.015)	(2.057.835)
Imposto de Renda		(27.686)	(41)	(4.131.688)	(3.649.456)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**76.443.766**	**84.220.297**	**144.170.738**	**143.468.267**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL		**0**	**0**	**144.170.738**	**143.468.267**
Quotistas da Controladora		0	0	140.102.288	141.684.432
Participações Não Controladoras		0	0	4.068.450	1.783.836
Lucro Líquido do Exercício por Quota de Capital		**0**	**0**	**0**	**0**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Valores Expressos em Reais

	Nota	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido do Exercício		76.443.766	84.220.297	144.170.738	143.468.267
Mais: Depreciações e Amortizações		38.147	38.577	53.031	21.045
Variação em Promissários Compradores	5	0	0	(80.288.957)	(82.317.316)
Variação em Contas a Receber		(752.746)	(9.855)	461.786	(1.876.753)
Variação em Tributos a Recuperar	6	2.001	6	113.304	(36.621)
Variação em Estoques Imobiliários	7	846.849	0	21.950.254	2.926.343
Variação em Despesas Antecipadas		0	0	53.993	(53.993)
Variação em Fornecedores	12	29.415	(1.704)	(481.623)	303.873
Variação em Obrigações Tributárias	13	2	125	66.779	287.086
Variação em Obrigações Trabalhistas	14	4.752	0	(105.355)	37.903
Variação em Contas a Pagar	15	0	0	(1.036.636)	618.893
Variação em Outras Contas a Pagar	17	(1.208.842)	59.721	(1.009.302)	(387.593)
Variação em Passivo Fiscal Diferido	16	0	0	4.699.816	6.132.473
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		75.403.343	84.307.166	88.647.829	69.123.607
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de Imobilizado	10	(13.625)	(40.193)	659.815	(222.463)
Aquisição de Intagível	11	(2.221)	0	(2.221)	0
Créditos com Partes Relacionadas	8	(7.607.993)	(14.477.894)	(10.771.481)	(6.236.435)
Outros Ativos Realizáveis a Longo Prazo		0	0	(162.045)	(329.829)
Variação em Participações Societárias	9	(62.857.472)	(50.053.600)	(22.118.063)	(7.428.790)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(70.481.312)	(64.571.687)	(32.393.995)	(14.217.517)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Variação em Obrigações com Partes Relacionadas		0	0	(2.399.418)	387.957
Aumento de Capital	19	0	330.000.000	0	330.000.000
Pagamento de Dividendos	18	(4.990.667)	(350.018.036)	(4.990.667)	(350.018.036)
Aporte com Empresas Consorciadas		0	0	8.265.406	6.050.134
Aporte Líquido de Quotistas não Controladores		0	0	(55.348.088)	(40.520.440)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos		(4.990.667)	(20.018.036)	(54.472.766)	(54.100.385)
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(68.636)**	**(282.557)**	**1.781.069**	**805.704**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES					
No Início do Exercício	4	75.179	357.736	3.516.866	2.711.162
No Final do Exercício	4	6.543	75.179	5.297.935	3.516.866
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(68.636)**	**(282.557)**	**1.781.069**	**805.704**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *Valores Expressos em Reais*

	Nota	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucros Acumulados	Partic. de Emp. Consociadas	Particiapção de Minoritários	Total
SALDOS EM 31.12.2021		**5.383.500**	**0**	**493.138.382**	**18.800.472**	**147.789.094**	**665.111.448**
Aumento de Capital	19	330.000.000	0	0	0	0	330.000.000
Lucro Líquido do Exercício		0	0	84.220.297	0	0	84.220.297
Pagamento de Dividendos	18	0	0	(350.018.036)	0	0	(350.018.036)
Constituição de Reservas de Lucros		0	4.211.015	(4.211.015)	0	0	0
Part.Empresas Consorciadas		0	0	0	6.050.134	0	6.050.134
Particip. não Controladores		0	0	0	0	18.727.530	18.727.530
SALDOS EM 31.12.2022		**335.383.500**	**4.211.015**	**223.129.628**	**24.850.606**	**166.516.623**	**754.091.373**
Lucro Líquido do Exercício		0	0	76.443.766	0	0	76.443.766
Pagamento de Dividendos	18	0	0	(4.990.667)	0	0	(4.990.667)
Constituição de Reservas de Lucros		0	3.822.188	(3.822.188)	0	0	0
Part.Empresas Consorciadas		0	0	0	8.265.406	0	8.265.406
Particip. não Controladores		0	0	0	0	12.378.885	12.378.885
SALDOS EM 31.12.2023		**335.383.500**	**8.033.203**	**290.760.539**	**33.116.012**	**178.895.509**	**846.188.763**

As Notas Explicativas são parte Integrante das Demonstrações Contábeis.

Bullla Instituição de Pagamento S.A.

C.N.P.J. nº 08.422.119/0001-64

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Bullla Instituição de Pagamento S.A. e suas controladas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas bem como do relatório dos auditores independentes. O Bullla Instituição de Pagamento S.A. encerrou o exercício de 2023 com o patrimônio líquido R$ 122 milhões (R$ 104 milhões em 31 de dezembro de 2022) e total de ativos de R$ 340 milhões (R$ 282 milhões em 31 de dezembro de 2022). O Bullla Instituição de Pagamento S.A. preza por uma estrutura organizacional que permite o controle tempestivo independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado. A Administração agradece aos clientes, controladores e parceiros pela confiança investida e aos colaboradores pelo contínuo empenho e comprometimento.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Ativo				
Circulante		**257.286**	**202.778**	**257.064**
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.535	27.481	35.369
Títulos e valores mobiliários	4	108.690	39.060	30.140
Contas a receber	5	66.370	119.510	143.863
Despesas antecipadas	6	24.392	6.864	24.394
Outros créditos	7	23.298	9.863	23.298
Não circulante		**82.539**	**79.641**	**82.539**
Outros créditos	7 e 18.b	48.884	55.370	48.884
Despesas antecipadas	6	10.902	5.536	10.902
Imobilizado	8	855	606	855
Intangível	8	21.898	18.129	21.898
Total ativo		**339.824**	**282.419**	**339.603**

	Nota	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Passivo				
Circulante		**194.637**	**165.038**	**194.416**
Fornecedores		6.569	18.624	6.580
Contas a pagar operacionais	9	158.006	138.607	158.120
Obrigações por empréstimos	10	17.838	–	17.838
Obrigações fiscais e trabalhistas	11	6.983	4.367	6.983
Outras obrigações		5.241	3.440	4.895
Não circulante		**22.723**	**12.919**	**22.723**
Obrigações por empréstimos	10	14.655	–	14.655
Obrigações fiscais e trabalhistas	11	6.097	11.585	6.097
Passivos contingentes	12	1.971	1.334	1.971
Patrimônio líquido		**122.464**	**104.462**	**122.464**
Capital social	13	97.281	97.281	97.281
Reservas de lucros	13	25.183	7.181	25.183
Total passivo		**339.824**	**282.419**	**339.603**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Individual e Consolidado

	Capital Social	Reserva Legal (Reservas de Lucros)	Reserva de Lucros (Reservas de Lucros)	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	550.990	–	–	(453.709)	97.281
Redução de capital	(453.709)	–	–	453.709	–
Lucro do exercício	–	–	–	12.762	12.762
Dividendos do exercício	–	–	–	(5.581)	(5.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**97.281**	–	–	**7.181**	**104.462**
Lucro do exercício	–	–	–	18.002	18.002
Reserva legal	–	1.538	23.645	(25.183)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**97.281**	**1.538**	**23.645**	–	**122.464**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	15	**122.546**	**93.483**	**123.608**
Gerais e administrativas	16	(60.832)	(66.742)	(61.710)
Pessoal	16	(39.479)	(33.620)	(39.479)
Vendas e marketing	16	(8.652)	(19.866)	(8.652)
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	16	(2.761)	(36.258)	(2.886)
Resultado de equivalência patrimonial	16	(385)	–	–
Lucro operacional bruto		**10.437**	**(63.003)**	**10.881**
Receitas Financeiras	17	21.278	23.815	23.277
Despesas Financeiras	17	(7.227)	(3.420)	(9.670)
Resultado financeiro		**14.051**	**20.395**	**13.607**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**24.488**	**(42.608)**	**24.488**
Impostos sobre os lucros	18 c	(6.486)	55.370	(6.486)
Lucro do exercício		**18.002**	**12.762**	**18.002**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Lucro do exercício	18.002	12.762	18.002
Outros resultados abrangentes	–	–	–
Resultado Abrangente do exercício	**18.002**	**12.762**	**18.002**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) do exercício	**18.002**	**12.762**	**18.002**
Depreciações e amortizações	4.523	8.076	4.523
Resultado de participação em controladas	385	–	–
Amortização de arrendamentos	–	878	–
Provisão/(Reversão) para Devedores Duvidosos - Contas a receber	(25.316)	25.747	3.860
Provisão/(Reversão) para Devedores Duvidosos - Outros Créditos	761	–	8.014
Variação monetária de Instrumentos financeiros	–	22	–
Constituição de IR diferido ativo	6.486	(55.370)	6.486
Passivos contingentes	637	(122)	1.971
Juros incorridos sobre empréstimos	555	–	555
Variações patrimoniais	**(20.790)**	**(69.761)**	**(108.404)**
Títulos e Valores Mobiliários	(69.630)	(22.340)	(30.140)
Contas a receber	78.456	(12.545)	(147.723)
Despesas antecipadas	(22.894)	(7.762)	(35.296)
Outros créditos	(7.709)	183	(80.196)
Fornecedores	(12.055)	14.496	6.580
Contas a pagar operacionais	19.398	(37.037)	158.120
Obrigações fiscais e trabalhistas	(9.358)	(3.626)	6.594
Outras obrigações	3.002	(1.130)	6.476
Resultados auferidos e não distribuídos	–	–	7.181
Caixa (utilizado)/gerado pelas atividades operacionais	**(14.757)**	**(77.768)**	**(64.993)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Controladas	(5)	–	–
Aquisição de imobilizado/intangível	(8.540)	(15.000)	(27.275)
Caixa (utilizado)/gerado pelas atividades de investimentos	**(8.545)**	**(15.000)**	**(27.275)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de Dividendos	(1.581)	(4.000)	(1.581)
Captação de empréstimos	59.636	–	59.636
Pagamento de principal de empréstimos	(27.699)	–	(27.699)
Capital social integralizado	–	–	97.281
Caixa (utilizado)/gerado pelas atividades de financiamento	**30.356**	**(4.000)**	**127.637**
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	**7.054**	**(96.768)**	**35.369**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	27.481	124.249	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	34.535	27.481	35.369
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**7.054**	**(96.768)**	**35.369**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Bullla Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Bullla"), anteriormente denominada Bullla S.A., constituída como Unik S.A. em 30 de outubro de 2006, com sede na Av. Francisco Matarazzo, 1350 Torre 1, 12º andar - Água Branca São Paulo - SP - CEP: 05001-100, atua com instituição de pagamento e prestadora de serviços no âmbito de seus próprios arranjos de pagamentos. Considerando a estratégia de oferecer serviços financeiros a seus clientes e de constituir um conglomerado financeiro supervisionado pelo Banco Central do Brasil o Bullla, em 1º de setembro de 2021, incorporou a Moc Pequi Atividades de Internet e Tecnologia Ltda., que era detentora da marca (domínio) "Bullla, de gente pra gente" e website (plataforma digital) marketplace www.bullla.com.br. Em 23 de fevereiro de 2022, o Bullla Instituição de Pagamento através do protocolo nº 18600.013736/2022-68 efetuou junto ao BACEN pedido para se tornar uma IP regulada, recentemente recebemos sinalizações que o processo estava avançado, mas ainda em fase de validação e devida aprovação pelo regulador. Em 25 de outubro de 2023, foi constituída sociedade por ações sob a denominação de Bullla Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A com emissão de 50.000 ações ordinárias. O Bullla Instituição de Pagamento S/A detém 99,998% dessas ações ordinárias. **2. Base de elaboração e resumo das principais práticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade e base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 10 de abril de 2024. **2.2 Base de preparação e consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: - Poder em relação à investida; - Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e - A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. Eventual alteração na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Os principais procedimentos de consolidação estão descritos a seguir: - Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; - Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas; - Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e - As políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são consistentes e foram aplicadas de maneira uniforme em relação àquelas adotadas na preparação das cifras correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação. A Companhia consolida suas demonstrações financeiras com as de suas controladas considerando o mesmo período de divulgação. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participações nas datas dos balanços são as seguintes:

	31/12/2023 Direta	31/12/2023 Indireta
Bullla Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	99,9980%	0,0020%
Bullla Fundo de Investimentos Multimercado Crédito Privado	100,00%	–
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bullla	100,00%	–

Em 31 de dezembro de 2022, não houve a consolidação devida a não evidência de controle do Bullla sobre investidas. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação cambial", quando aplicável. Ativos e passivos não financeiros adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são corrigidos na data do balanço pela aplicação do índice de correção correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício em bases correntes. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa: (i) Dinheiro em caixa; (ii) Depósitos bancários; e (iii) Aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de sua contratação. **2.5 Instrumentos financeiros:** ***Ativos e passivos financeiros:*** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros não derivativos são mensurados a cada data do balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial de acordo com os propósitos de cada aquisição ou emissão, conforme a relação a seguir (itens 4.1 e 4.2 do pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros): (i) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado. (ii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (iii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. (iv) Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado. (v) Outros passivos financeiros. O pronunciamento técnico CPC 46 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Segue a descrição dos três níveis dessa hierarquia: *Nível 1* - São determinados com base nos preços praticados em um mercado ativos para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. *Nível 2* - São informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. *Nível 3* - São baseadas em dados não observáveis, envolvendo a utilização de métodos quantitativos e referenciais de mercado na produção de suas estimativas. ***Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado possuem seu valor recuperável avaliado a cada data de balanço. Ativos financeiros são considerados sob a perspectiva de perda do valor recuperável quando houver evidência objetiva que, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento tenham sido afetados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não reconheceu perdas no valor recuperável de ativos financeiros. ***Baixa de ativos e passivos financeiros:*** Ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber o fluxo de caixa do ativo tenham expirado ou quando tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo para outra entidade. Passivos financeiros são baixados quando a obrigação associada tenha sido liquidada, cancelada ou expirada. ***Instrumentos financeiros derivativos:*** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **2.6 Contas a receber e contas a pagar a operacionais:** *a) Contas a receber operacionais:* Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito, sendo os saldos de contas a receber os valores a repassar para os usuários das cartão de crédito, bem como a remuneração das atividades da Companhia e de demais participantes do arranjo de pagamento com prazos inferiores a um ano. As operações dos titulares das transações são cedidas, no dia útil seguinte ao dia da captura da transação. *b) Contas a pagar operacionais:* São representados por saldos devidos à participantes do arranjo de pagamento de transações processadas que ainda não foram pagas. **2.7 Outros créditos e outras obrigações:** *Outros créditos:* Refere-se principalmente aos impostos federais a recuperar e outros créditos referentes a aquisição de recebíveis. Incluem também outros ativos não incluídos em outras categorias. *Outras obrigações:* Incluem quaisquer outros passivos não incluídos em outras categorias. **2.8 Provisão para perdas esperadas:** Estão apresentadas a valores de realização, sendo a provisão para perdas de créditos esperadas calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis na realização das contas a receber. É verificado qual o percentual de necessidade de provisão por faixa de atraso e utilizando-se desse indicador é calculado o montante a ser provisionado. A provisão para perdas esperadas é constituída para todos os clientes de acordo com critérios internos estabelecidos de provisionamento de devedores duvidosos, são considerados no cálculo valores vencidos e a vencer do mesmo cliente. **2.9 Despesas antecipadas:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, considerando-se o Princípio da Competência dos Exercícios Societários ("regime de competência") para registro do ativo. **2.10 Imobilizado:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. As taxas anuais de depreciação são:

Imobilizado	
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações	10%
Computadores e periféricos	20%

2.11 Intangível: Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por: ***Ativos intangíveis adquiridos separadamente:*** Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são softwares e são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. ***Ativos intangíveis gerados internamente:*** Os ativos intangíveis gerados internamente são basicamente softwares. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **2.12 Redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis:** Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos que o Bullla possui em controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Com base nesse método, o investimento é contabilizado ao custo de aquisição e, posteriormente, atualizado pelas variações de resultado da controlada e nos dividendos recebidos, ambos na proporção da participação societária que o Bullla possui. Esses investimentos são eliminados no processo de consolidação. **2.13 Fornecedores:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Companhia. **2.14 Passivos contingentes:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. São provisionados quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados e nem divulgados. Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.15 Reconhecimento de receita:** A Administração da Companhia entende que os fatos geradores dos benefícios econômicos futuros oriundos das operações apenas se tornam realizáveis e confiavelmente mensuráveis quando a contraparte ("cliente") apura, reconhece, aceita e informa a base de transações ("relatório financeiro") que dará origem ao faturamento. Nesse caso, os referidos relatórios financeiros servem como evidência da prestação do serviço prestado e são fundamentais para que o desfecho da transação possa ser estimado com confiabilidade, atendendo as condições essenciais para o reconhecimento da receita. Na análise das operações e dos contratos com determinados clientes, a Companhia avaliou as situações previstas no pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, dentre elas: (i) a responsabilidade primária pela prestação dos serviços ao cliente; (ii) o risco de estocagem; (iii) a liberdade para estabelecer preços; (iv) o risco de crédito; e (v) se está agindo como a gente em determinados contratos. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares. As receitas decorrentes das transações de compras com os cartões de crédito emitidos são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. **2.16 Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras, variações cambiais e atualização das cotas do fundo, juros sobre operações de crédito de curtíssimo prazo (prazo inferior a 1 mês), dentre outros, e são registradas contabilmente em conformidade com o regime de competência (Nota Explicativa nº 17). **2.17 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. ***Impostos correntes:*** A provisão para imposto de renda e contribuição social na Companhia está baseada no lucro real. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. ***Impostos diferidos:*** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **2.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas adotadas em 2023:** As seguintes normas novas ou revisadas foram emitidas pelo IASB e foram efetivas para o exercício coberto por estas demonstrações financeiras. Elas não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras • Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2 (Emenda ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16); • Proposta de Emenda ao IAS 21: Falta de Permutabilidade. ***Outras normas e interpretações ainda não efetivas*** • Apresentação das Políticas Contábeis (Emenda ao IAS 1 e IFRS Práticas Contábeis 2); • Definição de Estimativas Contábeis (Emenda ao IAS 8); • Imposto Diferido para Ativos e Passivos decorrente de uma Única Transação (Emenda ao IAS 12); • Classificação de passivo como corrente ou não corrente (Emenda ao IAS 1); • Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas IFRS; • Alterações ao IAS 1 e IAS 8 - Definição de Material; • Alterações ao IAS 37 - Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato; e A Administração não espera que a adoção das normas e interpretações descritas acima tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.19 Principais julgamento, estimativas e premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos liquidação duvidosas (saldos a receber de cartões, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários) e redução ao valor recuperável dos ativos (quando aplicável). Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de Caixa e equivalentes da Companhia é composto pelos seguintes saldos de disponibilidades e aplicações financeiras:

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Caixa e Bancos	1.935	6.205	1.945
Aplicações com Liquidez Diária	28.260	–	29.084
Operações Compromissadas	4.340	21.276	4.340
	34.535	**27.481**	**35.369**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Títulos e valores mobiliários: a) Títulos e valores mobiliários:

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bullla	1.578	9.156	–
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bullla Cartões*	4.339	27.028	30.140
Bullla fundo de investimentos multimercado crédito privado	102.773	–	–
Certificado de depósito bancário	–	2.876	–
	108.690	**39.060**	**30.140**

(*) O saldo do consolidado é composto por cotas do próprio Bullla IP e do Bullla fundo de investimentos multimercado crédito privado.

b) Classificação contábil e valores justos dos ativos e passivos:

Instrumentos financeiros	Classificação	Nível	Individual 2023 Valor Contábil	Individual 2023 Valor Justo	Individual 2022 Valor Contábil	Individual 2022 Valor Justo	Consolidado 2023 Valor Contábil	Consolidado 2023 Valor Justo
Ativos financeiros								
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	Valor Justo	108.690	108.690	39.060	39.060	30.140	30.140
Contas a receber	Custo amortizado	Custo amortizado	66.370	66.370	119.510	119.510	143.863	143.863
Passivos financeiros								
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	6.567	6.567	18.624	18.624	6.580	6.580
Contas a pagar operacionais	Custo amortizado	Custo amortizado	158.006	158.006	138.607	138.607	158.120	158.120

5. Contas a receber

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Contas a receber	69.844	148.300	147.723
Provisão para perdas esperadas	(3.474)	(28.790)	(3.860)
	66.370	**119.510**	**143.863**

A Companhia recebe pela intermediação entre os estabelecimentos e os clientes e repassa os valores para a operadora de caixas eletrônicos Tecban e para a bandeira do cartão de crédito - Mastercard.

Movimentação PDD	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Saldo inicial	(28.790)	(23.943)	(28.790)
Provisão	(843)	(13.785)	(1.229)
(Baixas)	26.159	8.938	26.159
Saldo final	**(3.474)**	**(28.790)**	**(3.860)**

6. Despesas antecipadas

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Despesas pagas antecipadamente	35.294	12.400	35.296
	35.294	**12.400**	**35.296**
Curto prazo	24.392	6.864	24.394
Longo prazo	10.902	5.536	10.902

Refere-se, substancialmente, a custo de securitização, emissão de cartões e estruturação dos fundos.

7. Outros Créditos:

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Carteira de recebíveis	11.735	1.145	11.736
Impostos a recuperar *	9.295	7.986	9.295
Outros créditos	2.268	732	2.267
Créditos tributários**	48.884	55.370	48.884
	72.182	**65.233**	**72.182**

* Refere-se a saldos de imposto de renda retidos nas notas fiscais de faturamento.
** Detalhamento na nota explicativa 18.

8. Imobilizado, Intangível e Direitos de uso: Os ativos imobilizados, intangíveis e de Direitos de uso estão compostos da seguinte forma:

	Individual 2023 Custo	Individual 2023 Amortizações/ Depreciações	Individual 2023 Saldo contábil	Individual 2022 Custo	Individual 2022 Amortizações/ Depreciações	Individual 2022 Saldo contábil	Consolidado 2023 Custo	Consolidado 2023 Amortizações/ Depreciações	Consolidado 2023 Saldo contábil
Imobilizado									
Móveis e utensílios	328	(176)	152	306	(144)	162	328	(176)	152
Máquinas e Equip.	439	(145)	294	439	(64)	375	439	(145)	294
Instalações	1.068	(706)	362	1.004	(658)	346	1.068	(706)	362
\Computadores e periféricos	685	(638)	47	685	(962)	(277)	685	(638)	47
	2.521	**(1.665)**	**855**	**2.434**	**(1.828)**	**606**	**2.521**	**(1.665)**	**855**
Intangível									
Direitos de uso de software	6.530	(5.869)	661	6.530	(5.517)	1.013	6.530	(5.869)	661
Desenvolvimento de software	36.734	(15.855)	20.879	28.659	(11.977)	16.682	36.734	(15.855)	20.879
Dominio Bullla - Incorporação Moc. Pequi	2	–	2	2	–	2	2	–	2
Plataforma de Tec. BULLLA - Inc. Moc. Pequi	563	(207)	356	563	(131)	432	563	(207)	356
	43.829	**(21.931)**	**21.898**	**35.754**	**(17.625)**	**18.129**	**43.829**	**(21.931)**	**21.898**

9. Contas a pagar operacionais:

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Obrigações com Mastercard*	150.176	132.674	150.290
Obrigações com saldos em cartões**	7.830	5.933	7.830
	158.006	**138.607**	**158.120**

(*) Corresponde às obrigações de reembolso assumidas com a bandeira Mastercard, pelas transações efetuadas pelos portadores; (**) Corresponde às obrigações decorrentes de saldos de cartões pré-pagos emitidos pela Companhia e cujos saldos remanescentes ainda não foram totalmente utilizados pelos portadores de cartão.

10. Obrigações por empréstimos:

	Data Inicial	Quantidade de parcelas	Vencimento	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Banco Safra S.A.	19/04/2023	12	18/10/2024	4.188	–	4.188
Banco Santander S.A.	29/06/2023	12	18/06/2025	25.016	–	25.016
Banco Bradesco S.A.	26/06/2023	30	26/06/2026	3.289	–	3.289
				32.493	–	**32.493**

Os empréstimos são captados por taxas de mercado.

11. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Obrigações Fiscais			
Parcelamentos de tributos	6.097	11.585	6.097
Impostos s/serviços de terceiros	43	750	43
Impostos s/receitas a recolher	2.844	338	2.844
	8.984	**12.673**	**8.984**
Obrigações Trabalhistas			
Impostos s/folha a pagar	1.274	1.351	1.274
Provisão de férias	2.822	1.928	2.822
	4.096	**3.279**	**4.096**
	13.080	**15.952**	**13.080**

12. Passivos Contingentes: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo individual e consolidado dos processos com perdas prováveis soma R$ 1.971, (R$1.334 em 2022).

Individual

	Saldo Inicial	Provisões	Baixas	Reversão por Pagamento	Saldo Final
2023	1.334	1.799	(1.162)	–	1.971
2022	1.456	410	(510)	(22)	1.334

Consolidado

	Saldo Inicial	Provisões	Baixas	Reversão por Pagamento	Saldo Final
2023	1.334	1.799	(1.162)	–	1.971

As causas cíveis e administrativas somam R$ 537 (R$743 em 31 de dezembro de 2022) - processos que aguardam julgamento e não afetam representativamente o resultado e as operações da Companhia; As causas trabalhistas totalizam R$ 1.434 (R$591 em 31 de dezembro de 2022) - ações relativas a questões trabalhistas de categoria profissional, que discutem horas extras, equiparação salarial, entre outros; e Não há contingências fiscais na data-base destas demonstrações financeiras. ***a. Perda Possível:*** Em 31 de dezembro de 2023, no individual havia 50 causas (52 em 2022) classificadas pelos assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R$ 1.242 (R$ 2.377 em 31 de dezembro de 2022). No consolidado, em 31 de dezembro de 2023, havia 50 causas classificadas pelos assessores jurídicos como possíveis de perda no montante de R$ 1.242 conforme quadro abaixo:

	Individual 2023 Quantidade	Individual 2023 Valor	Individual 2022 Quantidade	Individual 2022 Valor	Consolidado 2023 Quantidade	Consolidado 2023 Valor
Causas trabalhistas	3	365	6	1.609	3	365
Causa Cíveis	47	877	46	768	47	877
Totais	**50**	**1.242**	**52**	**2.377**	**50**	**1.242**

Com referência as contingências tributárias classificadas como possível, no saldo individual havia na data-base 12 processos administrativos, que somam R$ 1.224 (R$ 1.892 em 31 de dezembro de 2022), distribuídos em declarações de compensações não compensadas. No consolidado, 31 de dezembro de 2023, havia saldo de 12 processos administrativos, que somam R$ 1.224. **13. Patrimônio líquido:** O capital social individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 97.281 dividido em 240.362.694 ações ordinárias e 2.262 ações preferenciais, todas nominativas sem valor nominal. Em 31 de dezembro 2022, o saldo individual do Bullla IP apresentava o mesmo saldo. No exercício não ocorreu destinação de distribuição de dividendos. Dos lucros verificados, será deduzida a parcela de 5% para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social. O restante terá destinação que lhe for determinada por Assembleia Geral, desde que tenham sido distribuídos o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **14. Transações e saldos com partes relacionadas: a)** Partes relacionadas: Os saldos individuais e consolidados na data-base de 31 de dezembro de 2023 são saldos com a Bullla Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A. e Bullla Holding.

		Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Ativo				
Outros Créditos	Relacionadas a receber	278	40	278
		278	**40**	**278**
Passivo				
Outras obrigações	Controladora e Relacionadas	–	(32)	–
Outras obrigações	Relacionadas a pagar	(898)	(346)	(898)
		(898)	**(378)**	**(898)**
Resultado				
Serviços de terceiros	Relacionadas	128	(24)	128
		128	**(24)**	**128**

O Bullla IP detinha em seu ativo carteira de recebíveis que foi negociada em dação para o Bullla Securitizadora no valor de R$ 77.051 milhões (líquido de PDD). Concomitantemente, o Bullla Securitizadora emitiu notas de crédito no mesmo valor, sendo estas adquiridas pelo Bullla Fundo Multimercado, tendo como seu único cotista o Bullla IP. **b)** Remuneração da administração e conselho da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram registrados honorários do pessoal-chave da administração no valor de R$ 4.045 (em 2022 R$ 3.078).

15. Receitas

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Receita de originação de recebíveis (*)	95.227	80.891	96.289
Receitas de Afiliados (**)	31.568	15.258	31.255
Receita Pré-Pagos	158	350	158
Outras Receitas	657	894	970
Receita Intercompany	128	–	128
Receita operacional bruta	**127.738**	**97.393**	**128.800**
Impostos incidentes sobre vendas	(5.192)	(3.910)	(5.192)
Receita operacional líquida	**122.546**	**93.483**	**123.608**

(*) Receita de originação de recebíveis referem-se, substancialmente, a taxas cobradas de portadores de cartão de benefício; (**) Receita de afiliados referem-se, substancialmente, a taxas cobradas de parceiros através da bandeira Mastercard.

16. Despesas por natureza:

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Materiais e Serviços Diretos	(32.687)	(32.279)	(33.566)
Mão de Obra	(26.537)	(22.485)	(26.537)
Benefícios	(5.562)	(5.300)	(5.562)
Encargos Trabalhistas	(7.380)	(5.836)	(7.380)
Comercial & Marketing	(8.652)	(19.167)	(8.652)
Serviços de Terceiros	(17.889)	(21.158)	(17.889)
Depreciações e Amortizações	(4.523)	(8.076)	(4.523)
Utilidades e Serviços	(6.093)	(2.390)	(6.093)
Amortização de arrendamentos	–	(879)	–
Ocupação	(919)	(852)	(919)
Despesas Legais	(213)	(505)	(213)
Despesas Administrativas	(827)	(1.192)	(827)
Impostos, Taxas e Contribuições	(136)	(109)	(136)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(306)	(36.258)	(430)
Resultado de equivalência patrimonial	(385)	–	–
	(112.109)	**(156.486)**	**(112.727)**
Gerais e administrativas	(60. 832)	(66.742)	(61.710)
Pessoal	(39.479)	(33.620)	(39.479)
Vendas e marketing	(8.652)	(19.866)	(8.652)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(2.761)	(36.258)	(2.886)
Resultado de equivalência patrimonial	(385)	–	–
	(112.109)	**(156.486)**	**(112.727)**

17. Resultado Financeiro:

	Individual 2023	Individual 2022	Consolidado 2023
Juros de mora pagos	(3.152)	(1.275)	(3.152)
Despesas bancárias	(1.785)	(1.101)	(1.783)
Outras despesas financeiras	(2.236)	(1.044)	(4.680)
Juros de mora recebidos	152	664	152
Rendimentos com aplicações financeiras	3.218	7.695	3.639
Outras receitas financeiras	1.244	3.983	1.243
FIDC - valorização das cotas líquidas	16.665	11.294	18.243
Variação cambial líquida	(55)	179	(55)
	14.051	**20.395**	**13.607**

18. Impostos sobre o lucro:

a) Apuração dos impostos correntes

	Individual e consolidado 2023	Individual 2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	24.488	(42.607)
(+) Adições Permanentes	968	23.000
(+) Adições Temporárias	8.579	34.017
(–) Exclusões Permanentes	–	–
(–) Exclusões Temporárias	(34.855)	(28.461)
Prejuízo fiscal/Base negativa sobre o lucro do exercício	**(820)**	**(14.051)**

b) Ativos fiscais:

	Individual e consolidado 2023	Individual 2022
Ativos Fiscais diferidos	48.884	55.370
	48.884	**55.370**

Referem-se, substancialmente, a Prejuízo Fiscal R$ 35.122 (2022 - R$ 34.917) e Base Negativa de CSLL R$ 12.035 (2022 - R$ 11.961).

c) Movimentação dos ativos fiscais diferidos:

Individual e consolidado

	2022	Constituições	(Baixas)	2023
Prejuízo fiscal/Base negativa	**46.877**	**280**	**–**	**47.157**
Imposto de renda	34.916	206	–	35.122
Contribuição social	11.961	74	–	12.035
Diferenças temporárias - perdas relacionadas a crédito	**8.039**	**–**	**(6.958)**	**1.081**
Imposto de renda	5.905	–	(5.117)	788
Contribuição social	2.134	–	(1.841)	293
Diferenças temporárias - Outras provisões	**454**	**192**	**–**	**646**
Imposto de renda	334	135	–	469
Contribuição social	120	57	–	177
	55.370	**472**	**(6.958)**	**48.884**

d) Expectativa de realização dos ativos diferidos: A expectativa de realização dos ativos diferidos respalda-se em Estudo Técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023:

Ano de realização	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2030	2031 a 2033	TOTAL
Expectativa de realização								
Prejuízo fiscal/Base negativa								
Imposto de renda	5.240	9.397	11.960	8.524	–	–	–	**35.121**
Contribuição social	1.887	3.383	4.306	2.460	–	–	–	**12.036**
Diferenças temporárias - Provisões para Devedores Duvidosos								
Imposto de renda	162	162	162	162	138	–	–	**786**
Contribuição social	58	58	58	58	58	–	–	**290**
Diferenças temporárias - Passivos Contingentes								
Imposto de renda	126	(218)	(31)	(360)	(360)	(296)	1.609	**470**
Contribuição social	45	(78)	(11)	(130)	(130)	(106)	591	**181**
Total	**7.518**	**12.704**	**16.444**	**10.714**	**(294)**	**(402)**	**2.200**	**48.884**

19. Gestão de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de fraude; • Risco de liquidez; • Risco de taxa de juros e cambiais; • Risco operacional. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. A Companhia estabelece medidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, definir e monitorar à aderência aos limites determinados, estes são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. A Companhia desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendem os seus papéis e obrigações. **a) Risco de crédito:** Ao avaliar novos clientes a Companhia considera o risco de crédito a qual está exposta no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de recebimentos por segmento de negócios, são procedimentos adotados com o intuito de minimizar eventuais riscos de inadimplência em sua carteira de contas a receber. Para o produto Benefícios, seu risco primário se resume a não capacidade dos parceiros não repassarem os créditos descontados dos salários dos portadores à Companhia. **b) Risco de fraude:** A Companhia utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização. **c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A Companhia busca manter o nível de seu "caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos sempre em um montante superior às saídas de caixa para liquidação dos passivos financeiros a curto prazo. **d) Risco com taxa de juros e cambiais:** Trata-se do risco associado a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros e cambiais, que aumentem as despesas financeiras relativas a seus passivos financeiros. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratar operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. **e) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **20. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes à data-base de 31/12/2023 que possam alterar significativamente a posição patrimonial individual e consolidada.

Diretoria

João Geraldo Matta de Araújo Jr. - Vice-Presidente
Daniel Coifman Bergman - Vice-Presidente

Contador

Orlando Francisco Duarte Jordão - Contador - CRC 1SP-294229/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas e Administradores do **Bullla Instituição de Pagamento S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Bullla Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bullla Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Informações comparativas consolidadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2, chamamos atenção às demonstrações financeiras, nos quais, o saldo consolidado do exercício anterior não está sendo apresentado de forma comparativa, tendo em vista, que não existia a figura do consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Transações com partes relacionadas -** Conforme Nota Explicativa no 14, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de cessões de operações e rateio de despesas. Essas transações foram contratadas em condições comerciais definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração. Não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de abril de 2024

GrantThornton

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Rafael Dominguez Barros
Contador - CRC 1SP-208.108/O-1

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

NESLIP S.A.

CNPJ nº 19.654.466/0001-39

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - Em milhares de reais

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	214.143	208.323
Imposto a recuperar (Nota 4)	3.443	443
	217.586	208.766
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósito judicial (Nota 5)	1.686	1.587
Partes relacionadas	842	803
	2.528	2.390
Total do ativo	220.114	211.156

	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Obrigações previdenciárias	5	-
Obrigações tributárias	827	464
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))	2.017	3.774
	2.849	4.238
Não circulante		
Provisão para passivo a descoberto (Nota 6)	906	874
Patrimônio líquido (Nota 10)		
Capital social	200.372	185.276
Reserva de lucros	9.964	9.539
Ajustes de avaliação patrimonial	(27)	(93)
Dividendos adicionais propostos (Nota 10(c))	6.050	11.322
	216.359	206.044
Total do passivo e patrimônio líquido	220.114	211.156

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	8.492	15.891
Outro componente do lucro abrangente:		
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	66	53
Resultado abrangente	8.558	15.944

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	2023	2022
Despesas operacionais		
Com pessoal - honorários dos conselheiros	(276)	(240)
Serviços prestados	(12.919)	(754)
	(13.195)	(994)
Outras despesas operacionais		
Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada (Nota 6(b))	(98)	(94)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda	(13.293)	(1.088)
Resultado financeiro (Nota 7)		
Receitas financeiras	26.184	23.524
Despesas financeiras	(342)	(147)
Tributos sobre receitas financeiras	(1.226)	(1.102)
	24.616	22.275
Lucro antes do imposto de renda	11.323	21.187
Imposto de renda (Nota 8)	(2.831)	(5.296)
Lucro líquido do exercício	8.492	15.891
Ações em circulação no final do exercício (Nota 10(a))	2.632.790	2.632.790
Lucro por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	3,23	6,04

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	8.492	15.891
Ajustes		
Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada	98	94
Variações monetárias e cambiais	(44)	(195)
Variações nos ativos e passivos		
Imposto a recuperar	(2.981)	3.137
Partes relacionadas	(113)	(113)
Obrigações previdenciárias	5	-
Obrigações tributárias	363	(39)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais	5.820	18.775
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	15.096	4.650
Dividendos distribuídos	(15.096)	(4.650)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades de financiamentos	-	-
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	5.820	18.775
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	208.323	189.548
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	214.143	208.323

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM MILHARES DE REAIS

	Capital social	Reserva de lucros - legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de dezembro de 2021	180.626	8.744	(146)	-	3.487	192.711
Aumento de capital (Nota 10(a))	4.650	-	-	-	(3.487)	1.163
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	53	-	-	53
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.891	-	15.891
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 10(b))	-	795	-	(795)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(3.774)	-	(3.774)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(11.322)	11.322	-
Em 31 de dezembro de 2022	185.276	9.539	(93)	-	11.322	206.044
Aumento de capital (Nota 10(a))	15.096	-	-	-	(11.322)	3.774
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	66	-	-	66
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.492	-	8.492
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 10(b))	-	425	-	(425)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(2.017)	-	(2.017)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(6.050)	6.050	-
Em 31 de dezembro de 2023	200.372	9.964	(27)	-	6.050	216.359

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. Contexto operacional: A Neslip S.A. (ou a "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo e tem como objeto social e atividade preponderante (i) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos alimentícios e bebidas em geral, bem como materiais e produtos para acondicionamento, material publicitário e de apoio comercial e assemelhados, (ii) transporte de cargas em geral e distribuição de bebidas, (iii) prestação de serviços de assistência às fábricas de cervejas e (iv) a participação em outras sociedades. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **(a) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs), em debêntures compromissados de alta liquidez e em fundos de renda fixa que são prontamente conversíveis em numerário. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **(b) Investimento em controlada -** O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial. A variação cambial de investimento em controlada no exterior, esta que apresenta moeda funcional distinta da considerada pela Companhia, é registrada na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia e somente será apropriada ao resultado no exercício em que o investimento for vendido ou baixado. **(c) Demais ativos circulantes e não circulantes -** São apresentados pelos valores líquidos de realização. **(d) Imposto de renda e contribuição social -** A despesa de imposto de renda compreende a parcela corrente desse tributo, apurado pelo regime de tributação com base no lucro real mensal e está reconhecido na demonstração do resultado, sendo que o mesmo é calculado com base nas leis tributárias. Não há despesa a título de contribuição social sobre o lucro líquido registrada no resultado, tendo em vista ação ordinária ajuizada contra a União Federal, objetivando excluir a exigência relativa ao recolhimento de tal contribuição social instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e incidente sobre o lucro das pessoas jurídicas, a qual foi declarada inconstitucional no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade na Apelação em Mandado de Segurança. A União Federal, na oportunidade cabível, não interpôs o competente recurso para o Supremo Tribunal Federal, tendo a decisão transitado em julgado, conforme certidão emitida pelo cartório do juízo em 29 de fevereiro de 1992. Mesmo considerando que a modificação de tal decisão seria ainda possível com o ajuizamento de ação rescisória no prazo de dois anos, contados da data do trânsito em julgado da decisão, a ré não se manifestou formalmente no prazo estipulado em lei. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 8 de fevereiro de 2023, considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração da Companhia e seus consultores jurídicos ainda estão analisando os efeitos dessa decisão, bem como o eventual impacto da contribuição social nos livros da Companhia. **(e) Demais passivos circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos. **(f) Remuneração dos acionistas -** A distribuição dos dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. **(g) Estimativas e premissas contábeis críticas -** As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas a Companhia fez estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Quanto às contingências as mesmas são atestadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, discussões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração. **(h) Demonstrações dos fluxos de caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

3. Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	137	35
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	141.268	142.600
Fundo de aplicação (Cash Alloc FICFI)	72.738	65.688
	214.006	208.288
	214.143	208.323

As aplicações financeiras têm seus rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade que varia entre 98,00% e 100,00% do CDI, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. **4. Imposto a recuperar:** O saldo de imposto a recuperar, no montante de R$ 3.443 (2022 – R$ 443), representa o imposto de renda antecipado a maior mais o imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, atualizados monetariamente, quando aplicável, pela taxa Selic até a data das demonstrações financeiras. **5. Depósito judicial:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 377, referente ao processo (2005.61.82.023250-5) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu foi a Hocabra Ltda. (incorporada pela Companhia em junho de 2002), que argui débitos de contribuição social sobre lucros auferidos pela empresa incorporada em: fevereiro, março, abril e junho de 1996. Em julho de 2013, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 935 referente ao processo (2009.61.82.033724-2) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu é a Neslip S.A., onde a União exige supostos débitos de imposto de renda retido na fonte. Em maio de 2019, foi proferida sentença extinguindo a Execução Fiscal em razão do cancelamento de parte dos débitos e da conversão em renda de parte desse depósito judicial em montante suficiente para satisfazer a dívida remanescente, sendo devolvido a Neslip o valor atualizado de R$ 792 (principal de R$ 510). O processo ainda possui uma apelação pendente de julgamento que trata de discussão relativa apenas à questão dos honorários de sucumbência, no valor principal de R$ 425. Referidos processos ainda estão em fase de tramitação e estão atualizados pela taxa Selic, ao final de ambos os exercícios sociais. A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, classifica esses processos como uma contingência com risco de perda possível.

6. Investimento em controlada

(a) Informações sobre o investimento - Sanil S.A. (em 31 de dezembro):

	2023	2022
Percentual de Participação	100%	100%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(906)	(874)
Prejuízo do exercício	(98)	(94)

(b) Movimentação do investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(833)
Variação cambial sobre investimento no exterior	53
Provisão para passivo a descoberto	(94)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(874)
Variação cambial sobre investimento no exterior	66
Provisão para passivo a descoberto	(98)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(906)

(c) Outras informações relevantes sobre o investimento - A Sanil S.A. é uma sociedade anônima, estabelecida no Uruguai, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 1992. Sua finalidade é desenvolver todos os tipos de atividades de investimento e/ou posse de qualquer classe de títulos no exterior. O patrimônio líquido da controlada, face a mesma estar sediada no exterior, foi convertido para moeda nacional às taxas de câmbio vigentes em cada uma das data-base acima apresentadas das demonstrações financeiras. O resultado de provisão para passivo a descoberto compreende apenas a participação da Companhia nos resultados dessa sua controlada, registrado como "Receita (despesa) operacional" nas contas da Companhia. Ainda, os efeitos das variações cambiais de cada exercício foram registrados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

7. Resultado financeiro	2023	2022
Receitas financeiras de depósitos bancários	26.140	23.329
Variações monetárias e ganhos cambiais líquidos	44	195
Receitas financeiras	26.184	23.524
Comissão de fiança	(340)	(145)
Outras despesas financeiras	(4)	(2)
Despesas financeiras	(344)	(147)
PIS sobre receitas financeiras	(171)	(154)
COFINS sobre receitas financeiras	(1.053)	(948)
Tributos sobre receitas financeiras	(1.224)	(1.102)
Resultado financeiro, líquido	24.616	22.275

8. Imposto de renda: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda	11.323	21.187
Alíquota nominal do imposto de renda - %	25%	25%
Imposto de renda pela alíquota nominal - (despesa)	(2.831)	(5.297)
Ajustes		
Provisão para passivo a descoberto	(24)	(23)
Adicional de alíquota - 10%	24	24
Despesa de imposto de renda no resultado do exercício	(2.831)	(5.296)

9. Contingências: A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como remotos e possíveis com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não produzindo, portanto, correspondente provisão. A natureza das obrigações tributárias refere-se, principalmente, à discussão quanto ao não recolhimento de tributos federais em decorrência da omissão de ganhos de capital na alienação de investimentos e dedução indevida de despesas, bem como multa de ofício isolada calculada sobre a base estimada de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que teria deixado de ser recolhida. Em dezembro de 2023, a NESLIP foi intimada do Acórdão da Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF e do Acórdão que acolheu os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional, sem efeitos infringentes, para fazer constar do Acórdão embargado que houve pagamento a justificar a aplicação do art. 150, § 4º, do Código Tributário Nacional - CTN, mantendo integralmente a decisão anterior que havia cancelado a totalidade do crédito tributário exigido nos autos de infração que deram origem ao processo administrativo sob o n° 19515.004164/2007-19, que exigia o recolhimento de diferença de IRPJ e CSL supostamente devida no período-base encerrado em 17 de julho de 2002, em decorrência das seguintes infrações: omissão de ganhos de capital na alienação de investimentos e dedução indevida de despesas. Também foram canceladas as multas de ofício qualificada e isolada lançadas, sendo esta última calculada sobre a base estimada de IRPJ que teria deixado de ser recolhida. Em 08 de janeiro de 2024, os autos foram remetidos ao arquivo. Discussão encerrada favoravelmente à empresa na esfera administrativa. Após o cancelamento do processo acima, o valor estimado das causas classificadas como perda possível é de aproximadamente R$ 6.025 (2022 – R$ 1.917.866). **10. Patrimônio líquido: (a) Capital social -** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social integralizado está representado por 2.632.790 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme a seguir detalhado:

Acionistas:	Quantidade de ações	%
KSP Participações Ltda.	825.272	31,3%
KAIK Participações Ltda.	881.020	33,5%
Heineken International B.V.	374.282	14,2%
Coca Cola Indústrias Ltda.	270.366	10,3%
TILPAR - TIL Participações Ltda.	273.943	10,4%
Outros	7.907	0,3%
	2.632.790	**100%**

Cada ação ordinária confere o direito a um voto na Assembleia Geral. Em 05 de dezembro de 2023, com exceção da acionista Heineken International B.V. (que se absteve de votar), os acionistas aprovaram a capitalização da íntegra dos dividendos originalmente propostos em 2022 (mínimo obrigatório e adicionais propostos), no valor de R$ 15.096, passando o capital social da Companhia de R$ 185.276 para R$ 200.372, sem a emissão de novas ações. No ato seguinte, considerando que o capital social se encontra excessivo em relação às atividades por esta desempenhadas, esses mesmos acionistas deliberaram pela redução do capital social no montante de R$ 150.000, para consequente restituição aos sócios, de forma proporcional. Essa redução foi aprovada em 05 de fevereiro de 2024, após o prazo legal de 60 dias para manifestação dos sócios. **(b) Reserva legal -** É constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não poderá exceder a 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **(c) Remuneração dos acionistas -** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. De acordo com as disposições estatutárias, o dividendo mínimo obrigatório é de 6% do patrimônio líquido da Companhia, limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei societária, o qual deve ser submetido para deliberação e aprovação em Assembleia Geral. Sendo assim, os dividendos foram apurados da seguinte forma no exercício de 2023:

Lucro líquido do exercício:	8.492
Constituição de reserva legal - 5%	(425)
Lucro líquido ajustado:	8.067
Dividendos obrigatórios - 25%	(2.017)
Dividendos adicionais propostos	(6.050)
	(8.067)

11. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes a instrumentos financeiros constantes das demonstrações financeiras se aproximam, substancialmente, dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, do valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado e encontra-se dentro do escopo do Pronunciamento Contábil CPC 38. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, na rubrica caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2023 (R$ 214.143) e em 31 de dezembro de 2022 (R$ 208.323). **(a) Risco de crédito -** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse risco é naturalmente mitigado em função da Companhia realizar operações com instituições financeiras consideradas pela administração como de baixo risco. **(b) Risco de taxa de juros -** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós- fixadas. **(c) Risco de taxa de câmbio -** O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

DIRETORIA

Francisco Miguel Alarcon - Presidente
Paulo Weiser Neto - Diretor
Luiz Otávio Pôssas Gonçalves - Diretor

Contador Responsável:
Sebastião de Souza Fontes Nunes
CRC 1RJ035748/O-9 "S" SP

9ª Vara Cível - Foro Central Cível/SP.
Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo 1124075-56.2021.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Galvão Medina, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível-Foro Central Cível/SP. Faz saber a Laiza de Moura Gonçalves CPF 200.775.427-46, que New Model Promoções de Eventos Ltda. ajuizou ação comum para cobrança de R$115.899,75(out/21),referente ao Contrato de Agenciamento Artístico e Outras Avenças, devidamente corrigido e acrescido das custas e despesas processuais,e honorários advocatícios.Estando a ré em lugar incerto,expede-se edital de citação,para em 15 dias, a fluir do prazo supra,contestar a ação,sob pena de serem aceitos os fatos,nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital,afixado e publicado na forma da lei. |12,15|

Entenda em quais casos a saidinha de presos fica permitida ou proibida

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com vetos a lei aprovada pelo Congresso para restringir a chamada "saidinha" dos presos em regime semiaberto, que têm o direito de cinco saídas anuais, incluindo para visita a familiares.

No último dia do prazo, Lula decidiu vetar o dispositivo que excluía a visita a familiares como um dos motivos para a saída temporária de presos. Também foi vetado o trecho que acabava com a possibilidade de saída para atividades de ressocialização.

Os vetos já haviam sido antecipados pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, em anúncio feito na quinta-feira (11). "Nós entendemos que a proibição de visita às famílias dos presos que já se encontram no regime semiaberto atenta contra valores fundamentais da Constituição, contra o princípio da dignidade da pessoa humana", disse Lewandowski.

O conselho foi acatado por Lula. Outros pontos da nova lei, contudo, foram sancionados pelo presidente. Entre eles, o artigo que veda a saída temporária para os condenados por crimes hediondos e o que prevê o uso obrigatório de tornozeleira eletrônica para quem usufrui do direito da saidinha.

Os vetos de Lula ainda podem ser derrubados pelo Congresso Nacional. O projeto de lei para restringir a saída de presos foi aprovado com margem ampla no Senado - 62 votos favoráveis e dois contrários. Na Câmara, o projeto foi aprovado com votação simbólica, sem registro individual dos votos, tamanho o consenso sobre a matéria.

Enquanto os vetos não são analisados por deputados e senadores, vale a lei da forma como foi sancionada pelo presidente. Com isso, os presos continuam a ter direito de visitar a família em feriados, em saídas temporárias de sete dias.

O direito às saídas temporárias existe desde 1984, quando foi sancionada a Lei de Execuções Penais. Em entrevista à Agência Brasil, especialistas do tema avaliam que a extinção da saidinha não se configura uma solução para queda na criminalidade.

Os presos no semiaberto mantém o direito a cinco saídas anuais de sete dias, que podem ser utilizadas para:

- Visita a familiares, em especial em feriados, como Páscoa e Natal.

- Participação em atividades sociais (ressocialização).

- Freqüência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução;

Os critérios a serem observados são: comportamento adequado na prisão; cumprimento mínimo de 1/6 da pena, se o condenado for primário, e 1/4, se reincidente; e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Ficam proibidas as saídas temporárias para presos no regime semiaberto que tenham cometido crimes hediondos ou com violência ou grave ameaça, como estupro ou homicídio.

Passa a ser obrigatória a realização de exame criminológico para que o preso possa progredir do regime fechado para o semiaberto, e assim ter acesso ao direito às saidinhas. (Agência Brasil)

ADL Investimentos S.A.

CNPJ nº 22.387.312/0001-32 - NIRE 35300532899

Convocação - Assembleia Geral Ordinária 2024 (AGO)

1. A acionista Leda Maria Barjas Baléche, brasileira, viúva, aposentada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.858.150 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 578.997.388-49, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Diego de Castilho, nº 500, aptº aptº 71 – Bloco 03 – Morumbi – CEP: 05704-070, convoca o Dr. Vinicius Barjas Baléche, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 30.321.292-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 223.209.008-61, com endereço nesta capital na Rua Diego de Castilho, n.º 500, aptº 191, bloco 03, Morumbi, CEP 05704-070, em comprimento ao disposto do artigo 132 da Lei 6.404/76 para participar da AGO que se realizará no dia 24.04.2024, às 14:00hs, em primeira convocação, e às 15:00hs em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, de modo totalmente digital e, pois, por meio do sistema eletrônico identificado abaixo, a qual será integralmente gravada e permitirá a participação e a votação à distância mediante atuação remota, nos termos da Instrução Normativa número 81/2020 do Departamento Nacional de Registro empresarial e Integração ("IN DREI nº 81/2020"), e que para todos os efeitos será considerada como realizada na sede da Companhia, na Avenida Paulista, 807, conj.2315, em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, bairro Cerqueira Cesar, para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) Prestação de contas pelos então Administradores Srs. Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023 sob pena de não o fazendo de forma documentalmente satisfatória e com informações necessárias, serem propostas medidas judiciais haja vista transferências de valores de contas bancarias da Companhia para beneficiários não identificados nos lançamentos contábeis ou mesmo em extratos bancários e, em sendo devolução de mútuos serem apresentadas a memórias de cálculo contemplando índices de correção monetárias e juros; (ii) Análise dos balanços patrimoniais e os de resultados econômicos dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2019, 31.12.2020, 31.12.2021, 31.12.2022 e 31.12.2023 para apuração e confirmação de lucros em cada um daqueles exercícios sociais e sua respectiva distribuição na proporção de 50% para a acionista que convoca esta AGO e 50% para o Espólio de Antônio Baléche em cursos operante da 3ª Vara da Família e Sucessões desta Capital mediante a depósito judicial ou investidos junto aos bancos nos quais a Companhia tem contas de aplicações financeiras; (iii) Apresentação pelos Srs. Hugo Luis Chaluleu, CPF nº 006.465.428-18 e Vinicius Barjas Baléche CPF n° 223.209.008-61, de todos os documentos que respaldaram quaisquer contratos de mútuo da Companhia, de qualquer importância em que figure ela como mutuante ou mutuária e justifiquem a existência de todo e qualquer passivo com a respectiva documentação; (iv) Aprovação da remuneração de valores disponibilizados para a Companhia pela acionista que convoca esta AGO com a respectiva memória de cálculos contendo critérios adotados sendo certo que não foram aprovados pela acionista que convoca esta AGO; (v) Fixar em R$ 15.000,00 a remuneração da Diretora Leda Maria Barjas Baléche para o período compreendido entre o dia 24.04.2024 e ao dia da realização da AGO de 2025; (vi) Outras matérias relacionadas e pertinentes aos tópicos anteriores, especificamente atinentes à origem e destinação de recursos de e para a Companhia, e inclusive aqueles advindos de imóveis pertencentes a Kadisha Participações Ltda. CNPJ nº 32.423.308/0001-36 e destinação de recursos sacados de contas bancárias da Companhia; e a depender das informações prestadas pelos administradores a identificação dos beneficiários, acionistas ou não, receptores de valores identificados ou estimados. 2. Para os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre as matérias objeto da ordem do dia da AGO ora convocada, poderão estar presentes assessores devidamente convocados pelos acionistas e identificados para conhecimento dos demais acionistas, e para tanto identificados, convidados esses que deverão se cadastrar no endereço eletrônico (hlaw@hlaw.com.br) para participarem da AGO ora convocada conforme abaixo informado. **Instruções Gerais**: a.) Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar o documento de identificação e/ou o documento societário respectivo. Com relação à participação de acionista por meio de procurador, deverão ser observados os requisitos do artigo 126 da LSA. b.) Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 30 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao seguinte endereço eletrônico: hlaw@hlaw.com.br, até 48 horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e de representação. O e-mail enviado com a solicitação e respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento. Os acionistas que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e da folha correspondente do Livro de Presença, os quais deverão ser firmados pelo Presidente e Secretário da mesa. c.) Após o envio do e-mail pelo acionista com o seu documento ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instruções sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento. d.) Participação e voto a distância: As manifestações de voto e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se for o caso, serão entregues pelos acionistas na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para o e-mail mencionado acima, ou, ainda, ser anexada no sistema eletrônico. Os acionistas, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico acima mencionado. São Paulo, 12/04/2024. aa) Leda Maria Barjas Beléche . Acionista e Administradora. (15, 16 e 17/04/2024)

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.742.855/0001-10

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em reais

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	145.638.550,26	140.258.633,73
Aplicações financeiras	5	42.625.519,54	40.785.226,98
Contas a receber de alunos- educação básica	6	2.700.665,73	3.096.004,67
Contas a receber de alunos- educação superior	6	6.237.827,10	5.862.610,76
Contas a receber de alunos- educação Técnico	6	93.793,35	-
Adiantamentos	7	3.174.924,74	3.154.769,97
Despesas antecipadas		1.089.233,51	486.877,32
Outros ativos	8	4.842.317,61	5.841.167,86
Total do circulante		**206.402.831,82**	**199.485.291,29**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	35.810.173,69	25.409.640,19
Depósitos para recursos judiciais		301.414,27	247.082,97
Contas a receber de alunos- educação básica		152.525,64	
Contas a receber de alunos- educação superior	6	1.138.616,18	1.362.406,69
Outras contas a receber		1.355.000,00	1.355.000,00
		38.757.729,78	28.374.129,85
Imobilizado	9	266.713.976,45	250.848.404,56
Imobilizado em andamento		399.750,00	-
Intangível	9	29.439.209,91	33.508.528,84
Total do não circulante		**335.310.666,14**	**312.731.063,25**
Total do ativo		**541.713.497,96**	**512.216.354,54**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Contas e títulos a pagar	10	4.544.964,36	5.040.945,31
Obrigações trabalhistas e fiscais	11	21.415.054,20	18.907.440,58
Parcelamento tributário	12	4.325.859,48	2.138.975,84
Receitas antecipadas		7.394.013,24	6.681.737,24
Outras obrigações (Credores Diversos)	13	1.508.254,20	6.525.104,13
Total do circulante		**39.188.145,48**	**39.294.203,10**
Não circulante			
Parcelamento tributário	12	6.128.300,93	8.135.121,18
Provisão para contingências	14	20.859,00	81.644,58
Total do não circulante		**6.149.159,93**	**8.216.765,76**
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		334.832.880,24	313.062.163,77
Ajuste de avaliação patrimonial		129.872.505,44	130.177.017,92
Ajustes de Exercício dos anos Anteriores	16	(4.069.841,88)	-
Superávit do período		35.740.648,75	21.466.203,99
Total do patrimônio líquido		**496.376.192,55**	**464.705.385,68**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**541.713.497,96**	**512.216.354,54**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em reais

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de Exercício dos anos Anteriores	Superávit (déficit) do período	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2021	**312.222.470,13**	**130.481.530,40**	**0,00**	**535.181,16**	**443.239.181,69**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	304.512,48	(304.512,48)	-	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	535.181,16	-	-	(535.181,16)	-
Superávit do período	-	-	-	21.466.203,99	21.466.203,99
Saldo em 31/12/2022	**313.062.163,77**	**130.177.017,92**	**0,00**	**21.466.203,99**	**464.705.385,68**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	304.512,48	(304.512,48)	-	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	21.466.203,99			(21.466.203,99)	-
Ajuste de Exercícios anteriores	-		(4.069.841,88)	-	(4.069.841,88)
Resultado do Exercício dos anos Anteriores					
Superávit do período	-	-		35.740.648,75	35.740.648,75
Saldo em 31/12/2023	**334.832.880,24**	**129.872.505,44**	**(4.069.841,88)**	**35.740.648,75**	**496.376.192,55**

Notas explicativas as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em reais

1 Objetivos sociais

Associação Santa Marcelina, doravante designada "Associação", C.N.P.J. 60.742.855/0001-10, situada à Rua Itapicuru nº 112, Perdizes, município de São Paulo, SP, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação Santa Marcelina tem a Educação como sua atividade preponderante, atuando nas modalidades da Educação Básica, Ensino Técnico Profissionalizante e do Ensino Superior, sendo portadora do Certificado de Entidade Beneficente, expedido pelo Ministério da Educação - MEC.

A partir do exercício de 2023, Associação Santa Marcelina optou por apresentar seus resultados separadamente por seguimento, ou seja, Mantenedora, Educação Básica, Ensino Técnico Profissionalizante e Ensino Superior. Além do Consolidado.

As principais finalidades estatutárias são:

a) Oferecer e desenvolver a educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
b) Oferecer e desenvolver o Ensino Técnico Profissionalizante;
c) Oferecer e desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
d) Oferecer e desenvolver cursos de especialização, pós-graduação 'Latu Sensu' e 'Stricto Sensu', mestrado e outras modalidades previstas em lei;
e) Desenvolver e promover a pesquisa cientifica no atendimento de seus cursos de educação superior;

No exercício de suas finalidades institucionais, a Associação não faz e não fará, distinção de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político, condição social ou sob qualquer forma de discriminação.

A Associação destina integralmente seus recursos no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos estatutários.

A Associação possui os principais registros sociais que regulamentam a sua atuação social. No âmbito estadual a Associação é reconhecida como Utilidade Pública Estadual de São Paulo pela Lei nº 5.733, de 25 de junho de 1960, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo 28 de junho de 1960. No âmbito municipal é reconhecida como Utilidade Pública Municipal (SP) pelo Decreto nº 14.380, de 01 de março de 1977, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo de 02 de março de 1977.

Também é portadora do Certificado de Entidade Beneficente, tendo seu último certificado deferido pelo Ministério da Educação - MEC, conforme Portaria nº 311, de 15 de outubro de 2020, publicada no DOU de 16 de outubro de 2020, com validade de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.020479/2015-91.

Mantendo sua regularidade para renovação do Certificado de Entidade Beneficente, foram protocolados os processos administrativos de nº 23000.046475/2017-02, em 29 de novembro de 2017, 23000.014880/2020-59 em 30 de abril de 2020, e 23000.030463/2020-53, em 04 de dezembro de 2020. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendentes de decisão terminativa até data de encerramento destas demonstrações contábeis.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Associação foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão inclusas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) – Nota 6
- Imobilizado e intangível – Nota 9
- Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção – Nota 9
- Provisão para contingências - Nota 14

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

Os instrumentos financeiros mantidos pela Associação são ativos e passivos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os saldos referentes aos ganhos e perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou passivo circulante, sendo as variações do valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas Financeiras" ou "Despesas Financeiras".

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recebíveis abrangem mensalidades escolares a receber (nota 6) e outras contas a receber.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: contas a pagar.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e estão demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

c. Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, incluindo-se as inadimplências, os valores considerados incobráveis e o valor dos serviços educacionais prestados a alunos gratuitos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

d. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras com vencimento em prazos inferiores a 12 meses são demonstradas no ativo circulante, as aplicações financeiras em prazos superiores a 12 meses, são demonstradas no realizável a longo prazo, ambas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Contas a receber de alunos

Representam mensalidades emitidas decorrente da prestação de serviços educacionais, porém não recebidas, acordos firmados referentes mensalidades vencidas e cobranças judiciais. Incluem ainda bolsas compensáveis contra créditos fiscais, como FIES. Estão representadas pelo seu valor original, deduzidas das gratuidades concedidas e descontos contratuais (incondicionais).

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente pela Administração.

f. Adiantamentos

Refere-se a antecipações efetuadas a funcionários e fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte.

g. Despesas antecipadas

Refere-se a pagamento de apólice de seguros, assinaturas de periódicos, licença de uso de software e outras despesas, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte. Estão representadas pelo seu valor nominal.

h. Depósitos Judiciais

Referem-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais enquanto não transitado em julgado.

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A Associação utiliza taxas de depreciação, em função da estimativa de vida útil realizada por especialista interno.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes são as seguintes:

· Equipamentos de informática / veículos 05 anos
· Máquinas e equipamentos / móveis e utensílios 10 anos
· Biblioteca / instalações/ material didático, pedagógico e laboratorial 10 anos
· Imóveis/ reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros 25 anos
· Construções em andamento em imóveis de terceiros 25 anos

j. Intangível

Composto por Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC).

O Certificado de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Associação. O valor apresentado nas demonstrações contábeis indica a expectativa da Administração quanto a sua realização, em conjunto com os esforços de negociação desse título, para a qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado da data da negociação.

k. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Em 2023 e 2022, a administração da Associação não identificou indícios que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

m. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

n. Receitas antecipadas

As receitas antecipadas referem-se a parcelas de mensalidades de períodos subsequentes, recebidas antecipadamente, registradas no passivo circulante e que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência.

o. Parcelamento tributário

Referem-se a impostos/tributos que foram parcelados pela Receita Federal do Brasil, e estão apresentados pelos seus valores corrigidos na ocasião do parcelamento.

p. Provisões

Uma provisão é constituída no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos *superávits (déficits)* apurados anualmente desde a data de sua constituição, ajustes de avaliação patrimonial, que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na nota n° 1.

r. Gratuidades (reconhecimento de bolsas de estudos)

A Associação mantém escrituração contábil regular, registrando suas receitas, despesas e aplicação de recursos em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações de regulação do certificado de filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	28.104,74	25.170,39
Bancos c/ movimento	33.370,01	37.281,56
Aplicações financeiras de liquidez imediata	145.577.075,51	140.196.181,78
	145.638.550,26	**140.258.633,73**

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa.

Os rendimentos das aplicações financeiras não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais.

5 Aplicações financeiras em curto e longo prazo

	Curto Prazo		Longo Prazo	
Modalidade	2023	2022	2023	2022
Fundo de Investimentos Financeiros	26.927.049,48	18.472.910,25	24.375.404,53	8.100.697,89
Certificado de Depósitos Bancários	1.130.688,95	5.501.612,83	-	2.762,58
Letras Financeiras	14.567.781,11	16.810.703,90	11.434.769,16	17.306.179,72
	42.625.519,54	**40.785.226,98**	**35.810.173,69**	**25.409.640,19**

As aplicações financeiras foram contabilizadas de acordo com seus respectivos vencimentos (circulante e não circulante), conforme determinação da NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos fluxos de caixa.

Os recursos monetários foram distribuídos em produtos disponíveis no mercado financeiro, como fundos de investimentos que adotam estratégia de gestão ativa por meio de alocação de recursos em títulos públicos federais e em títulos privados que possuem maior expectativa de retorno.

A Administração objetiva manter esses títulos aplicados até a data do vencimento contratualmente estabelecido.

6 Contas a receber de alunos

	2023				2022		
	Educ. Básica	Educ. Técnico	Educ. Superior	Consolidado	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado
Curto Prazo							
Mensalidades do exercício	1.983.554,62	42.135,17	3.583.418,90	5.609.108,69	2.257.208,76	3.832.737,18	6.089.945,94
Mensalidades de exercícios anteriores	2.810.143,09	-	2.662.108,73	5.472.251,82	2.848.758,78	1.836.746,74	4.685.505,52
Parcelas de acordos	2.034.664,79	51.658,18	3.949.508,82	6.035.831,79	2.354.016,07	4.148.922,06	6.502.938,13
Cursos extracurriculares e taxas	142.262,17	-	9.028,33	151.290,50	129.473,57	6.243,00	135.716,57
	6.970.624,67	93.793,35	10.204.064,78	17.268.482,80	7.589.457,18	9.824.648,98	17.414.106,16
(+/-) PECLD	(4.269.958,94)	-	(3.966.237,68)	(8.236.196,64)	(4.493.452,51)	(3.962.038,22)	(8.455.490,73)
	2.700.665,73	**93.793,35**	**6.237.827,10**	**9.032.286,16**	**3.096.004,67**	**5.862.610,76**	**8.958.615,43**
Longo Prazo							
Mensalidade dos Exercicios Anteriores	-	-	1.062.514,60	1.062.514,60	-	1.362.406,69	1.362.406,69
Parcelas de Acordos	152.525,64	-	76.101,58	228.627,22	-	-	-
	152.525,64	**0,00**	**1.138.616,18**	**1.291.141,82**	**-**	**1.362.406,69**	**1.362.406,69**
Total Geral	**2.853.191,37**	**93.793,35**	**7.376.443,28**	**10.323.427,98**	**3.096.004,67**	**7.225.017,45**	**10.321.022,12**

As contas a receber contemplam apenas saldos dos últimos cinco anos, apurados através de relatórios internos da Associação. As mensalidades baixadas são mantidas em cobranças judiciais e extrajudiciais.

A movimentação da PECLD pode ser assim demonstrada:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	8.455.490,73	3.494.088,67
Reversão da provisão (resultado)	(1.838.121,36)	(1.680.764,17)
Constituição da provisão (resultado)	3.437.799,34	7.553.624,19
Baixa de mensalidades incobráveis	(1.818.972,07)	(911.457,96)
Saldo no final do exercício	**8.236.196,64**	**8.455.490,73**

7 Adiantamentos

	2023	2022
Créditos de funcionários	2.808.344,53	2.578.897,18
Adiantamentos a fornecedores	363.247,68	569.079,35
Outros adiantamentos	3.332,53	6.793,44
	3.174.924,74	**3.154.769,97**

8 Outros ativos

	2023	2022
Tributos a compensar/recuperar (a,b)	990.172,32	5.100.449,00
Contas receber de venda de imóveis	-	365.000,00
Despesas a realizar(c)	3.729.786,65	266.433,54
Créditos de cobrança a liberar	14.013,11	11.766,86
Aluguéis a receber	9.400,00	10.939,37
Demais contas a receber	98.945,53	86.579,09
	4.842.317,61	**5.841.167,86**

(a) Do total dos tributos a compensar/recuperar no exercício de 2022, R$ 4.192.963,88 Refere-se ao exercício de 2021 do Financiamento Estudantil - FIES de 2021;
(b) Do total dos tributos a compensar/recuperar representado no exercício de 2023, R$ 594.978,93 se refere a Contribuição Previdenciária paga em duplicidade;
(c) O Saldo da conta de despesas a realizar se refere a adiantamento a fornecedores. Sendo o valor de R$ 2.620.670,00 ao fornecedor Blue Sol Energia Solar Ltda, no exercício de 2023.

9 Imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está assim representada:

	2022	2023					
Ativo Imobilizado	Saldo	Adições	Baixas	(-) Ajuste Reaval	Depreciação/ amortização	Baixa da Deprec./Amort. pela Reaval	Saldo
Terrenos	86.779.000,00	6.830.200,60	(0,01)		-	-	93.609.200,59
Imóveis	124.466.739,75	4.476.046,91	(9.516.083,63)		(1.604.372,63)	2.585.200,32	120.407.530,72
Reformas e benfeit. em Imóveis	11.296.503,56	9.407.924,85	(822.570,20)		-	-	19.881.858,21
Reformas em Imóveis de Terceiros	4.464.927,31	-	(5.385.431,73)		(61.908,41)	2.216.068,76	1.233.655,93
Construções em andamento de terc	83.223,69	-	(163.297,64)		(17,56)	80.091,51	-
Construções em andamento	838.699,98	131.678,50	-		-	-	970.378,48
Instalações	2.546.225,30	220.817,10	(70.072,55)		(451.464,53)	157.036,93	2.402.542,25
Biblioteca	600.499,26	43.195,13	(2.637.776,54)		(142.193,85)	2.777.554,32	641.278,32
Máquinas e Equipamentos	8.838.263,40	2.670.399,73	(2.447.115,18)		(1.407.243,99)	2.973.309,99	10.627.613,95
Móveis e Utensílios	4.768.734,12	1.921.933,12	(2.673.598,07)		(700.119,87)	4.254.562,01	7.571.511,31
Equipamentos de Informática	3.543.659,46	2.608.716,96	(857.844,23)		(1.476.938,80)	1.812.269,73	5.629.863,12
Veículos	247.007,33	139.183,13	(348.250,30)		(167.169,88)	348.250,30	219.020,58
Mat. didático, pedagógico e laboratorial	2.368.681,40	1.353.340,26	(485.537,33)		(453.312,10)	736.350,76	3.519.522,99
Obras de artes	6.240,00	224,50	(6.464,50)		-	-	-
	250.848.404,56	**29.803.660,79**	**(25.414.041,91)**	**-**	**(6.464.741,62)**	**17.940.694,63**	**266.713.976,45**

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está assim representada:

	2022	2023				
Ativo Intangìvel	Saldo	Aquisições	Baixas	Amortização	baixa amortização	Saldo
Marcas e patentes	7.984,00	-	(7.984,00)	-	-	-
Desenvolvimento - Cursos	1.716.959,72	69.815,14	(1.786.774,86)	-	-	(0,00)
Desenvolvimento - Software	27.016,00	-	(27.016,00)	-	-	-
Cursos em andamento	2.039.316,65	-	(3.398.861,93)	(913,67)	1.360.458,95	-
Cessão de uso de software	278.042,56	-	(3.961.995,00)	(399,99)	3.684.352,43	-
Potencial Construtivo	29.439.209,91	-	-	-	-	29.439.209,91
	33.508.528,84	**69.815,14**	**(9.182.631,79)**	**(1.313,66)**		**29.439.209,91**

A Associação optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos na data de 01 de janeiro de 2011. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, com experiência e competência profissional.

A adoção do custo atribuído produziu efeitos no Patrimônio Líquido, em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial. A sua realização está sendo efetuada mediante a depreciação do exercício, conforme evidenciado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

No exercício de 2023, após reunião da diretoria estatutária e aprovação em ata, a Associação Santa Marcelina, realizou ajustes contábeis nas contas de imobilizado e intangível, tomando como base apenas os registros no sistema de patrimônio. Os ajustes realizados nas contas de ativo imobilizado, intangível e respectivas contas de depreciação tiverem como contrapartida a conta de Resultado de Exercícios Anteriores.

Potencial Construtivo

Em 20 de novembro de 2020, a Associação Santa Marcelina obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDU/DEUSO n° 0386/20, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. O diretor do Departamento do Uso do Solo (DEUSO) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), nos termos que dispõem os artigos 122 a 132 da Lei n° 16.050, de 31 de julho de 2014, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 6068.2020/0001849-6, declarou que o imóvel situado a Rua Cardoso de Almeida, 541 e Rua Alberto Torres, 102, distrito de Perdizes, São Paulo - SP, dispõem de 4.695,96 m² de potencial construtivo passível de transferência, no valor de R$ 8.358,90 m².

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Este valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende a premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Associação.

10 Contas e títulos a pagar

	2023	2022
Fornecedores de materiais	1.724.584,55	780.829,73
Fornecedores de Serviços PJ	1.953.938,67	3.829.993,54
Fornecedores de Serviços PF	42.803,55	26.272,49
Concessionária de Serviço Público	85.380,47	114.816,83
Benefícios a pagar	723.184,08	263.901,79
Credores diversos	15.073,04	25.130,93
	4.544.964,36	**5.040.945,31**

11 Obrigações trabalhistas e fiscais

	2023	2022
Salários a pagar	6.589.981,93	5.804.566,27
Férias e encargos	9.285.929,51	8.120.606,81
Impostos e contribuições trabalhistas	5.417.531,88	4.784.336,45
Outros impostos e contribuições	121.610,88	197.931,05
	21.415.054,20	**18.907.440,58**

As provisões de férias e 1/3 foram constituídas tomando-se por base a remuneração do empregado no mês em que ela estiver sendo constituída. Os encargos sociais foram constituídos concomitantemente à constituição das provisões.

Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em reais

ATIVIDADES DA MANTENEDORA	Nota	2023	2022
(-) Custos administrativos e gerais	18	(177.967,28)	(18.372,91)
Receitas de doações	20	3.340,98	4.911,31
Outras receitas	21	6.672.518,04	2.807.533,33
Outras despesas	22	(21.183.297,88)	(23.256.677,49)
Resultado das atividades		**(14.685.406,14)**	**(20.462.605,76)**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		2.625.614,25	3.203.449,11
Despesas financeiras		(1.303.602,43)	(1.481.613,49)
		1.322.011,82	1.721.835,62
Déficit do período Mantenedora		**(13.363.394,32)**	**(18.740.770,14)**

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em reais

ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Nota	2023	2022
Receita bruta de prestação de serviços - ensino básico	17	114.221.110,49	108.698.116,55
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(14.487.659,00)	(14.785.153,00)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos parciais 50% Lei Compl. 187/2021		(159.390,00)	(162.048,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(6.206.934,58)	(6.341.268,40)
(-) Outras bolsas de estudos integrais e parciais		(767.149,22)	(657.556,10)
(-) Devoluções / cancelamentos		(55.751,73)	(104.168,28)
(-) Descontos incondicionais		(11.658.807,94)	(10.517.060,38)
		80.885.418,02	**76.130.862,39**
Receitas de atividades extracurriculares		2.124.076,03	1.502.376,56
Outras receitas de prestação serviços educacionais		1.448.759,92	1.129.681,06
(-) Devoluções / cancelamentos		(1.430,00)	(9.643,06)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**84.456.823,97**	**78.753.276,95**
(-) Custo com pessoal docente		(35.697.171,13)	(33.545.996,91)
(-) Custos administrativos e gerais	18	(20.068.160,15)	(21.484.039,40)
Convênios e parcerias	19	1.200.000,00	1.045.000,00
Receitas de doações	20	337.544,22	200.311,99
Outras receitas	21	5.285.256,28	5.264.151,19
Outras despesas	22	(35.251.611,02)	(35.138.635,50)
Resultado das atividades de educação básica		**262.682,17**	**(4.905.931,68)**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		11.842.844,02	10.412.868,93
Despesas financeiras		(193.467,55)	(274.949,72)
		11.649.376,47	10.137.919,21
Superávit do período Ensino Básico		**11.912.058,64**	**5.231.987,53**

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em reais

ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO ENSINO TÉCNICO	Nota	2023	2022
Receita bruta de prestação de serviços - ensino técnico	17	533.520,00	-
(-) Outras bolsas de estudos integrais e parciais		(2.080,00)	-
		531.440,00	-
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		531.440,00	-
(-) Custo com pessoal docente - Ensino Técnico		(90.187,19)	-
Resultado das atividades do Ensino Técnico		**441.252,81**	-

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO - ENSINO SUPERIOR	Nota	2023	2022
Receita bruta de prestação de serviços - ensino superior	17	176.764.370,40	153.132.542,38
(-) Gratuidades-bolsas de estudos integrais Lei 11.096/2005- Prouni		(29.138.498,11)	(20.204.977,42)
(-) Gratuidades-bolsas de estudos parciais 50% Lei 11.096/2005- Prouni		(38.451,00)	(136.050,00)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(4.082.295,59)	(4.836.002,05)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos parciais 50% Lei Compl. 187/2021		(103.774,00)	(101.261,50)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(2.492.873,00)	(2.025.764,40)
(-) Devoluções / cancelamentos		(844.562,30)	(1.178.814,10)
(-) Descontos incondicionais		(13.936.424,68)	(12.192.380,29)
		126.127.491,72	**112.457.292,62**
Outras receitas de prestação serviços educacionais		814.074,55	752.753,00
(-) Devoluções / cancelamentos		(38.226,00)	(43.496,00)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**126.903.340,27**	**113.166.549,62**
(-) Custo com pessoal docente		(36.341.686,25)	(28.797.481,74)
(-) Custos administrativos e gerais	18	(39.191.778,58)	(37.832.482,01)
Convênios e parcerias	19	20.102,68	68.760,28
Receitas de doações	20	19.846,46	29.732,03
Outras receitas	21	2.007.537,40	1.402.223,49
Outras despesas	22	(30.753.468,30)	(24.004.996,79)
Resultado das atividades de ensino superior		**22.663.893,68**	**24.032.304,88**
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		14.784.744,12	11.392.713,57
Despesas financeiras		(697.906,18)	(450.031,85)
		14.086.837,94	10.942.681,72
Superávit do período Ensino Superior		**36.750.731,62**	**34.974.986,60**

Demonstração do resultado dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO CONSOLIDADO	Nota	2023	2022
Receita bruta de prestação de serviços - Ensino Básico	17	114.221.110,49	108.698.116,55
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(14.487.659,00)	(14.785.153,00)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos parciais 50% Lei Compl. 187/2021		(159.390,00)	(162.048,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(6.206.934,58)	(6.341.268,40)
(-) Outras bolsas de estudos integrais e parciais		(767.149,22)	(657.556,10)
(-) Devoluções / cancelamentos		(55.751,73)	(104.168,28)
(-) Descontos incondicionais		(11.658.807,94)	(10.517.060,38)
		80.885.418,02	**76.130.862,39**
Receitas de atividades extracurriculares		2.124.076,03	1.502.376,56
Outras receitas de prestação serviços educacionais		1.448.759,92	1.129.681,06
(-) Devoluções / cancelamentos		(1.430,00)	(9.643,06)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**84.456.823,97**	**78.753.276,95**
Receita bruta de prestação de serviços - Ensino Técnico	17	533.520,00	-
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		0,00	-
(-) Gratuidades - bolsas de estudos parciais 50% Lei Compl. 187/2021		0,00	-
(-) Outras bolsas de estudos 100%		0,00	-
(-) Outras bolsas de estudos integrais e parciais		(2.080,00)	-
(-) Devoluções / cancelamentos		0,00	-
(-) Descontos incondicionais		0,00	-
		531.440,00	-
Receitas de atividades extracurriculares		0,00	-
Outras receitas de prestação serviços educacionais		0,00	-
(-) Devoluções / cancelamentos		0,00	-
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**531.440,00**	-
Receita bruta de prestação de serviços - Ensino Superior	17	176.764.370,40	153.132.542,38
(-) Gratuidades-bolsas de estudos integrais Lei 11.096/2005- Prouni		(29.138.498,11)	(20.204.977,42)
(-) Gratuidades-bolsas de estudos parciais 50% Lei 11.096/2005- Prouni		(38.451,00)	(136.050,00)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos Integrais Lei Compl. 187/2021		(4.082.295,59)	(4.836.002,05)
(-) Gratuidades- bolsas de estudos parciais 50% Lei Compl. 187/2021		(103.774,00)	(101.261,50)
(-) Outras bolsas de estudos 100%		(2.492.873,00)	(2.025.764,40)
(-) Devoluções / cancelamentos		(844.562,30)	(1.178.814,10)
(-) Descontos incondicionais		(13.936.424,68)	(12.192.380,29)
		126.127.491,72	**112.457.292,62**
Outras receitas de prestação serviços educacionais		814.074,55	752.753,00
(-) Devoluções / cancelamentos		(38.226,00)	(43.496,00)
Receita líquida de prestação de serviços educacionais		**126.903.340,27**	**113.166.549,62**
Receita líquida de prestação de serviços educacionais Consolidado		**211.891.604,24**	**191.919.826,57**
(-) Custo com pessoal docente - Ensino Básico		(35.697.171,13)	(33.545.996,91)
(-) Custo com pessoal docente - Ensino Técnico		(90.187,19)	-
(-) Custo com pessoal docente - Ensino Superior		(36.341.686,25)	(28.797.481,74)
(-) Custos administrativos e gerais - Mantenedora	18	(177.967,28)	(18.372,91)
(-) Custos administrativos e gerais - Ensino Básico	18	(20.068.160,15)	(21.484.039,40)
(-) Custos administrativos e gerais - Ensino Superior	18	(39.191.778,58)	(37.832.482,01)
Convênios e parcerias - Ensino Básico	19	1.200.000,00	1.045.000,00
Convênios e parcerias - Ensino Superior	19	20.102,68	68.760,28
Receitas de doações - Mantenedora	20	3340,98	4.911,31
Receitas de doações - Ensino Básico	20	337.544,22	200.311,99
Receitas de doações - Ensino Superior	20	19.846,46	29.732,03
Outras receitas - Mantenedora	21	6.672.518,04	2.807.533,33
Outras receitas - Ensino Básico	21	5.285.256,28	5.264.151,19
Outras receitas - Ensino Superior	21	2.007.537,40	1.402.223,49
Outras despesas - Mantenedora	22	(21.183.297,88)	(23.256.677,49)
Outras despesas - Ensino Básico	22	(35.251.611,02)	(35.138.635,50)
Outras despesas - Ensino Superior	22	(30.753.468,30)	(24.004.996,79)
Resultado das atividades de educação consolidado		**8.682.422,52**	**(1.336.232,56)**
RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO	23		
Receitas financeiras		29.253.202,39	25.009.031,61
Despesas financeiras		(2.194.976,16)	(2.206.595,06)
		27.058.226,23	22.802.436,55
Superávit do período Consolidado		**35.740.648,75**	**21.466.203,99**

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 Em reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	35.740.648,75	21.466.203,99
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	6.370.548,04	6.987.560,72
Provisão (reversão) para contingências	(60.785,58)	54.044,58
Provisão (reversão) estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.599.677,98	5.872.860,02
Receita de resultado na baixa de bens imobilizado	14.673,27	-
Juros apropriados de parcelamento	-	1.422.242,77
Resultado líquido ajustado	**43.664.762,46**	**35.802.912,08**
(Aumento) redução nos ativos		
Em aplicações financeiras	(12.240.826,06)	17.399.769,29
Em contas a receber de alunos	(1.602.083,84)	(181.312,65)
Em adiantamentos	(20.154,77)	(118.387,71)
Em despesas antecipadas	(602.356,19)	166.183,42
Em outros ativos	998.850,25	(1.030.824,01)
Em realizável a longo prazo	(54.331,30)	363.015,57
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas e títulos a pagar	(495.980,95)	1.587.847,10
Em obrigações trabalhistas e fiscais	2.507.613,62	2.700.843,40
Em parcelamento tributário	(1.106.666,78)	(1.935.658,84)
Em receitas antecipadas	712.276,00	641.358,88
Em outras obrigações	(5.016.849,93)	(296,30)
Em recursos de convênio públicos	-	(75.000,00)
	(16.920.509,95)	19.517.538,15
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**26.744.252,51**	**55.320.450,23**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado / intangível	(25.364.795,12)	(8.149.728,89)
Baixa de imobilizado	4.000.000,00	60.480,00
Baixa da depreciação	-	(59.355,00)
Ajuste da depreciação	459,14	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(21.364.335,98)**	**(8.148.603,89)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**5.379.916,53**	**47.171.846,34**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	145.638.550,26	140.258.633,73
No início do exercício	140.258.633,73	93.086.787,39
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**5.379.916,53**	**47.171.846,34**

12 Parcelamento tributário

	Curto Prazo		Longo Prazo	
Modalidade	2023	2022	2023	2022
Parcelamento previdenciário	4.325.859,48	2.755.099,14	6.128.300,93	8.796.096,43
(-) Juros e encargos a transcorrer	-	(616.123,30)	-	(660.975,25)
	4.325.859,48	**2.138.975,84**	**6.128.300,93**	**8.135.121,18**

O Termo de Parcelamento nº 6096333 firmado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, consolidado em 28 de março de 2022, referente Processo Fiscal nº 19515.721.413/2014-63, no montante total de R$ 10.787.513,09.

Em 30 de junho de 2022, conforme Comprovante de Adesão à Negociação, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Associação renegociou a dívida, nos Termos da Lei 13.988, de 14 de abril de 2020 e Portaria PGFN nº 14.402, de 16 de junho de 2020, Art.9, Inciso I, Alinea A e PAR. 1, com redução de juros e demais encargos, a ser pago em 48 parcelas, com início em junho de 2022 e término em maio de 2026.

No exercício de 2023, a Associação Santa Marcelina, optou por alterar o critério de apropriação de Juros e encargos a transcorrer. Sendo o saldo desta conta, incorporado ao valor principal.

13 Outras obrigações

	2023	2022
Compra de imóvel (a)	1.350.000,00	6.525.000,00
Outras obrigações com terceiros	158.254,20	104,13
	1.508.254,20	**6.525.104,13**

(a) Obrigações junto a terceiros decorrentes de termos de compromisso de compra e venda de imóvel.

Os saldos estão mantidos pelos valores originalmente contratados e serão levados a resultado no momento da efetiva transferência de direitos.

14 Provisões para contingências

A Administração da Associação, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, cíveis, entre outras regulatórias, podendo ser assim demonstradas.

Movimentação das contingências (processos)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.742.855/0001-10

Notas explicativas as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	31/12/2022	(+/-) Adição Reversão	31/12/2023
Trabalhistas (a)	70.785,58	(60.785,58)	10.000,00
Cíveis (b)	10.859,00	-	10.859,00
	81.644,58	**(60.785,58)**	**20.859,00**

(a) Trabalhistas: Com base em informações dos assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco provável, a Administração constituiu provisão a saber:

· Faculdade Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0014-34, no montante de R$ 10.000,00 (2021);

· Adicionalmente, os processos encerrados no exercício de 2023, no montante de R$ 60.785,58, foram baixados em contrapartida de reversão de provisão (receita).

(b) **Cíveis:** Com base em informações dos assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco provável, a Administração constituiu provisão a saber:

· Associação Santa Marcelina C.N.P.J. 60.742.855/0001-10, no montante de R$ 10.859,00.

Os processos classificados como risco de perda possível totalizam o montante de R$ 7.076.954,73. Para os processos classificados como risco de perda remoto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações contábeis tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

e. Patrimônio social

Acumula valores de *superávits (déficits)* apurados anualmente desde a data de sua constituição e ajustes e que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, comentados na nota 1. O resultado do período é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12 que aprovou Interpretação ITG 2002(R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

f. Dissolução ou extinção

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Associação, por meio de anuência de 2/3 (dois terços) de suas associadas na Assembleia Geral Extraordinária, seu patrimônio social será revertido a favor de uma associação congênere, devidamente registrada junto ao Conselho Nacional de Assistência Social.

g. Ajustes de avaliação patrimonial

Decorrente dos efeitos do reconhecimento do custo atribuído de imobilizados realizados no exercício de 2011, conforme detalhado na nota 9.

16 Ajuste de Exercícios Anteriores

Em 2023, a Associação Santa Marcelina ajustou em suas demonstrações contábeis referente a exercícios anteriores, representando um montante de R$ 4.069.841,88.

17 Receita bruta de prestação de serviços

	2023	2022
Ensino Básico		
Da Educação Infantil	19.055.906,07	17.212.355,11
Do Ensino Fundamental	76.085.343,36	73.257.290,94
Do Ensino Médio	19.079.861,06	18.228.470,50
	114.221.110,49	**108.698.116,55**
Ensino Superior		
De Graduação	172.136.052,24	147.961.381,28
De Pós-graduação	4.370.236,16	5.105.912,10
De Extensão	258.082,00	65.249,00
	176.764.370,40	**153.132.542,38**
Ensino Técnico		
De Técnico	533.520,00	-
	533.520,00	**-**
	291.519.000,89	**261.830.658,93**

18 Custos administrativos e gerais

Ensino Básico

	2023	2022
Custo com pessoal (apoio de curso)	(15.825.073,28)	(15.624.633,31)
Material pedagógico	(2.680.091,15)	(2.604.003,85)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.544.937,72)	(3.241.945,96)
Outros custos administrativos	(18.058,00)	(13.456,28)
	(20.068.160,15)	**(21.484.039,40)**
Ensino superior/Técnico		
Serviços de preceptoria	(21.638.359,19)	(19.147.946,34)
Custo com pessoal (apoio de curso)	(15.818.260,26)	(12.962.728,17)
Material pedagógico	(438.234,81)	(461.617,00)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(3.250.269,58)
Convênios e parcerias (a)	-	(437.751,63)
Amortização (b)	(913,67)	(339.886,32)
Outros custos administrativos	(1.296.010,65)	(1.232.282,97)
	(39.191.778,58)	**(37.832.482,01)**
Mantenedora		
Material Pedagógico	(177.967,28)	(18.372,91)
	(177.967,28)	**(18.372,91)**

a) Termo de Parceria nº 006A/2017/ Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino Saúde – COAPES, firmado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde e a Faculdade Santa Marcelina, C.N.P.J. 60.742.855/0017-87, tem por objeto viabilizar a reordenação da oferta de Estágios, Cursos de Graduação e Residências em Saúde, no município de São Paulo, do Estado de São Paulo, com garantia de estrutura de serviços de saúde em condições de oferecer campo de prática, mediante a integração ensino-serviço nas Redes de Atenção à Saúde, que perdurou até o exercício de 2022.

b) Amortização refere-se a baixa do ativo intangível pelo reconhecimento dos custos de novos cursos iniciados no exercício 2019, com base em sua duração.

19 Convênios e parcerias

	2023	2022
Ensino básico		
Prefeitura Municipal de Botucatu (a)	**1.200.000,00**	**1.045.000,00**
Ensino superior		
Convênios e parcerias privadas (b)	**20.102,68**	**68.760,28**

a) Termo de Colaboração nº 14/2023C, Processo Administrativo: 70.131/2022, firmado em 02/01/2023, em 12 parcelas de R$ 100.000,00, entre a Associação Santa Marcelina, através de sua filial Obra Social Marina Videmari, C.N.P.J. 60.742.855/0016-04, com a Prefeitura Municipal de Botucatu (SP), por meio da Secretaria Municipal de Educação, para atendimento gratuito da educação infantil e ensino fundamental.

b) Termo de cooperação técnica - AAGAPE firmado entre a Faculdade Santa Marcelina Itaquera C.N.P.J. 60.742.855/0017-87, para o curso de especialização Latu Senso em Odontologia Hospitalar

AAGAPE - 1º SEMESTRE 2023	AAGAPE - 2º SEMESTRE 2023
Total matriculados Pós-Graduação 43	Total matriculados Pós-Graduação 0

20 Receitas de doações

	2023	2022
Ensino básico		
Donativos de pessoas jurídicas	220.032,52	187.908,99
Donativos de pessoas físicas	20.536,00	9.068,00
Donativos de cooperadores	96.975,70	3.335,00
	337.544,22	**205.223,30**
Ensino superior		
Donativos de pessoas jurídicas	**19.846,46**	**29.732,03**
Mantenedora		
Donativos de pessoas jurídicas	**3.340,98**	**4.911,31**

21 Outras Receitas

	2023	2022
Ensino básico		
Serviços voluntários recebidos	2.971.291,92	3.075.193,46
Receitas patrimoniais (a)	416.356,55	1.741.746,26
Receitas de aluguéis	573.838,93	447.211,47
Receitas transitórias e eventuais	1.323.768,88	-
	5.285.256,28	**5.264.151,19**
Ensino superior		
Serviços voluntários recebidos	374.218,32	353.269,44
Receitas patrimoniais (a)	1.361.103,00	880.338,35
Receitas de aluguéis	272.216,08	168.615,70
	2.007.537,40	**1.402.223,49**
Mantenedora		
Serviços voluntários recebidos	2.274.002,88	2.146.703,40
Receitas patrimoniais (a)	3.895.668,00	660.829,93
Receita de Reversão para contingência	60.785,58	-
Receitas de aluguéis	442.061,58	-
	6.672.518,04	**2.807.533,33**

(a) Receitas patrimoniais refere-se à recuperação de despesas, utilidades e descontos ocorridos em folha de pagamento, eventos e promoções sociais, entre outros.

22 Outras despesas

	2023	2022
Ensino básico		
Despesas com pessoal (administrativo)	(15.388.173,49)	(13.930.057,17)
Despesas administrativas	(16.852.541,31)	(18.066.096,33)
Despesas com serviços voluntários	(2.971.291,92)	(3.075.193,46)
Despesas fiscais e tributárias	(39.544,34)	(67.288,54)
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	(59,96)	-
	(35.251.611,02)	**(35.138.635,50)**
Ensino superior		
Despesas com pessoal (administrativo)	(11.189.793,57)	(8.773.142,20)
Despesas administrativas	(19.165.653,30)	(14.872.397,30)
Despesas fiscais e tributárias	(9.189,80)	(6.187,85)
Despesas com serviços voluntários	(374.218,32)	(353.269,44)
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	(14.613,31)	-
	(30.753.468,30)	**(24.004.996,79)**
Mantenedora		
Despesas com pessoal (administrativo)	(9.010.518,02)	(7.750.502,74)
Despesas administrativas	(9.893.767,35)	(13.321.416,66)
Despesas fiscais e tributárias	(5.009,63)	(38.054,69)
Despesas com serviços voluntários	(2.274.002,88)	(2.146.703,40)
	(21.183.297,88)	**(23.256.677,49)**

23 Resultado financeiro - Receitas e despesas financeiras

Resultado Financeiro Ensino Básico	**2023**	**2022**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.159.625,45	9.467.219,74
Juros e multas ativas	528.785,47	552.911,82
Descontos obtidos	154.433,10	147.328,44
Atualizações monetárias	-	245.408,93
	11.842.844,02	**10.412.868,93**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(14.058,86)	(2.531,58)
Tarifas bancárias e cartão	(72.886,13)	(79.792,50)
Descontos condicionais	(106.522,56)	(192.625,64)
	(193.467,55)	**(274.949,72)**
Resultado líquido	**11.649.376,47**	**10.137.919,21**

Resultado Financeiro Ensino Superior/Técnico	**2023**	**2022**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	13.445.260,51	10.078.312,40
Juros e multas ativas	1.317.066,04	1.120.748,32
Descontos obtidos	21.562,26	50.405,05
Atualizações monetárias	855,31	143.247,80
	14.784.744,12	**11.392.713,57**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(619,62)	(498,78)
Tarifas bancárias e cartão	(49.255,60)	(48.205,82)
Descontos condicionais	(648.030,96)	(401.327,25)
	(697.906,18)	**(450.031,85)**
Resultado líquido	**14.086.837,94**	**10.942.681,72**

Resultado Financeiro Mantenedora	**2023**	**2022**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.537.924,25	3.092.836,15
Juros e multas ativas	86.158,27	71.102,44
Descontos obtidos	1.531,73	8.054,33
Atualizações monetárias	-	31.456,19
	2.625.614,25	**3.203.449,11**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.300.898,59)	(1.473.244,83)
Tarifas bancárias e cartão	(2.619,16)	(8.358,78)
Multas passivas	(84,68)	(9,88)
	(1.303.602,43)	**(1.481.613,49)**
Resultado líquido	**1.322.011,82**	**1.721.835,62**

Resultado Financeiro Consolidado	**2023**	**2022**
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	27.142.810,21	22.638.368,29
Juros e multas ativas	1.932.009,78	1.744.762,58
Descontos obtidos	177.527,09	205.787,82
Atualizações monetárias	855,31	420.112,92
	29.253.202,39	**25.009.031,61**
Despesas financeiras		
Juros passivos	(1.315.577,07)	(1.476.274,80)
Tarifas bancárias e cartão	(124.760,89)	(136.357,10)
Multas passivas	(84,68)	(10,27)
Descontos condicionais	(754.553,52)	(593.952,89)
	(2.194.976,16)	**(2.206.595,06)**
Resultado líquido	**27.058.226,23**	**22.802.436,55**

24 Adequação das receitas com as despesas com pessoal

As entidades educacionais de ensino superior devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação.

Desta forma, a Associação aplicou o percentual de 20,56 %, de suas Receitas de Anuidades Escolares em Despesas com Pessoal (área fim-docentes), conforme demonstrado a seguir (valores extraídos da demonstração do resultado do período):

Receita de Anuidades Escolares - Ensino Superior	176.764.370,40
Despesas com Pessoal - Docente- Ensino Superior	36.341.686,25
Percentual de adequação (Vl. Despesa ÷ Vl. Receita)	**20,56%**

25 Receitas (despesas) - Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários recebidos durante o exercício de 2023 e 2022.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos.

Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, nos grupos de outras receitas e outras despesas, na demonstração do superávit, sem efeito no resultado do exercício.

26 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023 a Associação possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas.

27 Instrumentos financeiros

A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos a respectivos valores de mercado.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023 a Associação não está significativamente sujeita aos fatores de: (i) riscos de crédito, que são gerenciados diretamente com o cliente onde os débitos são quitados e/ou renegociados, bem como a constituição para perdas com créditos de liquidação duvidosa que em 31 de dezembro de 2023 representava a perda estimada pela administração, (ii) risco de preço dos serviços, (iii) risco de taxas de juros e (iv) risco de taxas de câmbio uma vez que a Associação não transaciona em moeda estrangeira.

28 Isenções (imunidade) usufruídas

A Associação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do art. 195, § 7º, ambos da Constituição Federal.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, todos previstos no Estatuto Social da Associação e seu cumprimento (operacionalização) podem ser comprovados por meio da sua escrituração contábil.

Em atendimento à ITG 2002 (R1), a título de demonstração, a Associação vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à Isenção (Imunidade) Usufruída - INSS sobre a folha de pagamento de salários e COFINS sobre as receitas de prestação de serviços.

	2023	2022
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	22.842.508,03	19.978.870,89
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RAT	1.398.972,29	982.499,62
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	5.109.893,57	4.468.271,58
	29.351.373,89	**25.429.642,09**
COFINS s/ receita de prestação de serviços	**8.745.570,03**	**7.916.380,44**
PIS s/ folha de pagamento	**1.142.870,65**	**999.177,94**

CSLL: Quanto à contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não foi efetuado qualquer provisionamento, pois a Associação e seus assessores jurídicos entendem que esta contribuição não incide sobre os superávits da Associação, tendo em vista a impossibilidade de equiparação do superávit ao lucro.

29 Atividades Beneficentes de Educação

A certificação das entidades beneficentes é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que presta serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei Complementar nº 187 de 16 de dezembro de 2021, que revogou a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009.

A Associação Santa Marcelina foi registrada no extinto Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio do processo administrativo nº 00000.108.917/59, deferido em sessão realizada no dia 16 de dezembro de 1959, bem como teve seu primeiro pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente (antigo Certificado de Fins Filantrópicos) deferido nos autos do processo nº 012.882/64, em 11 de março de 1964.

A Associação Santa Marcelina é portadora regular do Certificado de Entidade Beneficente desde a primeira concessão ocorrida em 11 de março de 1964 até o término da validade do último certificado ocorrido em 31 de dezembro de 2017, estando, inclusive, garantida a extensão de seus efeitos até decisão final do novo pedido de renovação já protocolizado junto ao Ministério da Educação - MEC em 29 de novembro de 2017.

Mantendo sua regularidade, a Associação teve novo pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente deferido pelo MEC, conforme Portaria nº 311, de 15 de outubro de 2020, publicada no DOU de 16 de outubro de 2020, com validade de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23000.020479/2015-91.

Foram protocolados processos administrativos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente em 29 de novembro de 2017, autuado sob o nº 23000.046475/2017-02, nº 23000.014880/2020-59 em 30 de abril de 2020 e nº 23000.030463/2020-53, em 04 de dezembro de 2020. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendente de decisão terminativa até data de encerramento destas demonstrações contábeis em abril/2024.

Atendendo os requisitos e normas vigentes, a Associação se encontra em condição de regularidade quanto a entrega/protocolo dos relatórios anuais de monitoramento.

Gratuidades

A Associação Santa Marcelina e suas mantidas ofertam gratuidades integrais (100%) e parciais (50%), para alunos da educação básica e do ensino superior. Além disso, no ensino superior, após adesão ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 22 de dezembro de 2010, também são concedidas bolsas de estudos integrais (100%) e parciais (50%), de acordo com a Lei nº 11.096/2005.

As gratuidades são concedidas mediante análise prévia e comprovação do perfil socioeconômico, conforme disposto na Lei Complementar 187, Artigo 19, § 1º.

As quantidades de alunos e benefícios concedidos no exercício 2023 podem ser assim demonstrados:

Educação Básica 2023

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas 100%	50%	Convenção coletiva 100%	Convenção coletiva Parcial	Total beneficiados
Educação Infantil	1.315	369	0	45	15	429
Ensino Fundamental I e II	3.500	670	5	144	39	858
Ensino Médio	603	53	5	33	7	98
Totais	**5.418**	**1.092**	**10**	**222**	**61**	**1.385**

Educação Superior 2023

1º SEMESTRE 2023

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%	100%	50%	Convenção coletiva 100%
Graduação	3.240	440	7	172	16	48
Pós-graduação	746	0	0	0	0	2
Extensão	97	0	0	0	0	0
	4.083	**440**	**7**	**172**	**16**	**50**

2º SEMESTRE 2023

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%	100%	50%	Convenção coletiva 100%
Graduação	**3.262**	**555**	**7**	**143**	**20**	**46**
Pós-graduação	501	0	0	0	0	2
Extensão	314	0	0	0	0	0
	4.077	**555**	**7**	**143**	**20**	**48**

EAD - 1º SEMESTRE 2023

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%	100%	50%	Convenção coletiva 100%	Convenção coletiva Parcial
Graduação	80	11	0	1	0	11	0
Pós-graduação	36	0	0	0	0	0	0
Extensão	0	0	0	0	0	0	0
	116	**11**	**0**	**1**	**0**	**11**	**0**

EAD - 2º SEMESTRE 2023

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%	100%	50%	Convenção coletiva 100%	Convenção coletiva Parcial
Graduação	**69**	**5**	**0**	**1**	**0**	**14**	**0**
Pós-graduação	121	0	0	0	0	0	0
Extensão	50	0	0	0	0	0	0
	240	**5**	**0**	**1**	**0**	**14**	**0**

Ensino Superior - Cursos Anuais 2023

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%	100%	50%	Convenção coletiva 100%
Graduação	5	0	0	0	0	0
	5	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

NIVEL TÉCNICO - 1º SEMESTRE 2023

	Total matriculados	PROUNI 100%	PROUNI 50%	Bolsas de estudos concedidas 100%	50%	Convenção coletiva 100%	Convenção coletiva Parcial
Curso Técnico	60	0	0	0	0	0	0
	60	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

NIVEL TÉCNICO - 2º SEMESTRE 2023

	Total matriculados	PROUNI 100%	PROUNI 50%	Bolsas de estudos concedidas 100%	50%	Convenção coletiva 100%	Convenção coletiva Parcial
Curso Técnico	124	0	0	0	0	1	0
	124	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**

QUANTIDADES CONSOLIDADAS

	Total matriculados	Bolsas de estudos concedidas PROUNI 100%	PROUNI 50%	100%	50%	Convenção coletiva 100%	Convenção coletiva Parcial	Total beneficiados
Ensino Básico	**5.418**	**0**	**0**	**1.092**	**10**	**222**	**61**	**1.385**
Graduação	**3.336**	**560**	**7**	**144**	**20**	**60**	**0**	**791**
Ensino Técnico	**124**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**
	8.878	**560**	**7**	**1.236**	**30**	**283**	**61**	**2.177**

Em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017 as gratuidades concedidas podem ser assim demostradas, de acordo com o item 3 do Anexo V:

Ensino Básico	2023 Quantidade	2023 Valores (R$)	2022 Quantidade	2022 Valores (R$)
Número de alunos matriculados	5.418	114.221.110,49	5.499	108.698.116,55
Bolsas Integrais da Lei Compl.187/2021	1.092	14.487.659,00	1.155	14.785.153,00
Bolsas Parciais 50% da Lei Compl.187/2021	10	159.390,00	13	162.048,00
Outras bolsas 100%	222	6.206.934,58	239	6.341.268,40
Outras bolsas	61	767.149,22	47	657.556,10
Total de bolsas de estudos ofertadas	**1.385**	**21.621.132,80**	**1.454**	**21.946.025,50**

Ensino Superior	2023 Quantidade	2023 Valores (R$)	2022 Quantidade	2022 Valores (R$)
Número de alunos matriculados	3.336	172.136.052,24	3.178	147.961.381,28
Bolsas integrais da Lei 11.096/2005 - Prouni	560	29.138.498,11	431	20.204.977,42
Bolsas parciais 50% da Lei 11.096/2005 - Prouni	7	38.451,00	21	136.050,00
Bolsas Integrais da Lei Compl.187/2021	144	4.082.295,59	206	4.836.002,05
Bolsas Parciais 50% Lei Compl.187/2021	20	103.774,00	21	101.261,50
Outras bolsas 100%	60	2.492.873,00	48	2.047.688,40
Total de bolsas de estudos ofertadas	791	35.855.891,70	727	27.325.979,37

Ensino Técnico	2023 Quantidade	2023 Valores (R$)	2022 Quantidade	2022 Valores (R$)
Número de alunos matriculados	124	533.520,00	-	-
Outras bolsas 100%	1	2.080,00	-	-
Total de bolsas de estudos ofertadas	1	0,00	-	-

Quadro demonstrativo em atendimento a Portaria MEC nº 15/2017, de acordo com o Anexo XIII:

APURAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DA RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA

	2023 Educ. Básica	2023 Educ. Técnica	2023 Educ. Superior	2023 Consolidado	2022 Educ. Básica	2022 Educ. Superior	2022 Consolidado
MENSALIDADES A RECEBER NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	(2.257.208,76)	-	(3.832.737,18)	**(6.089.945,94)**	(2.138.989,96)	(3.517.390,13)	**(5.656.380,09)**
(+) RECEITA BRUTA DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	114.221.110,49	533.520,00	176.764.370,40	**291.519.000,89**	108.698.116,55	153.132.542,38	**261.830.658,93**
(-) VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (CRITÉRIO LEI 12.101/2009)	(14.487.659,00)	-	(4.082.295,59)	**(18.569.954,59)**	(14.947.201,00)	(4.937.263,55)	**(19.884.464,55)**
(-) VALOR DAS BOLSAS DE ESTUDO INTEGRAIS E PARCIAIS (da Lei 11.096/2005 - Prouni)	-	-	(29.176.949,11)	**(29.176.949,11)**	-	(20.341.027,42)	**(20.341.027,42)**
(-) VALOR DE OUTRAS BOLSAS DE ESTUDOS INTEGRAIS E PARCIAIS	(6.206.934,58)	(2.080,00)	(2.492.873,00)	**(8.701.887,58)**	(6.998.824,50)	(2.025.764,40)	**(9.024.588,90)**
(-) DEVOLUÇÕES E CANCELAMENTOS DE MENSALIDADES DO EXERCÍCIO	(55.751,73)	-	(844.562,30)	**(900.314,03)**	(104.168,28)	(1.178.814,10)	**(1.282.982,38)**
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS	(11.658.807,94)	-	(13.936.424,68)	**(25.595.232,62)**	(10.517.060,38)	(12.192.380,29)	**(22.709.440,67)**
(-) PERDAS NO RECEBIMENTO DE MENSALIDADES	-	-	-	-	-	-	-
(-) MENSALIDADES A RECEBER NO FINAL DO EXERCÍCIO	(1.983.554,62)	(42.135,17)	(3.583.418,90)	**(5.609.108,69)**	(2.257.208,76)	(3.832.737,18)	**(6.089.945,94)**
(=) TOTAL RECEITA ANUAL EFETIVAMENTE RECEBIDA	77.571.193,86	489.304,83	118.815.109,64	**196.875.608,33**	71.734.663,67	105.107.165,31	**176.841.828,98**

DIRETORIA

Tania Conceição da Cruz	**Odair José Venâncio**
Diretora - Presidente	Contador- CRC – MG - 66003
C.P.F. 486.488.895-91	C.P.F. 005.782.466-51

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE"

Às

Conselheiras e Administradoras da **Associação Santa Marcelina São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **Associação Santa Marcelina** ("Entidade"), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Santa Marcelina**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa Auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações

Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir Relatório de Auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de abril de 2024.

Alonso, Barretto & Cia. Auditores Independentes

Alonso, Barretto & Cia.	Nelson Rogério do Nascimento
Auditores Independentes	Contador
CRC 2SP 013232/O-3	CRC 1SP 209585/O-5

WTZ Participações S.A.

CNPJ nº 37.354.720/0001-65

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convocados os Senhores Acionistas da WTZ Participações S.A., a se Reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 22/04/2024, com 1ª convocação às 08:00 horas e 2ª convocação às 08:30 horas, em sua sede social à Rua Antônio Alves Quadra, nº 35-48, Sala WTZ na Cidade de Bauru/SP, a fim de Deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício social encerrado em 31/12/2023. **b)** Destinação do Resultado do Exercício social encerrado em 31/12/2023. **c)** Aprovação do aumento de capital. Bauru/SP, 10/04/2024. **Lucas Torres Witzler** - Diretor

Empreendimentos Imobiliários Caracol S.A.

CNPJ/MF nº 53.859.120/0001-05 - NIRE 35.300.055.578

Assembleia Geral Ordinária - Convocação de Acionistas de Companhia Fechada.

Ficam convocados os acionistas da Companhia "Empreendimentos Imobiliários Caracol S/A" a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 16hs00min, do dia 26 de abril de 2024, em sua sede, com endereço à Praça Joaquim Carlos, nº 03, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP 13920-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano (05/2024 a 04/2025) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2024; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas.

Pedreira, SP, 01 de ABRIL de 2024.

Diretoria: Ana Tereza Lopes, Alexandre Magno dos Santos Gouveia e Marcelo José Maurício Brito.

Santana Administração de Bens Próprios S.A.

CNPJ/MF nº 00.278.328/0001-74 NIRE 35.300.511.654

Assembleia Geral Ordinária - Convocação de Acionistas de Companhia Fechada.

Ficam convocados os acionistas da Companhia **"Santana Administração de Bens Próprios S.A."** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 14hs30min, do dia 26 de abril de 2024, em sua sede, com endereço à Praça Joaquim Carlos, nº 03 B, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CEP 13920-000, para deliberar a seguinte ordem do dia: (i) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) eleger os membros da Diretoria para o mandato de 01 (um) ano (05/2024 a 04/2025) e fixar a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2024; (iii) tratar de assuntos diversos de interesse geral dos acionistas.

Pedreira, SP, 01 de Abril de 2024.

Diretoria: Ana do Carmo dos Santos Gouveia Lenzi
Mateus Lopes e Sérgio Ruas Dias Maurício.

ALMEIDA JUNIOR SHOPPING CENTERS S.A.

CNPJ 82.120.676/0001-83 - NIRE 35.300.412.087

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração, representado por sua presidente, Sra. Heloisa Helena Kretzer de Almeida, com fundamento no Estatuto Social, na Lei 6.404/1976 e Lei 10.303/2001, convoca todos os acionistas da ALMEIDA JUNIOR SHOPPING CENTERS S.A., para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em sua sede social, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, 16º andar, conj. 1604, Edif. Plaza Iguatemi, bairro Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP: 01.452-000, no dia 30 de abril de 2024, às 09:00 horas, em primeira convocação, e às 09:30 horas, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Análise, discussão e aprovação do Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2023; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro/prejuízo líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos; **c)** Fixação da remuneração global da Diretoria e do Conselho de Administração para o exercício de 2024.

São Paulo, 09 de abril de 2024

Heloisa Helena Kretzer de Almeida - Presidente do Conselho de Administração

SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ/MF nº 07.755.506/0001-50 - NIRE nº 35.300.327.527

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, nos termos do Artigo 10º do Estatuto Social da **Safira Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** (a "Companhia") e do Artigo 123 da Lei nº 6.404/1976 (a "Lei das Sociedades por Ações"), ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada, em primeira convocação, em 25 de abril de 2024, às 10 (dez) horas, na sede social situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Bernardo, nº 683, sala 3, CEP 03304-000, Tatuapé, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: remuneração dos diretores da Companhia. Os acionistas poderão participar da Assembleia pessoalmente, ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar ou votar na Assembleia Geral. Os acionistas deverão comparecer ao endereço indicado portando documento de identidade com foto; caso compareça o representante, seu documento pessoal e documento do representante. Se pessoa jurídica, cópia do contrato/estatuto social; e da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração), ambos registrados no órgão competente. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Os documentos pertinentes à ordem do dia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia Geral, o acesso à sede social para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos antes do horário indicado, e o registro da presença do acionista somente se dará mediante a assinatura da ata de Assembleia Geral pelo respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas estejam presentes no endereço indicado para a realização da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência.

São Paulo, 10 de abril de 2024.

Safira Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
Nome: AVIVA MIZRAHI - Cargo: Diretora Financeira e Comercial

PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS

CNPJ/MF nº 54.224.423/0001-14 | NIRE 353 0006926 9
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da **PINHALENSE S/A MÁQUINAS AGRÍCOLAS** convocados a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão no próximo dia 27 de abril de 2024, às 8:00 horas, na sede social da Companhia, localizada nesta cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, na Rua Honório Soares, nº 80, Centro, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (ii) distribuição no decorrer do ano de 2024, dos dividendos obrigatórios e juros sobre capital próprio previstos como dividendos, calculados na forma da lei; **2 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) exame e deliberação sobre a proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas de lucros; (ii) conforme descrito abaixo e melhor detalhado na Proposta da Diretoria, alteração parcial do estatuto, no tocante: a) ao capital social; b) Capítulo III Administração – Artigo 12º; (iii) proposta de correção da remuneração da diretoria; (iv) outros assuntos de interesse social. **Informações Gerais:** (i) encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Art.133 da Lei nº 6404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001 e 11.638/2007, relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (ii) os acionistas poderão ser representados nas Assembleias, mediante a apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do parágrafo 1º, do art. 126 da Lei 6.404/76, os instrumentos de mandato deverão ser enviados para o endereço de e-mail acionista@pinhalense.com.br até as 12:00 horas do dia 26 de abril de 2024; (iii) as Assembleias instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, dois terços do capital com direito a voto, ou em segunda convocação com qualquer número de acionistas.

Espírito Santo do Pinhal-SP, 11 de abril de 2024

João Paulo Cipoli Viegas
Diretor Financeiro/ RH

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(Atual denominação de Isec Securitizadora S.A)

CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 38ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*ATUAL DENOMINAÇÃO DE ISEC SECURITIZADORA S.A*)

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 38ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (atual denominação de Isec Securitizadora S.A)**, com sede na Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para assembleia geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 02 de maio de 2024 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams**, conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **a)** Sustar os efeitos do Vencimento Antecipado Automático da *Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2021 e Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 02/2021* ("Vencimento Antecipado Automático" e "CPR-Fs", respectivamente), e, consequentemente, dos CRA, em razão da não observância do Índice de Cobertura de Cessão Fiduciária, verificado em 15 de março de 2024 ("Índice de Cobertura Cessão Fiduciária" e "Data de Verificação", respectivamente), sem que houvesse o reenquadramento via Reforço de Garantia, conforme cláusula 10.1, item "(c)" do Contrato de Cessão Fiduciária, e 7.1, item "(xix)" das CPR-Fs; **b)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático, nos termos do item **"a)"** da ordem do dia, autorizar a concessão de prazo adicional de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, para a recomposição do Índice de Cobertura Cessão Fiduciária, pela Devedora; **c)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático, nos termos do item **"a)"** da ordem do dia, não declarar o Vencimento Antecipado Não Automático das CPR-Fs ("Vencimento Antecipado Não Automático"), e, consequentemente, dos CRA, nos moldes da cláusula 7.2, item "(i)" das CPR-Fs, em razão do descumprimento, pela Devedora, das seguintes Obrigações Não Pecuniárias: (a) envio de Imposto de Renda do Emitente, vencidos em 30/04/2021 e 30/04/2023, nos termos da cláusula 10.2 das CPR-Fs; e (b) envio das matrículas atualizadas dos Imóveis de Matrícula nº 5.036 e 5.038, registrados no 1º Serventia Extrajudicial de Registro Geral de Bom Jesus/PI ("Imóveis Garantia"), vencidas em 31/12/2021, 30/06/2022, 31/12/2022, 30/06/2023 e 31/12/2023, nos termos da cláusula 8.8.1 do Contrato de Alienação Fiduciária, em conjunto denominados ("Descumprimentos não pecuniários"); **d)** Caso não seja declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos do item **"c)"** da ordem do dia, autorizar a concessão do prazo adicional de 30 (trinta) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, para regularização dos Descumprimentos não pecuniários; **e)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a inclusão de novas Contrapartes à lista de Clientes Elegíveis, constantes no Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária; e consequentemente, autorizar a celebração do *Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças* ("1º Aditamento à Cessão Fiduciária"), a fim de refletir as alterações aprovadas em Assembleia; **f)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a integralização dos direitos de propriedade dos Imóveis Garantia ("Integralização"), junto à **Manganeli & Manganeli Administração LTDA**, sociedade limitada com sede na Cidade de Bom Jesus, no Estado do Piauí, na Avenida Adelmar Benvindo, s/n, Cond. Res. Consorcio das Águas, Qd. "D", Bairro Aeroporto, CEP 64.900-000, inscrita no CNPJ sob o nº 53.999.402/0001-08 ("Manganeli Holding" ou "Nova Fiduciante"), constituída por **Valterio Benvegnu Manganelli**, brasileiro, produtor rural, casado, residente na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, na Rua Leondina Santos, 1383, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 032.096.650-87 e **Cândida Flores Manganelli**, brasileira, casada, empresária, residente na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, na Rua Leondina Santos, 1383, CEP 64.900-00, inscrita no CPF sob o nº 012.483.145-14 ("Fiduciantes Originais") e **Vilson Flores Manganeli**, brasileiro, agricultor, divorciado, residente na Rua Prof. Maria Barbosa Meneses, 1641, Bairro Alphaville, na Cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 488.189.330-00; **Telma Rosane Flores Manganeli**, brasileira, divorciada, administradora, residente na Av. Adelmar Benvindo, 1383 Condomínio Res. Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrita no CPF sob o nº 889.624.155-34; **Nelson Flores Manganeli**, brasileiro, casado comunhão parcial de bens, agricultor, residente e domiciliado na Rua Pedro II, 1551, Cond. Res. Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 757.061.995-15; e **Gilson Flores Manganeli**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão universal de bens, residente e domiciliado na Av. Adelmar Benvindo, 1383, Condomínio Residencial Consorcio das Águas, Bairro Aeroporto, Bom Jesus, Estado do Piauí, CEP 64.900-000, inscrito no CPF sob o nº 605.448.565-20 ("Intervenientes Anuentes"); e, consequentemente, autorizar a celebração do *Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças* ("2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis"), para refletir a substituição da Fiduciante Original pela Nova Fiduciante; **g)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar que seja prestada a garantia de Aval pela Manganelli Holding, para ambas as CPR-Fs ("Aval Holding"); e, por consequência, seja autorizada a celebração do *Segundo Aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2021 e Segundo Aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 02/2021* ("2º Aditamento às CPR-Fs"), bem como o *Primeiro Aditamento ao Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 38ª (Trigésima Oitava) Emissão da Virgo Companhia de Securitização* ("1º Aditamento ao Termo de Securitização"), a fim de refletir a inclusão do Aval Holding; **h)** Caso sejam sustados os efeitos do Vencimento Antecipado Automático e não declarado o Vencimento Antecipado Não Automático, aprovar a contratação do Franco Leuteweiler Henriques Advogados ("Assessor Legal"), nos moldes da Proposta de Honorários Advocatícios, constante no Anexo III do Material de Apoio ("Proposta Assessor Legal"), para confecção, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data da Assembleia, do 1º Aditamento à Cessão Fiduciária, 2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis, 2º Aditamento às CPR-Fs e 1º Aditamento ao Termo de Securitização, para refletir as alterações constantes nos itens **"e)"**, **"f)"** e **"g)"** da ordem do dia; sendo certo que as despesas serão pagas às expensas da Devedora; **i)** Autorização para que a Devedora, a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem todo e qualquer ato, celebre todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, em especial o 1º Aditamento à Cessão Fiduciária, 2º Aditamento à Alienação Fiduciária de Imóveis, 2º Aditamento às CPR-Fs e 1º Aditamento ao Termo de Securitização, que deverão ser formalizados no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis, contados da data da Assembleia; O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o **quórum de instalação** da Assembleia, em primeira convocação, se dará com a presença de Titulares dos CRA que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação Para Fins de Quórum; e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, conforme cláusula 12.2.3 do Termo de Securitização. **Já as deliberações serão tomadas**, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em circulação; e, em segunda convocação, por Titulares dos CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA presentes na Assembleia, desde que presentes, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **fsp@vortx.com.br**, impreterivelmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto. Conforme Resolução CVM 60, a Assembleia será integralmente gravada pela Emissora. São Paulo, 11 de abril de 2024. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

SANTA VITÓRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

C.N.P.J. 09.942.071/0001-88

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições da Lei 6.404/76, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2023 e de 2022 em milhares de reais. Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria.

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.112	1.005	97.122	77.090
Contas a receber de clientes	-	-	314.987	292.899
Estoques	-	-	105.646	102.107
Tributos a recuperar	5	4	111.287	104.570
Adiantamentos a fornecedores	-	-	15.086	7.258
	1.117	**1.009**	**644.130**	**583.924**
Ativo não circulante				
Contas a receber partes relacionadas	-	-	36.500	32.751
Tributos a recuperar	-	-	784	1.538
Tributos diferidos	-	835	822	1.866
Depósitos judiciais	-	-	5.820	-
Aplicações Financeiras	-	-	30	30
Investimentos	746.317	677.889	9.885	10.013
Propriedade para investimento	-	-	815	815
Imobilizado	-	-	230.092	234.331
Intangível	-	-	226	11.986
	746.317	**678.724**	**284.975**	**293.330**
Total do ativo	**747.434**	**679.733**	**929.104**	**877.254**

Passivo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	242	22.550
Fornecedores	-	-	90.007	86.962
Obrigações tributárias	-	-	17.204	16.015
Obrigações sociais e trabalhistas	2	2	14.045	12.551
Adiantamentos de clientes	-	-	3.598	2.140
Dividendos e juros s/ capital a pagar	36.206	49.588	36.206	49.588
Outros valores a pagar	5	4	19	18
	36.213	**49.594**	**161.320**	**189.824**
Passivo Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	81	2.037
Tributos diferidos	-	-	45.168	43.710
Dividendos e juros s/ capital a pagar	13.233	13.233	13.233	13.233
Provisão passivo descoberto de controlada	17.739	14.740	-	-
Provisões para riscos cíveis	-	-	740	894
	30.971	**27.972**	**59.221**	**59.874**
Patrimônio Líquido				
Capital Social	51.756	51.756	51.756	51.756
Reservas Legal	10.351	10.351	10.351	10.351
Reserva Estatutária	168.673	144.664	168.673	144.664
Reserva de Lucros	411.751	356.334	411.751	356.334
Ajustes de avaliação patrimonial	37.719	39.061	37.719	39.061
	680.249	**602.166**	**680.249**	**602.166**
Participação não controladores			28.313	25.390
Total do patrimônio líquido	**680.249**	**602.166**	**708.563**	**627.556**
Total do passivo e patrimônio líquido	**747.434**	**679.733**	**929.104**	**877.254**

Demonstrações do Resultado

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita Operacional Líquida	-	-	776.834	933.926
(-) Custo dos Produtos Vendidos	-	-	(502.637)	(568.862)
Resultado Bruto	-	-	274.197	365.063
(-) Despesas Operacionais	120.049	185.885	(120.617)	(117.242)
Despesas com vendas	-	-	(86.842)	(111.600)
Despesas gerais e administrativas	(1.506)	(259)	(62.053)	(55.673)
Despesas tributárias	(0)	-	(3.666)	(1.588)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	35.574	44.531
Resultado de Equivalência Patrimonial	121.555	186.144	(3.630)	7.088
Resultado Operacional Antes Efeitos Financeiros	**120.049**	**185.885**	**153.580**	**247.821**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(4)**	**7**	**3.402**	**(6.881)**
Receitas financeiras	8	19	10.513	8.051
Despesas financeiras	(12)	(12)	(4.441)	(11.128)
Variação cambial líquida	-	-	(2.670)	(3.804)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**120.045**	**185.892**	**156.982**	**240.940**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(34.128)	(48.813)
Lucro Líquido do Período	**120.045**	**185.892**	**122.854**	**192.127**
Atribuível a				
Participação dos controladores			120.045	185.892
Participação dos não controladores			2.809	6.235
			122.854	**192.127**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Total (Atribuível aos acionistas da Controladora)	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**51.756**	**351**	**107.486**	**261.081**	**41.490**	**462.163**	**19.748**	**481.911**
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	185.892	-	185.892	6.235	192.127
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	2.429	(2.429)	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	10.000	-	(10.000)	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	37.178	(37.178)	-	-	-	-
Destinação dos lucros:								
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(46.473)	-	(46.473)	(593)	(47.066)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	584	-	584	-	584
Em 31 de dezembro de 2022	**51.756**	**10.351**	**144.664**	**356.334**	**39.061**	**602.166**	**25.390**	**627.556**
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	120.045	-	120.045	2.809	122.854
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	1.342	(1.342)	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	24.009	(24.009)	-	-	-	-
Destinação dos lucros:								
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(30.011)	-	(30.011)	113	(29.898)
Baixa Mais Valia	-	-	-	(12.536)	-	(12.536)	-	(12.536)
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	586	-	586	-	586
Em 31 de dezembro de 2023	**51.756**	**10.351**	**168.673**	**411.751**	**37.719**	**680.249**	**28.313**	**708.563**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	**120.045**	**185.892**	**156.982**	**240.940**
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	(123.967)	(188.314)	(1.652)	(7.088)
Provisão para perda em investimento	2.999	2.755	5.282	-
Ajuste de exercício anterior			586	584
Provisões para contingências	-	-	(155)	(150)
Provisão ou reversão para liquidação duvidosa	-	-	838	41
Variação Cambial	-	-	2.670	3.804
Depreciação e amortização	-	-	17.028	24.277
Juros incorridos	-	-	(599)	6.789
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	-	-	(2.822)	(3.100)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	**(924)**	**332**	**178.158**	**266.099**
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(22.926)	27.095
Contas a receber partes relacionadas	-	-	(3.750)	(3.284)
Estoques	-	-	(3.539)	(43.449)
Tributos a recuperar	833	(3)	(5.963)	(13.038)
Adiantamentos	-	-	(7.829)	1.263
Depósitos judiciais	-	-	(5.820)	-
Fornecedores	-	(7)	374	(20.623)
Tributos a pagar	-	-	7.052	(1.410)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	1.493	1.112
Outros valores a pagar	-	-	1	1
Adiantamentos de clientes	-	-	1.457	(183)
Caixa gerado nas operações	**(90)**	**323**	**138.709**	**213.584**
IRPJ e CSLL Pagos no Período	-	-	(38.322)	(70.479)
Juros Pagos	-	-	(208)	(9.696)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(90)**	**323**	**100.179**	**133.409**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de Imobilizado e Intangível	-	-	(18.343)	(25.732)
Venda de ativo imobilizado	-	-	8.434	4.298
(Aquisição)/ baixa de investimentos	43.591	42.588	(3.500)	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**43.591**	**42.588**	**(13.409)**	**(21.434)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Obtenção de empréstimos	-	-	1.590	12.481
Empréstimos e Financiamentos liquidados	-	-	(25.048)	(68.727)
Lucros Distribuídos e juros sobre capital próprio pagos	(43.394)	(42.793)	(43.280)	(43.386)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(43.394)**	**(42.793)**	**(66.738)**	**(99.631)**
Aumento / (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**107**	**117**	**20.033**	**12.343**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	**1.005**	**888**	**77.090**	**64.747**
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	**1.112**	**1.005**	**97.122**	**77.090**
Variação do caixa e equivalente de caixa do período	**107**	**117**	**20.033**	**12.343**

Diretoria

Itamar Arrais Fior - Diretor

Contadora

Marta Regina Ferreira Rossi - CRC 1SP310984/O5

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1129455-26.2022.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando José Cúnico, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JGP PLÁSTICOS LTDA, CNPJ 30779097000143, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Brl Cia Securitizadora de Recebíveis S/A, para receber a quantia de R$ 78.984,69 (jan/23), referente ao Contrato Particular de Processa de Cessão e Transferência de Direitos de Crédito, Responsabilidade Solidária e Outras Avenças, bem como os Termos de Cessão que originaram as Notas Promissórias. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 3 dias, a fluir do prazo supra, pague o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade ou apresente embargos em 15 dias, podendo, nesses 15 dias depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do saldo em 6 vezes, com juros de 1% ao mês, sob pena de expedição de mandado de penhora e avaliação para praceamento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de março de 2024. **|12,15|**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1136214-40.2021.8.26.0100. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL. Exequente: Banco Daycoval S/A. Executado: Itaum Car Auto Mecanica Ltda e outro. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° **1136214-40.2021.8.26.0100**. A Dra. Laura de Mattos Almeida, Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Lismari Stefanes (CPF. 420.525.059-20), que Banco Daycoval S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 147.636,91 (dezembro de 2022), representada pela Cédula de Crédito Bancário – Fundo Garantidor para Investimentos nº 94653-4 e Aditivo. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 23/02/2024. 12 e 15/04/2024

EDITAL DE INTIMAÇÃO, PRAZO DE 20 DIAS. Processo nº 0006142-95.2020.8.26.0009. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional IX – Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dr. Luiz Fernando Pinto Arcuri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Elizabete da Silva Barbosa, CPF. Nº 203.969.068-93 e aos que virem ou tomarem conhecimento do presente edital de INTIMAÇÃO, que, por este Juízo e respectivo Cartório, processa-se a ação Cumprimento de Sentença que lhe move Colégio Nossa Senhora de Fátima Ltda. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO, por edital, DA PENHORA realizada sobre as quantias bloqueadas pelo Sistema SISBAJUD, no valor de R$ 3.105,85, por intermédio do qual fica intimada de seu inteiro teor para, se o caso, comprovar se o valor é impenhorável ou excessivo, no prazo de 05 dias, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo de 20 dias deste edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de julho de 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL. 11ª VARA CÍVEL. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: **1112929-91.2016.8.26.0100**. Classe – Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito. Exequente: Banco Daycoval S/A. Executado: Polikem Brasil Distribuidora de Resinas, na pessoa de Erick Alexandre Santos e outros. Vistos. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida, servindo a presente decisão como edital. Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo n° 1112929-91.2016.8.26.0100. O Dr. Sérgio Serrano Nunes Filho, Juiz de Direito da 11ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Polikem Brasil Distribuidora de Resinas (CNPJ. 19.594.866/0001-04), que Banco Daycoval S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 1.979.571,05 (novembro de 2023), representada pelos Instrumentos Particulares de Cessão de Direitos Creditórios n°s 1301599/16, 1297914/16, 1297317/16, 1296810/16, 1296435/16, 1295840/16, 1295694/16, 1295063/16, 1294792/16 e 1294730/16, das Cédulas de Crédito Bancário n°s 1308667/16 e 1306251/16, e da Cédula de Crédito Bancário Cash Express n° 50409/14. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido nos rostos dos autos distribuído sob número: 1006898-97.2015.8.26.0224, de possíveis créditos existentes em favor de Polikem Brasil Distribuidora de Resinas Plásticas Ltda – CNPJ. 19.594.866/0001-04, até o limite do débito. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 26/03/2024. Complemente a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 388,92, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. São Paulo, 26 de março de 2024. Sergio Serrano Nunes Filho. Juiz de Direito. 12 e 15/04/2024

Ágora Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 14.560.304/0001-18 – NIRE 35.300.543.360

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 29.12.2023

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, às 8h20, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, tendo assumido a presidência dos trabalhos o senhor Cassiano Ricardo Scarpelli, que convidou o senhor Guilherme Muller Leal para Secretário. Durante a reunião, os diretores registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor **Eurico Ramos Fabri** ao cargo de Diretor Geral, em carta de 27.11.2023, cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli, Guilherme Muller Leal, Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira, Ricardo Barbieri de Andrade e Ismael Ferraz. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Ágora Corretora de Seguros S.A.** aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - *Procuradores*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 122.032/24-0, em 15.3.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BARRACRED - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO

NIRE 35.400.042.150 - CNPJ N.º 01.439.107/0001-01

AUTORIZAÇÃO BANCO CENTRAL Nº DESPA/REORF-96/2368
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - DIGITAL

O Presidente do Conselho de Administração da Barracred - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo, convoca os seus 27 delegados em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, de forma Digital, que será realizada no dia 26/04/2024, obedecendo os seguintes horários e "quorum" para sua instalação, cumprindo o que determina o Estatuto Social: **01)** em primeira convocação, às 07 horas, com 2/3 do total de delegados acima indicados; **02)** em segunda convocação, às 08 horas, com a presença de metade e mais um do total de delegados acima indicados; e, **03)** em terceira e última convocação, às 09 horas, com a presença mínima de 10 delegados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovar a prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2023, compreendendo o Relatório da Gestão, o demonstrativo da conta de Sobras e Perdas, o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis; b) destinar as sobras líquidas do exercício e fórmula de cálculo; c) ratificar a distribuição de juros ao capital; d) aprovar o novo prazo de mandato dos conselheiros fiscais eleitos em AGO de 28.04.2022 para até AGO de abril de 2025, em razão da alteração estatutária ocorrida na AGOE de 28.04.2023; e) ratificar a verba global dos honorários e gratificações da administração votada na AGO de 28.04.2022, bem como complementos, se houverem; f) ratificar e retificar as regras de criação "Fundo de Expansão de Investimentos Tecnológicos, criado em AGOE de 16.03.2009" e do "Fundo de Reforma dos Locais de Atendimento da Barracred", criado em AGOE de 24.04.2017, para ficar expresso a finalidade e os modos de formação, aplicação e liquidação; g) deliberar de acordo com o disposto no artigo 46, inciso VII do Estatuto Social, quanto a possibilidade da Cooperativa agir como substituta processual em defesa dos direitos coletivos de seus associados quando a causa de pedir versar sobre atos de interesse direto dos associados que tenham relação com as operações de mercado da cooperativa; h) comunicado de assuntos gerais. A Assembleia Geral ocorrerá de forma exclusivamente **DIGITAL**, por meio do aplicativo ZOOM, o qual será disponibilizado gratuitamente para todos os delegados através de link de forma antecipada, os quais poderão participar e votar, dentro do período de 02 minutos, através do chat do aplicativo a partir do momento em que forem suscitados. Os votos não registrados nesse período serão considerados como abstenção. Em caso de dúvidas sobre a forma de utilização da plataforma digital ou do não recebimento do link de acesso à assembleia, entrar em contato com a Barracred através do telefone 0800-771-0020. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio http://www.barracred.com.br. Barra BonitaSP, 12/04/2024. **Luís Carlos Veguin -** Presidente do Conselho de Administração. **NOTA:** Conforme determina a Resolução CMN nº 4434/15, em seu artigo 46, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2023, estão à disposição dos associados na sede da Cooperativa e também no sítio http://www.barracred.com.br.

Acober S/A Administração de Bens e Condomínios

C.N.P.J./M.F. nº 61.391.314/0001-57 - NIRE 35.3.00064925

CONVOCAÇÃO Convidamos os acionistas para se reunirem em A.G.O., dia 30/04/24, às 11:00 hs, na Rua Azevedo Soares nº 1101, com a seguinte ordem do dia: (i) contas e demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/23; (ii) destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) outros assuntos.

Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira – Presidente (SP 12/04/24)

BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 – NIRE 3.530.003.478-3

Convocação – Assembleia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a Realizar-se em 23 de abril de 2024.

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 2º andar, no dia 23/04/2024 às 11h, em primeira chamada, e às 11:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **I. AGO:** (a)exame, discussão e votação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) a não instalação do Conselho Fiscal no corrente exercício; e (c) aprovação do Relatório Anual do Comitê de Remuneração. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos da Administração, exigidos pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **II. AGE:** (a)deliberar sobre a aceitação da RENÚNCIA do cargo de diretor do Banco Paulista S.A.; (b) alteração dos Artigos 6º e 18º do Estatuto Social da Sociedade; (c) deliberar sobre a constituição do "Comitê Executivo", com a inclusão do artigo 20º do Estatuto Social; (d) reformulação e consolidação do Estatuto Social da Sociedade para refletir as deliberações constantes desta assembleia, se aprovadas; (e) eleição dos membros da Diretoria com mandato até a AGO de 2026, para o cargo de diretor, sem designação especial; (f) eleição dos membros do Comitê de Remuneração com mandato até a AGO de 2026; (g) autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia; e (h) outros assuntos. SP, 13/04/2024. Marcelo de Toledo Guimarães – Diretor Presidente.

NESLIP S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 19.654.466/0001-39 - NIRE 35.300.178.785

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Comunicado aos Acionistas

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **NESLIP S.A.** para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada de forma híbrida (presencial e virtual), no dia 24/04/2024, às 10:00 horas, no escritório Ulhôa Canto, na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Torre Executiva, 4º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, para apreciação de deliberação sobre: em Assembleia Geral Ordinária: (i) as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31.12.2023; e (ii) a destinação do lucro do referido exercício e a distribuição de dividendos; em Assembleia Geral Extraordinária: (i) exclusão do Conselho de Administração da Companhia e adequação do Estatuto Social às novas regras de administração; (ii) reeleição dos membros da diretoria para o próximo biênio, (iii) remuneração dos membros da diretoria; e (iv) demais assuntos de interesse geral. Os administradores esclarecem que os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 já se encontram à disposição dos Acionistas. Os Acionistas poderão obter cópias de tais documentos na sede da NESLIP S.A. Fica esclarecido, ainda, que a AGOE em questão não será realizada na sede da Neslip S.A. devido à limitação de espaço em tal local. Comunicamos, ainda que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. São Paulo, 11 de abril de 2024. **Luiz Otávio Possas Gonçalves -** Presidente do Conselho

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado - Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7
CNPJ/MF n° 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Dezembro de 2023

Data, Hora e Local: Assembleia Geral da **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia"), realizada em 29 de dezembro de 2023, às 10h30min, com sede na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, nº 90, Centro, CEP 06900-095, Embu-Guaçu/SP, realizada única e exclusivamente por videoconferência de forma digital por meio do aplicativo *"Microsoft Teams"* ("Plataforma Digital"). **Convocação:** o Edital de Convocação da presente assembleia foi publicado no jornal "O Dia", nos dias 07/12/2023, 08/12/2023 e 09/12/2023, nas páginas 5, 5 e 5, respectivamente, bem como no sítio eletrônico do referido jornal, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **Presença:** Presentes acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social total votante da Companhia. Presentes, ainda, Sr. Fernando Rogério Liani, e Lucas Miziara, ambos representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda.; Sr. Rostyslav Volodymyrovich Tronenko, representante do Conselho Fiscal da Companhia; e o Sr. Itacir Nascimento, Diretor de Controladoria da Companhia, nos termos da Lei das S.A. **Mesa:** Presidente: Sra. Juliana Olivia F. L. S. Martins; Secretário: Sr. Felipe Di Marzo Trezza. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o exame e discussão do *Protocolo e Justificação de Incorporação da Inovat Indústria Farmacêutica Ltda. pela Companhia*, celebrado entre essa última e por sua controlada Inovat Indústria Farmacêutica Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 1.555, Macedo, Guarulhos/SP, CEP 07112-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.864.378/0001-90, com seu ato constitutivo arquivado pela JUCESP sob o NIRE 35.230.556.972, em sessão de 31/05/2017, e sua última alteração de contrato social arquivada sob o nº 146.814/23-0, em sessão de 17/04/2023 ("Protocolo" e "Inovat", respectivamente); **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela avaliação patrimonial da Inovat a ser vertida e incorporada pela Companhia, bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil, na data-base de 31/10/2023, anexo ao Protocolo ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; **(iv)** a aprovação da incorporação da Inovat pela Companhia ("Incorporação"); e **(v)** a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Incorporação. **Esclarecimentos: (i)** as matérias constantes da ordem do dia foram integralmente examinadas e aprovadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, sem quaisquer ressalvas, em reunião realizada em 17/11/2023 ("RCA"); e **(ii)** os membros do Conselho Fiscal da Companhia, em reunião realizada em 16/11/2023 ("RCF"), emitiram parecer manifestando-se favoravelmente, sem restrições e por unanimidade de seus membros, quanto à Incorporação e ao seu encaminhamento para apreciação desta assembleia geral. **Deliberações:** após exame e discussão acerca dos itens e documentos constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, sem reservas ou ressalvas, o quanto segue: **(i)** aprovar, por maioria de votos (representando 96,02% do capital votante), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, o Protocolo, elaborado na forma dos artigos 224, 225, 227 e 229 da Lei das S.A., cuja cópia integra a presente ata como **Anexo I**; **(ii)** aprovar, por maioria de votos (representando 96,02% do capital votante), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, a ratificação da nomeação e da contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade limitada, com sede no ST SAI/SO Bloco 6580 Bloco 2, Andar 3, sala 302, Torre Note SN, Brasília - DF, CEP 71.219-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0012-81, como empresa avaliadora responsável pela avaliação do valor patrimonial contábil da Inovat, nos termos do Protocolo, bem como pela elaboração do Laudo de Avaliação; **(iii)** aprovar, por maioria de votos (representando 96,02% do capital votante) com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, o Laudo de Avaliação, anexo ao Protocolo; **(iv)** aprovar por maioria de votos (representando 96,02% do capital votante), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, a Incorporação, sendo certo que o capital social da Companhia não sofrerá alteração, de modo que a Companhia irá absorver integralmente o patrimônio líquido da Inovat, a valor contábil, com base no balanço patrimonial da Inovat levantado em 31/10/2023, no montante de R$ 58.630.589,49 (cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos). As atividades que eram exercidas pela Inovat serão absorvidas pela filial da Companhia, situada na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 1.555, Letra A, Macedo, na cidade de Guarulhos/SP, CEP 07112-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.665.981/0012-70; **(v)** autorizar, por maioria de votos (representando 96,02% do capital votante), com abstenção da acionista Cleide Marques Pinto, os administradores da Companhia e da Inovat para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas nos termos da presente ata, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Incorporação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra ou quisesse apresentar voto contrário às deliberações acima, observado o cumprimento de todos os requisitos legais para a sua realização, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se esta ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no Artigo 130, § 1º e § 2º, da Lei das S.A., a qual, lida e achada conforme, foi devidamente assinada. Mesa: Sra. Juliana Olivia F. L. S. Martins, Presidente; e Sr. Felipe Di Marzo Trezza, Secretário. Acionistas Presentes: i - Robferma Administração e Participações Ltda.; ii - MJP Administração e Participações Sociedade Simples Ltda.; iii - AFP - Participações Ltda.; e iv - Cleide Marques Pinto. Outras Presenças: Sr. Fernando Rogério Liani, e Lucas Miziara, ambos representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda.; Sr. Rostyslav Volodymyrovich Tronenko, representante do Conselho Fiscal, Sr. Itacir Nascimento, Diretor de Controladoria. *(A presente ata confere com a original lavrada em livro próprio)*. Embu Guaçu, 29 de dezembro de 2023. Mesa: **Juliana Olivia F. L. S. Martins -** Presidente; **Felipe Di Marzo Trezza -** Secretário. Acionistas: **Robferma Adm. e Participações Ltda. -** (p. Juliana Olivia F. L. S. Martins); **MJP Adm. e Part. Sociedade Simples Ltda. -** (p. Juliana Olivia F. L. S. Martins); **AFP - Participações Ltda. -** (p. Paulo Cesar Marques Pinto e Andrea Marques Pinto); **Cleide Marques Pinto -** (p. Marcos Monteiro Schroeder). **JUCESP** nº 3.625/24-2 em 10/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

STF forma maioria para ampliar alcance de foro privilegiado

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou, na sexta-feira (12), maioria de votos para ampliar o alcance do foro privilegiado. O presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, votou pela manutenção da prerrogativa de foro em casos de crimes cometidos no cargo e em razão dele, mesmo após a saída da função. O julgamento, entretanto, voltou a ser suspenso por um pedido de vista do ministro André Mendonça.

Em seu voto, Barroso concordou com o argumento do relator, ministro Gilmar Mendes, de que o envio do caso para outra instância quando o mandato se encerra gera prejuízo. "Esse sobe e desce processual produzia evidente prejuízo para o encerramento das investigações, afetando a eficácia e a credibilidade do sistema penal. Alimentava, ademais, a tentação permanente de manipulação da jurisdição pelos réus".

Além de Barroso e de Gilmar Mendes, já haviam votado pela ampliação do alcance do foro privilegiado os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino. Barroso chegou a pedir vista para analisar melhor os autos e, por esse motivo, o julgamento, em formato virtual, foi retomado na sexta-feira.

Mesmo com o novo pedido de vista, de André Mendonça, os demais ministros da Corte têm até as 23h59 do dia 19 de abril para votar, caso queiram.

A ampliação do alcance do foro especial foi proposta por Gilmar Mendes em resposta a um habeas corpus do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA). O parlamentar é suspeito de ter exigido, a servidores de seu gabinete, o depósito de 5% de seus salários em contas do partido, prática conhecida como rachadinha.

"Considerando que a própria denúncia indica que as condutas imputadas ao paciente foram praticadas durante o exercício do mandato e em razão das suas funções, concedo ordem de habeas corpus para reconhecer a competência desta Corte para processar e julgar a ação penal", decidiu Gilmar Mendes em seu voto.

O crime começou a ser investigado em 2013, quando Marinho era deputado federal. Depois disso, ele foi eleito vice-governador do Pará e, em seguida, senador, cargo que ocupa atualmente. Ao longo desse período, o processo foi alternado de competência, conforme o cargo que Marinho ocupava.

O parlamentar defende que o caso permaneça no Supremo, uma vez que recuperou o foro privilegiado ao ter se elegido para o Congresso Nacional novamente. (Agência Brasil)

Petrobras entrará com recurso contra suspensão de conselheiro

A Petrobras informou, em nota divulgada na quinta-feira (11) à noite, que entrará com recurso contra a suspensão do conselheiro Pietro Adamo Sampaio Mendes, presidente do Conselho de Administração da empresa. A decisão de suspender Mendes, conselheiro nomeado pelo governo federal, foi tomada pelo juízo da 21ª Vara Cível Federal de São Paulo.

"A decisão é baseada em alegada inobservância de requisitos do Estatuto Social da Companhia no processo de indicação do conselheiro. A Petrobras buscará a reforma da referida decisão por meio do recurso cabível, de forma a defender a higidez de seus procedimentos de governança interna, como tem atuado em outras ações em curso na mesma Vara questionando indicações ao Conselho", diz a nota da Petrobras.

A ação que pede a suspensão do conselheiro foi movida pelo deputado estadual Leonardo Siqueira (Novo-SP), que questiona a legalidade da presença de Mendes no conselho.

O texto argumenta que há conflito de interesses na ocupação do cargo de conselheiro por Mendes, uma vez que ele também é secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia.

O autor da ação também cita a não observância da Lei das Estatais, ausência de elaboração de lista tríplice para o cargo e a não utilização de empresa especializada para a seleção.

A Justiça já havia afastado, na semana passada, outro conselheiro: Sergio Machado Rezende, também nomeado pelo governo federal. (Agência Brasil)

Dólar sobe para R$ 5,12 com inflação nos EUA e tensões geopolíticas

O pessimismo com a inflação nos Estados Unidos e tensões geopolíticas no Oriente Médio fizeram o mercado financeiro ter um dia de nervosismo global. O dólar voltou a fechar no maior valor em seis meses. A bolsa teve a terceira queda consecutiva e atingiu o nível mais baixo em quatro meses.

Foto/Valter Campanato/ABr

O dólar comercial encerrou a sexta-feira (12) vendido a R$ 5,12, com alta de R$ 0,031 (+0,61%). A cotação abriu acima de R$ 5,10 e passou a disparar durante toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 12h15, a moeda encostou em R$ 5,15.

A divisa está no maior nível desde 13 de outubro do ano passado. Apenas nesta semana, o dólar subiu 1,1%, acumulando alta de 2,11% em abril e de 5,43% em 2024.

No mercado de ações, o dia também foi tenso. O índice Ibovespa, da B3 (Bolsa de Valores), fechou aos 125.946 pontos, com queda de 1,14%. O indicador está no menor nível desde 6 de dezembro.

Inflação nos Estados Unidos

Por mais um dia, o mercado financeiro global reagiu aos dados de inflação nos Estados Unidos, divulgados ao longo da semana. Apesar de a inflação ao produtor em março vir abaixo das expectativas, a inflação ao consumidor veio acima do esperado, o que praticamente anulou as chances de o *Federal Reserve* (Fed, Banco Central norte-americano) começar a reduzir os juros básicos em junho.

Taxas altas em economias avançadas estimulam a fuga de capitais de países emergentes, como o Brasil, pressionando o dólar e a bolsa. Os investidores migram para os títulos do Tesouro norte-americano, considerados os investimentos mais seguros do planeta. Por enquanto, esse movimento está atrelado ao dólar. O euro comercial recuou 0,23%, vendido a R$ 5,448, após o Banco Central Europeu anunciar que pretende baixar os juros em junho.

Paralelamente, as tensões no Oriente Médio conturbaram o mercado financeiro global. A expectativa de que o Irã retalie o ataque de Israel à embaixada iraniana em Damasco, na Síria, ampliou os temores de que o conflito na Faixa de Gaza ganhe escala regional. (Agência Brasil)

Portos do Paraná e de Santos assinam carta de intenções para expandir cooperação

Os dois maiores portos do Brasil assinaram, na quinta-feira (11), uma carta de intenções com o objetivo de desenvolver acordos de cooperação técnica. O diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, e o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Sandro de Ávila, assinaram o documento durante uma visita técnica no pátio de triagem do Porto de Paranaguá.

"É uma carta de intenção entre os dois portos para que possamos trabalhar para aprimorar a nossa gestão, dando a garantia ao exportador de um porto seguro. Queremos melhorar as práticas de classificação do pátio de triagem para encontrar as melhores soluções para esse mercado", disse Garcia.

Para o presidente da Autoridade Portuária de Santos, a carta fará com que as equipes técnicas troquem as suas experiências. "A ideia é copiarmos e aprendermos, em conjunto com o Porto de Paranaguá, aquilo que Paranaguá já enfrentou, principalmente sobre modelagem jurídica, realização de leilões, impugnações, pensando na maior eficiência para que entregarmos os resultados esperados pelo País", afirmou Pomini.

De acordo com ele, a excelência em gestão dos portos paranaenses motivou a visita da comitiva. "Os números falam por si, além das premiações e o reconhecimento da excelência da gestão atual da Portos do Paraná. O Porto de Santos movimenta 174 milhões de toneladas, 30% da corrente comercial passa por ali, e a nossa ideia é copiarmos a boa gestão de Paranaguá no Porto de Santos", declarou.

"A Secretaria de Portos, gestora do sistema portuário nacional, vê essa iniciativa como uma excelente ação conjunta. Temos certeza de que esse tipo de agenda vai proporcionar excelentes resultados", acrescentou Ávila.

Na quarta-feira (10), uma comitiva de Santos teve acesso aos resultados de operação e engenharia paranaense, além da infraestrutura da Portos do Paraná, durante uma visita ao cais. Já nesta quinta-feira o grupo participou de uma visita marítima, um sobrevoo de helicóptero na área portuária e acompanhou apresentações sobre gestão de contratos e convênio de delegação. (AENPR)

Sanepar avança em parceria para produzir hidrogênio verde com tecnologia europeia

O diretor-presidente da Sanepar, Claudio Stabile, e o presidente da empresa alemã Graforce, Jens Hanke, assinaram nesta semana um Memorando de Entendimento (MoU) para avançar com estudos voltados para a implantação no Paraná de uma tecnologia disruptiva de produção de hidrogênio renovável (verde) a partir do biometano gerado em estações de tratamento de esgoto.

A tecnologia inovadora, além de permitir a produção de hidrogênio renovável, considerado como um combustível do futuro, também possibilita a obtenção de carbono elementar, material sólido com elevado valor de mercado e que pode ser utilizado, por exemplo, na composição de biofertilizantes.

O MoU foi firmado na cidade de Kremsmünste, na Áustria, onde a Graforce instalou a primeira planta em escala do mundo a gerar hidrogênio por meio da plasmólise do metano presente no gás natural. A planta está em operação na empresa RAG, líder em exploração, armazenamento e distribuição de gás natural.

Stabile e o especialista em Pesquisa e Inovação da Sanepar, Gustavo Possetti, visitaram o espaço acompanhados por representantes do banco alemão KfW, debatendo os resultados inéditos até então obtidos.

A Sanepar está em fase de conclusão dos estudos de viabilidade sobre produção de hidrogênio renovável em estações de tratamento de esgoto, em parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha do Rio de Janeiro (AHK-Rio), mediante fomento do governo alemão, por meio do Ministério Federal do Meio Ambiente, Natureza, Segurança Nuclear e Proteção (BMUV) e acompanhamento da empresa pública alemã NOW GmbH.

A partir da nova parceria com a Graforce, os estudos sobre o uso da tecnologia alemã serão consolidados, em continuidade aos termos do acordo de confidencialidade assinado entre as partes em novembro de 2023.

"A Sanepar está atenta aos efeitos globais das mudanças climáticas, bem como à pauta da transição energética sustentável. Nesse sentido, a parceria com a Graforce é muito importante porque o Paraná poderá vir a ter a segunda planta em escala do mundo com a tecnologia da plasmólise de metano, e a primeira dessa natureza a gerar hidrogênio renovável a partir do biometano produzido em estações de tratamento de esgoto", afirma o presidente da Companhia.

"Também estamos avaliando conjuntamente oportunidades de negócios nesta área, a qual é muito promissora. É mais um passo da Companhia na perspectiva da economia circular, em que transformamos resíduos em produtos e protegemos o meio ambiente", complementa.

Stabile cumpre agenda técnica em vários países da Europa até a próxima semana. Dentre os compromissos, ele participará do Global Water Summit, principal evento do setor de água do mundo. A Sanepar foi classificada como uma das quatro finalistas do Prêmio Campeões do ODS 6, do Global Water Awards 2024. (AENPR)

Duplicação da Serra das Araras terá investimento de R$ 1,5 bilhão

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou na sexta-feira (12) a ordem de serviço que vai garantir um traçado novo na Serra das Araras (RJ). A obra vai duplicar um trecho de oito quilômetros da rodovia Presidente Dutra e terá investimento de R$ 1,5 bilhão para aumentar a segurança nos dois sentidos da BR-116, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo.

A cerimônia de assinatura aconteceu no entroncamento entre a pista de subida e descida da serra. As obras vão desafogar o trânsito e aumentar a segurança dos cerca de 390 mil motoristas que circulam pelo trecho todo mês. Em média 20 milhões de pessoas serão beneficiadas com as intervenções.

O trecho passará a contar com oito faixas de rolamento - quatro em cada sentido –, além dos acostamentos, nos dois lados da estrada. "Somando esforços com a iniciativa privada, vamos tirar do papel uma das obras mais importantes do Brasil. Um empreendimento de R$ 1,5 bilhão que vai garantir conforto e segurança para o usuário desse segmento. Esse investimento significa melhoria da infraestrutura e desenvolvimento do país. Certamente, é um momento marcante para nós", avaliou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Com grande importância logística, a rodovia Presidente Dutra é responsável por transportar aproximadamente metade do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Cerca de 30% do tráfego na Serra das Araras é composto por veículos pesados, responsáveis pelo transporte de itens essenciais ao país, incluindo produtos químicos, grãos, carnes, laticínios e minérios, totalizando 43,96 milhões de toneladas de carga por ano.

Segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Rafael Vitale, essa obra aborda três dos principais indicadores estratégicos da agência. "Temos a redução de acidentes, a melhoria da fluidez e a diminuição de reclamações das nossas rodovias. Essa obra vai conseguir atingir em cheio esses três indicadores", destacou.

De acordo com o ministro, o Rio de Janeiro abriga duas das obras de infraestrutura rodoviária mais importantes para o Brasil, com destaque para a duplicação da Serra das Araras. "A descida íngreme e sinuosa dessa serra tem sido cenário frequente de acidentes, o que gerava atrasos e transtornos para os cidadãos do país. Estamos aqui hoje para solucionar esse problema. Agora, as duas faixas serão transformadas em quatro, com alongamento, aumentando a segurança e a fluidez do tráfego", afirmou Renan Filho.

"Eu já vi muitos acidentes por imperícia, que já ocasionou, por exemplo, dez horas de congestionamento por queda de carreta. Eu nunca me acidentei, nunca tombei, mas pode acontecer, o risco é diário. Ter quatro pistas vai ser ótimo! Vamos poder fazer o trajeto com mais segurança", relatou o caminhoneiro Márcio Viana, 57 anos, que trabalha há duas décadas transportando líquidos perigosos.

"O nosso propósito é melhorar a vida das pessoas através da mobilidade. Essa obra vai ser a mais emblemática que nós vamos fazer. E vamos deixar um legado para a sociedade. A Dutra vai ser a melhor rodovia do Brasil", disse o CEO da concessionária CCR, Eduardo Camargo. A empresa é responsável pela gestão da estrada federal.

O traçado original da Serra das Araras, de 1928, não comporta o alto volume de carros e de caminhões, exigindo muita atenção para percorrer hoje as curvas sinuosas da serra. A duplicação permitirá que a velocidade de circulação aumente de 40km/h para 80km/h.

Com isso, a previsão é reduzir em cerca de 25% o tempo de percurso na pista de subida – sentido São Paulo –, e em 50% na pista de descida – em direção à capital fluminense. A obra vai implantar 24 viadutos, além de duas rampas de escape na pista de descida e uma via na pista, sentido São Paulo, entre outras melhorias no traçado.

As obras, previstas para durar 52 meses, contarão com mais de 30 canteiros simultâneos, com geração de 5 mil empregos diretos e indiretos – a maior parte da mão de obra virá dos municípios de Piraí (RJ) e Paracambi (RJ). A entrega da nova pista de subida está prevista para 2028, enquanto a conclusão da pista de descida está agendada para 2029.

O gerente de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), Isaque Ouverney, disse que a nova pista da Serra das Araras, pleito histórico da Firjan, está centrada no benefício direto para as economias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

"Essa iniciativa não apenas reduzirá o tempo de viagem entre as duas maiores economias do país, mas também promoverá melhorias significativas nos importantes polos industriais das regiões Sul Fluminense e a capital do Rio. Ao encurtar as distâncias e aumentar a eficiência logística, a obra facilitará o transporte de cargas, reduzindo os custos de frete e fortalecendo a competitividade do estado e promovendo o crescimento econômico, de forma sustentável e duradoura".

O governador Cláudio Castro participou da cerimônia de assinatura da cerimônia de duplicação da pista de subida para a Serra das Araras e comentou a importância da obra para o Rio de Janeiro.

"Essa obra é fundamental para o Rio de Janeiro. Quero agradecer ao ministro pela maneira como ele vem tratando as obras no Rio. A gente agradece, mas clama por mais investimentos no Rio, que é muito importante para o Brasil. Essa obra traz uma das maiores tecnologias do mundo, aumenta a segurança, diminui o tempo de percurso e aumenta a capacidade de veículos", disse Castro. (Agência Brasil)

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 665 13 A 19 DE ABRIL DE 2024

Nacionais

Novo Chevrolet Spin

O novo Chevrolet Spin 2025 chega com grandes novidades. O crossover de sete lugares dá o seu maior salto evolutivo, com inovações significativas em design, segurança, tecnologia e dirigibilidade.

O Spin sempre se destacou entre os automóveis médio-compactos por virtudes como versatilidade, amplo espaço interno, robustez mecânica e ótima relação custo-benefício. Ele está ligeiramente mais alto e conta com novidades que o deixam mais próximo conceitualmente de SUVs urbanos. O capô está mais elevado e os faróis e as lanternas passam a ser Full LED, com a barra da grade integrada e esculpida no próprio para-choque.

Para-choque e grade contam com identidade exclusiva, além de elementos mais imponentes, incluindo uma moldura que contorna toda a base do veículo. Até o desenho das rodas faz referência ao universo aventureiro, característica presente agora em todas as versões.

O interior é o que mais desperta a atenção no Spin 2025, por trazer uma sensação de requinte comumente vista apenas em carros de categoria superior, a começar pela seleção e pela combinação dos materiais empregados nos acabamentos.

O Novo Spin também se mostra bastante tecnológico, já que boa parte do painel é ocupado por uma extensa tela horizontal de alta definição. É composta por duas partes: uma tela de 8 polegadas referente ao quadro de instrumentos, totalmente digital, e outra, de 11 polegadas, do multimídia Chevrolet MyLink de nova geração.

Até os bancos dianteiros passaram por atualizações e inovam com espumas de múltipla densidade. Como o peso do corpo é distribuído de forma diferente, densidades variáveis favorecem a ergonomia e melhoram significativamente o conforto, sobretudo no uso prolongado. Para quem vai sentado atrás, a novidade está nas saídas de ar-condicionado com dutos direcionais embutidos no console da alavanca da transmissão automática.

São ajustes na suspensão e nos amortecedores que deixam o Novo Spin suficientemente mais alto (16 mm) para superar, com

folga, a maioria dos obstáculos cotidianos. Há mudanças ainda no sistema de gerenciamento eletrônico e na calibração do conjunto propulsor e da direção. O resultado prático é surpreendente, proporcionando uma dinâmica veicular muito mais refinada ao produto.

Outro ganho significativo está na eficiência energética, com redução de até 11% no consumo de combustível. Já acelerações e retomadas de velocidade estão mais ágeis.

O pacote de segurança ganha relevância quando se trata de um carro de proposta familiar. Tanto que o modelo passa a contar com 6 airbags de série, sendo o único da categoria com bolsas infláveis que se estendem até a terceira fileira de bancos. Há ainda oferta de sistemas avançados, entre eles o alerta de colisão frontal com detector de pedestre, a frenagem automática de emergência, a assistência de frenagem de urgência, carregador de celular por indução, o alerta de ponto cego e o serviço de resposta automática em caso de acidente mais grave disponibilizado pelo OnStar.

O crossover da Chevrolet continua com configurações de sete e de cinco lugares, sempre com o interessante recurso de trilhos corrediços para a 2ª fileira de bancos, que permite uma melhor distribuição do espaço entre os passageiros ou para a acomodação de grandes bagagens.

Vale ressaltar que a versão de cinco lugares do Spin dispõe do maior porta-malas entre os automóveis de passeio de produção nacional: até 756 litros – volumetria similar ao de algumas picapes.

O Novo Spin estreia em três versões de acabamento (LT, LTZ e Premier) e duas opções de transmissão (MT6 ou AT6). O motor é o 1.8 Flex (geração SPE/4 ECO), que recebeu uma série de melhorias para aumento de eficiência energética e redução dos níveis de emissões, já em linha com futuras leis ambientais.

A reestilização do Spin 2025 aliada a evoluções mecânicas trouxe um segundo benefício: a melhora da praticidade no uso cotidiano durante a transposição de obstáculos, como lombadas, valetas e rampas de garagem. Para isso, o ângulo de ataque foi de 15,5 graus para 16,6 graus, e o de saída, de 22,9 graus para 24,4 graus.

O modelo ganha opção de ar-condicionado digital e de saída de ar dedicada para a segunda fileira de assentos, com fluxo de ar individualizado. Já o novo volante conta com base reta para facilitar o embarque e o desembarque do motorista.

Os designers incluíram também novos nichos, como um útil apoio para smartphones, próximo da maçaneta da porta, além de um segundo porta-luvas emborrachado. Ao todo, são 50% a mais de espaço para porta-objetos em comparação com o modelo anterior.

Agora a partida do motor pode ser feita por botão, há Wi-Fi nativo e entradas USB dos tipos A e C, além de projeção para Android Auto e Apple Car Play sem fio.

O Novo Spin é o primeiro Chevrolet nacional a receber o VCS (Virtual Cockpit System), caracterizado pelo painel de instrumentos totalmente digital integrado à nova geração do MyLink. Essa tela é configurável e permite a exibição de uma quantidade de informações sem precedentes na categoria. O motorista pode escolher entre seis tipos de layouts, desde um visual minimalista até um mais completo, com a tensão da bateria ou o percentual da vida útil do óleo, por exemplo.

Outro diferencial do produto é a configuração de sete lugares com a terceira fileira de bancos fixada à carroceria e que pode ser rebatida quando não estiver sendo utilizada. A opção pela configuração fixa, em vez da removível pelo usuário, visa o incremento da segurança por evitar uma eventual instalação equivocada, bem como a redução de ruídos.

Quanto aos acessórios, são mais de 60 itens, incluindo os inéditos, como o Chevy Link, que permite projetar sites, aplicativos e serviços de streaming na tela do multimídia, entre eles Google, Instagram, YouTube, Netflix e Uber Drive. O aparelho é compatível com outros modelos e segue todos os protocolos de segurança veicular. Outro acessório que faz sua estreia é a fita luminosa em led para a cabine. Ao todo, são sete opções de cores, que podem ser ajustadas pelo usuário.

Motor com dupla capacidade de processamento

As atualizações deixaram o Spin mais eficiente e ágil. O consagrado motor 1.8 Flex (geração SPE/4 ECO) de 111 cavalos de potência e 17,7 kgfm de torque ficou mais esperto em acelerações e manobras de ultrapassagem e até 11% mais econômico. Boa parte da explicação está na adoção de um novo módulo de gerenciamento eletrônico, com o dobro da capacidade de processamento - o mesmo utilizado pelo Tracker.

Os engenheiros trabalharam também na recalibração do trem de força e da transmissão automática, que resultou ainda em acelerações mais lineares e progressivas.

Nas configurações que dispensam o pedal da embreagem, o 0-100 km e o 80-120 km/h ficaram quase um segundo mais rápidos, considerando gasolina no tanque. Agora a aceleração máxima é feita em 11,8s (g) e 11,0s (e), enquanto a retomada é feita em 9,8s (g) e 9,3s (e), respectivamente.

O consumo do Novo Spin equipado com caixa automática está mais econômico na rodagem com etanol ou gasolina. De acordo com o Inmetro, o crossover é capaz de percorrer 13,4 km/l na estrada e 10,5 km/l na cidade (com gasolina). Se usar apenas etanol, as médias são de 9,3 km/l e 7,4 km/l, respectivamente. São resultados interessantes para um veículo de 4,42 m de comprimento, 1,2 tonelada e mais de 500 kg de capacidade de carga.

No uso misto convencional (60% urbano e 40% rodoviário), o ganho de eficiência energética representa quase 50 km extra de autonomia a cada tanque completo de gasolina. Para quem circula aproximadamente mil quilômetros por mês, a economia proporcionada seria suficiente para custear boa parte das primeiras revisões programadas, já que o veículo tem fama de ser bastante robusto e de fácil manutenção.

O sistema de suspensão e a direção elétrica também passaram por ajustes. A altura do solo aumentou, os amortecedores foram reajustados para privilegiar a estabilidade e filtrar melhor as imperfeições, enquanto as respostas do volante estão mais diretas. Também houve um leve aumento das bitolas (distância entre o centro do carro e a extremidade dos pneus).

Truck

Nova L200 Triton Sport Outdoor GLS

A Mitsubishi Motors apresentou a mais nova versão de sua linha de picapes: a L200 Triton Sport Outdoor GLS, modelo com apelo aventureiro e excelente custo-benefício dentro do segmento de picapes 4x4, comercializada a partir de R$ 245.490, e disponível em quatro opções de cores de carroceria: Preto Ônix, Cinza Londrino, Prata Lítio e Branco Fuji.

Seu visual remete à sua primeira versão, apresentada em 2007, com uma série de detalhes externos em acabamento grafite fosco. É o caso do para-choque de impulsão, dos para-lamas, da grade dianteira para a entrada de ar, das maçanetas das portas, dos espelhos retrovisores, do para-choque traseiro e das novas rodas de aro 18.

Os estribos laterais, as linhas do rack de teto – ambos também em grafite fosco -, além do skid plate traseiro e dianteiro com acabamento em preto brilhante geram um excelente conjunto visual com apelo bastante aventureiro, principalmente por serem acompanhados de um adesivo "4X4" na lateral. O nome "Outdoor" que identifica esta versão está presente logo abaixo da coluna A e, também, no painel da picape.

Por dentro as molduras do sistema de entretenimento JBL e da manopla de câmbio receberam acabamentos que remetem ao estilo fibra de carbono, o mesmo presente nas saídas de ar do painel.

O sistema de entretenimento traz tela sensível ao toque de 7 polegadas totalmente integrado aos melhores smartphones do mercado por meio das tecnologias Apple CarPlay e Android Auto.

Já o ar-condicionado é bastante eficiente por conta das saídas de ar colocadas no teto, que permitem a refrigeração de toda a cabine de forma mais rápida, ao captar o ar refrigerado da primeira fileira e transferir para a fileira de trás. Os passageiros do banco traseiro podem ajustar a intensidade da ventilação em até quatro níveis, através de um comando localizado no teto.

O modelo também recebeu ajuste de temperatura digital de duas zonas, que permite que o motorista e o passageiro do banco da frente escolham temperaturas distintas para o habitáculo, além de bancos com ajuste elétrico para o motorista.

O sistema de entretenimento traz tela sensível ao toque de 7 polegadas totalmente integrado aos melhores smartphones do mercado por meio das tecnologias Apple CarPlay e Android Auto.

Assim como as demais L200 Triton Sport, a versão Outdoor GLS também é equipada com o sistema de transmissão automática de seis velocidades com opções para trocas sequenciais na alavanca seletora.

Sua relação de marchas foi muito bem calibrada para utilizar todo torque máximo do motor em baixas rotações e todo o conforto com o mínimo de vibrações e ruídos na cabine em velocidade de cruzeiro.

O motor que equipa a série é o 2.4 Turbodiesel de quatro cilindros com estrutura leve em alumínio, o que ajuda a otimizar o consumo de combustível. Ele traz a tecnologia de válvulas variáveis MIVEC e turbina de geometria variável, que o torna capaz de desenvolver 190cv de potência e impressionante torque de 43,9 kgfm, força suficiente para uma performance invejável tanto dentro quanto fora de estrada.

A L200 Triton Sport Outdoor GLS é extremamente robusta no 4x4 com a adoção do exclusivo Off-Road Mode, um moderno e tecnológico recurso que deixa a picape ainda mais preparada para encarar os mais variados terrenos. São três opções que garantem um excelente desempenho em diversos tipos de piso: Cascalho, Lama/Neve, Areia e Pedra.

Cada modo tem uma configuração específica e todos são capazes de otimizar a tração para cada tipo de piso, alterando automaticamente a entrega de potência do motor e ajustando transmissão e os controles de estabilidade e de tração.

O sistema 4X4 Easy Select oferece ao motorista três modos distintos de operação incluindo a reduzida, ideais para o tráfego em diferentes tipos de terreno. Por meio do seletor no console central, ele pode facilmente escolher o melhor ajuste, dependendo do local e das características do piso: 2H – Usado para estradas e vias públicas, privilegia a economia de combustível com desempenho suave; 4H – Ideal para estradas e pisos irregulares, serras e em condição de chuva; 4L - Ideal para subidas ou descidas íngremes, rochas, areia e lama.

Para situações em que uma ou mais rodas estão destracionadas, a picape conta ainda com o Sistema Ativo de Controle de Tração (ATC), que monitora a rotação das rodas e atua desacelerando a roda que tem menos aderência, enviando a tração para a roda melhor apoiada ao solo. Adicionalmente controla o torque do motor para evitar escorregamentos.

Oroch ganha versão Iconic

A Renault amplia a gama da picape Oroch com o lançamento da versão Iconic. Ela chega com a proposta de combinar a eficiência e robustez do motor 1.6 SCe e da transmissão manual de seis velocidades com o estilo, tecnologia e equipamentos da Outsider.

Com isso, a Oroch passa a ser oferecida em quatro opções: PRO, Intense e Iconic, todas com o motor 1.6 SCe, com 120 cv e 16,2 kgfm de torque e transmissão manual de seis velocidades, e Outsider com o motor turbo 1.3 TCe Flex, com 170 cv e 27,5 kgfm de torque e transmissão CVT Xtronic de oito velocidades.

Externamente, a Oroch Iconic traz elementos da versão Outsider, como os alargadores de para-lamas, revestimento da coluna B em black piano, capota marítima e roda diamantada biton, que agregam personalidade ao modelo.

Internamente, a Oroch Iconic traz bancos e laterais de porta revestidas com tecido de padronagem inédita, com detalhes em laranja e equipamentos como ar-condicionado automático e digital, sensores crepuscular e de chuva, câmera de ré e volante revestido de couro.

A versão Iconic também traz os itens já presentes na Intense, como o sistema multimídia EasyLink de 8" com conexão sem fios, vidros e retrovisores elétricos, computador de bordo, sensor de ré, faróis de neblina, barras de teto funcionais, apoio de braço para o motorista, retrovisores e maçanetas em preto brilhante e para-choque na cor da carroceria.

Em todas as versões da Oroch há um completo pacote de segurança ativa que garante a segurança dos ocupantes em diferentes condições de rodagem: Controle de Estabilidade (ESP), Controle de Tração (TCS), Assistente de Partida em Rampas (HSA), Sistema Anti-Capotamento (RMI), e freios ABS com BAS (Brake Assist System).

A Oroch combina o conforto de um SUV com a versatilidade de ter uma caçamba na medida certa, trazendo amplo entreeixos e espaço interno, bem como suspensão independente nas quatro rodas – MacPherson na dianteira e Multilink atrás – permitindo ao modelo um rodar confortável e seguro em diferentes condições.

A Oroch traz o conforto de uma verdadeira picape, com 2.829 mm de entre-eixos, que garante espaço amplo para todos os ocupantes. Cinco passageiros viajam confortavelmente graças ao ótimo espaço para pernas e cabeças. Ao volante, o motorista encontra facilmente uma posição ideal de dirigir graças aos ajustes de altura do banco e da coluna de direção. A posição de dirigir elevada garante ótima visibilidade e facilita a identificação de obstáculos ao redor do veículo, garantindo maior segurança. O volante ergonômico tem ótima empunhadura.

A caçamba comporta 683 litros e traz 1.175 mm de largura e 1.350 mm de profundidade. Para ajudar no transporte de carga existem oito anéis de fixação (cada um suporta 50 kg), que podem ser rebatidos quando não estão em uso. A tampa da caçamba suporta até 80 kg. A capacidade de carga total do veículo é de até 680 kg.

Versões e preços

PRO: R$ 116.860

Motor/Transmissão: 1.6 SCe/ Manual de seis velocidades.

Principais equipamentos: ar-condicionado, direção eletro-hidráulica com regulagem de altura, travas e vidros dianteiros elétricos. Protetor de caçamba, pneus verdes de uso misto e alarme. Airbag duplo, freios ABS com BAS, Controle de Estabilidade (ESP), Controle de Tração (TCS), Sistema Anti-capotamento (RMI) e Assistente de Partida em Rampas (HSA).

Intense: R$ 124.960

Motor/Transmissão: 1.6 SCe/ Manual de seis velocidades.

Principais equipamentos: Todos da versão PRO, mais roda de liga leve de 16", EasyLink de 8" com conexão sem fios, vidros e retrovisores elétricos, computador de bordo, sensor de ré, faróis de neblina, barras de teto funcionais, apoio de braço para o motorista, retrovisores e maçanetas

em preto brilhante e para-choque na cor da carroceria.

Iconic: R$ 127.800

Motor/Transmissão: 1.6 SCe/ Manual de seis velocidades.

Principais equipamentos: Todos da versão Intense, mais ar-condicionado automático e digital, sensor crepuscular e de chuva, alargadores de para-lama, capota marítima, coluna B com revestimento em black piano, câmera de ré, bancos com revestimento em tecido com detalhes laranja, volante revestido em couro e roda diamantada biton.

Outsider: R$ 151.760

Motor/Transmissão: turbo 1.3 TCe Flex/CVT X-Tronic com oito velocidades.

Principais equipamentos: Todos da versão Iconic, mais grade frontal com detalhes cromados, santantônio, faróis de milha auxiliares, grade do vidro traseiro, bancos com revestimento premium, e motor turbo 1.3 TCe Flex, com transmissão CVT XTRONIC® de oito velocidades.